

○ *Ambientalista Libertário*

Uma Visão Anarcocapitalista da Conservação Ambiental



Marco Batalha



Propriedade intelectual não existe. Assim, esta obra está registrada sob a licença CC0 1.0 Universal. Dedico-a ao domínio público, renunciando a todos os meus direitos sob as leis de direito de autor e de direitos conexos referentes ao trabalho, em todo o mundo, na medida permitida por lei. Você pode copiar, modificar, distribuir e executar o trabalho, mesmo para fins comerciais, tudo sem pedir autorização.

Foto da capa: rã-dardo-venenosa-amarela-e-preta (Dendrobates leucomelas)

iStockPhoto ID: 580117144

Crédito: reptiles4all

Licença adquirida em 6 de fevereiro de 2017

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

B328a Batalha, Marco, 1973 –

O ambientalista libertário / Marco Batalha. – São Paulo: Ancap.Eco, 2020.

236 p.

ISBN: 978-65-86011-15-9

1. Ciência Ambiental 2. Meio ambiente e sua proteção.

I. Título

CDD: 577

CDU: 502

○ *Ambientalista Libertário*

Uma Visão Anarcocapitalista da Conservação Ambiental

Marco Batalha



ANCAPECO

2020

"Desde o século XIV, coletores de impostos eram mandados para algumas cidades castelhanas para fiscalizar os pagamentos – à época, assim como agora, a frase 'sou do governo, estou aqui para ajudá-lo' era uma das maiores mentiras jamais contadas."

— Martin van Creveld, "A ascensão e o declínio do estado".

*"O estado é o mais frio de todos os monstros. Ele mente friamente;
de sua boca sai rastejando esta mentira: 'Eu, o estado, sou o povo.'"*

— Friedrich Nietzsche, "Assim falou Zaratustra".



"A destruição do Leviatã" — Gustave Doré (1865)

Prefácio

Em 2018, quando defendi meu memorial, decidi que seria importante falar para um público além daquele para o qual vinha falando até então, o público acadêmico. Decidi que escreveria um livro sobre conservação, mas sob uma perspectiva austrolibertária, diferente da usual. Essa perspectiva é decorrente de minha própria mudança na maneira de pensar, de uma pessoa profundamente estatista até alguém completamente libertário. Assim, escrevi este livro tendo como público-alvo pessoas preocupadas de alguma forma com o meio ambiente, mas insatisfeitas com as tentativas de soluções que vêm sendo apresentadas. Durante a redação deste livro, não me senti na obrigação de seguir o Acordo Ortográfico, uma interferência indevida do estado sobre a língua.

Este livro está dividido em dez capítulos. O primeiro capítulo apresenta o libertarianismo. Seu objetivo não é esgotar o assunto, até porque há uma extensa literatura sobre isso, mas mostrar que o libertarianismo é a única solução ética para resolver conflitos. Dada a intensa doutrinação estatal a que somos submetidos, essa idéia pode lhe parecer estranha. Porém, procure se livrar de seus dogmas e verá que ela faz todo o sentido. O segundo capítulo discute alguns aspectos econômicos sob uma abordagem austríaca. Ali a idéia também não é esgotar o assunto, mas mostrar por que qualquer intervenção estatal é prejudicial à economia. Do terceiro ao nono capítulo, procuro

discutir questões ambientais sob essa ótica austrolibertária. O último capítulo apresenta algumas considerações finais.

Caso se interesse pelo assunto e queira aprender mais, recomendo alguns livros que vão mudar a maneira como vê o mundo. A respeito do libertarianismo e do anarcocapitalismo, indico "A anatomia do estado", de Murray Rothbard, e "Democracia, o deus que falhou", de Hans-Hermann Hoppe. Sobre a Escola Austríaca de Economia, sugiro dois livros curtos e excelentes: "As seis lições", de Ludwig von Mises, e "Dez lições fundamentais de Economia Austríaca", de Ubiratan Jorge Iorio. Sobre jusnaturalismo, aconselho a leitura de outra obra curta mas excelente: "A lei", de Frédéric Bastiat. Uma leitura atenta desses cinco livros basta para que você tenha um bom embasamento filosófico, econômico e jurídico do austrolibertarianismo.

Há uma crítica óbvia mas errada ao fato de eu ser funcionário público, à qual já me adianto. Primeiro, qualquer crítica nesse sentido é falaciosa, é inconsistente logicamente, pois é um argumento "ad hominem", ou seja, é um ataque pessoal. O que sou ou deixo de ser é irrelevante para os argumentos apresentados neste livro. E são estes argumentos que importam, são eles que precisam ser analisados. Segundo, o fato de ser ou deixar de ser funcionário público não altera em um único centavo o quanto é extorquido da população via impostos. Terceiro, essa crítica só faria algum sentido como um ataque pessoal se a mim fosse dada a opção de secessão individual e eu a recusasse. Como, infelizmente, não tenho essa opção, estou preso ao estado de

qualquer jeito.

Por fim, gostaria de agradecer algumas pessoas que foram importantes para que este livro saísse do mundo das idéias. Em primeiro lugar, aos irmãos Cristiano, Fernando e Roberto Chiocca, fundadores do Instituto Mises Brasil e, depois, do Instituto Rothbard. O pioneirismo desses três irmãos foi fundamental para a divulgação das idéias austrolibertárias aqui no país. Em segundo lugar, ao professor e economista Jesús Huerta de Soto, por ter me enviado alguns de seus excelentes livros sobre Economia Austríaca. E, em terceiro lugar, aos libertários e anarcocapitalistas que, em seus respectivos canais, me ensinaram e vêm me ensinando bastante: Alexandre Porto, Daniel Fraga, Guilherme Rennó, Paulo Kogos, Peter Turguniev e Roberto Pantoja. A todos vocês, muito obrigado.

Índice

1. Libertarianismo	19
2. Economia	33
3. Ambientalismo e Livre-Mercado	52
4. Recursos.....	75
5. Poluição	96
6. Transgênicos.....	119
7. Biodiversidade	139
8. Mudanças Climáticas.....	169
9. Superpopulação	198
10. Considerações Finais.....	214

1 Libertarianismo

A pílula vermelha

Hoje em dia, basta começarmos a ler notícias e a nos informar que nos deparamos com várias questões ambientais preocupantes, como a exaustão de recursos naturais, a poluição, a extinção de espécies, as mudanças climáticas globais e as pressões decorrentes do alto crescimento populacional. Exageradas ou não, tais questões refletem preocupações legítimas com o bem-estar nosso e das pessoas com as quais nos importamos. Ademais, a natureza é fonte de contemplação, beleza estética e inspiração, tanto espiritual quanto intelectual: muitas pessoas têm profunda admiração pelo meio ambiente.

Podemos perceber isso na arte, na religião e nas tradições de diversas culturas, bem como em atividades populares como acampamento, caminhada, ciclismo, corredeirismo, escalada, fotografia, jardinagem, pesca, entre tantas outras. Para muitos, a natureza é uma fonte sem paralelo de admiração e inspiração, de paz e beleza, de completude e rejuvenescimento. Não por acaso, em muitas obras de ficção que imaginam distopias futuristas – "Blade Runner", por exemplo – a natureza está ausente. Essa necessidade de contato com a natureza está impressa em nossos cérebros: dificilmente seríamos felizes sem isso.

Em última instância, essas nossas preocupações legítimas relacionadas às questões ambientais envolvem conflitos para os

quais devemos buscar soluções. Normalmente, as tentativas de soluções são impostas de forma coercitiva, de cima para baixo: imploramos que políticos façam alguma coisa, pedimos que isto ou aquilo seja proibido, exigimos que o mundo seja como gostaríamos que fosse... Ao nos comportarmos assim, muitas vezes até de forma bem intencionada, estamos abrindo uma caixa de Pandora. Como procurarei argumentar neste livro, esse tipo de postura não só é antiética, como também contraproducente.

No início do filme "Matrix", de 1999, o protagonista Neo se encontra com um homem misterioso chamado Morpheus. Morpheus pede que Neo escolha entre duas pílulas, uma azul e uma vermelha, e explica: "Depois disso, não há mais volta. Você toma a pílula azul – a história termina, você acorda em sua cama e acredita no que quiser acreditar. Você toma a pílula vermelha – você fica no País das Maravilhas, e eu lhe mostro o quão profundo é o buraco do coelho. Lembre-se: tudo que lhe ofereço é a verdade". O que estou lhe oferecendo neste livro é uma pílula vermelha. Está disposto a tomá-la?

Libertarianismo e anarcocapitalismo

Você já parou para pensar por que há conflitos no mundo? Vamos começar com três fatos bem óbvios: (1) há mais de uma pessoa no mundo, (2) essas pessoas demandam recursos e (3) esses recursos, por definição, são escassos. Um conflito ocorre quando duas ou mais pessoas tentam usar o mesmo recurso, ao mesmo tempo, para fins mutuamente exclusivos. O que fazer

quando há conflitos? Uma opção é seguir aquilo que o sociólogo alemão Franz Oppenheimer chamou de "a via política", que podemos chamar de "a lei do mais forte". Nesse caso, quem controla os meios políticos impõe sua vontade aos demais.

Essa via, entretanto, não soluciona conflitos, mas os agrava. Não por acaso, sociedades que a escolhem, como a nossa, ficam cada vez mais divididas. Pois bem, uma outra opção é aquilo que Oppenheimer chamou de "a via econômica", que envolve trocas voluntárias. Essa via é a única que permite que recursos sejam alocados eticamente e que, portanto, conflitos sejam minimizados e resolvidos, garantindo maior proteção aos mais fracos. Ela o faz adotando a única solução possível: a "lei de propriedade privada", que estabelece um critério universal para a alocação não-agressiva dos recursos.

Perceba, o que estou fazendo neste livro é argumentar, isto é, estou procurando convencê-lo da verdade de algumas proposições usando um raciocínio lógico. Esse próprio ato de argumentar já implica a existência do direito de propriedade. Senão, vejamos. Se estou argumentando, estou assumindo que você é dono de você mesmo; afinal, se você não fosse, não haveria por que perder tempo tentando convencê-lo. Portanto, se você é dono de você mesmo, você tem o direito de preservar a sua vida e maximizar o seu bem-estar, buscando aqueles recursos necessários para tal.

Porém, uma vez que há outras pessoas demandando recursos para esses mesmos fins, qualquer solução para esse problema terá de buscar um critério para definir quem tem direito a um

determinado recurso em um dado momento. Aqui há duas opções apenas. Se esse recurso não pertencer a ninguém, você pode se apropriar originalmente dele, misturando o seu trabalho a tal recurso. Se já pertencer, você pode trocá-lo voluntariamente, oferecendo algo que já tenha e recebendo em troca outra coisa que lhe interessa mais. Note que com isso chegamos a um critério para definir a propriedade privada de alguém.

A propriedade privada implica que o dono tem o direito de excluir outras pessoas, isto é, outros não podem usufruir essa propriedade sem o seu consentimento. Como fazer isso sem usar de agressão, isto é, sem iniciar violência? Podemos definir um princípio aqui: "ninguém pode agredir – ou ameaçar agredir – a propriedade de um cidadão pacífico". Esse é o chamado "princípio da não-agressão". Note que ele é universal, ou seja, ele pode ser aplicado a qualquer pessoa, em qualquer lugar, a qualquer momento. Se todos respeitarem esse princípio, não haverá conflitos.

Obviamente, o mundo não é perfeito e sempre haverá pessoas que desrespeitarão tal princípio. Quando alguém o desrespeita, ele demonstra, por seus próprios atos, que não tem apreço pela propriedade privada e, portanto, perde o direito de não ter a sua propriedade violada, incluindo o seu corpo. Assim, eventuais violações do princípio de não-agressão permitem que o agredido se defenda, inclusive de forma violenta se necessário. Ao contrário da legislação positivista que temos hoje em dia, arbitrária e incoerente, esse princípio nos dá um critério objetivo e universal para se fazer justiça.

A essa doutrina filosófica baseada no princípio de não-agressão, dá-se o nome de "libertarianismo". Uma pessoa não defende o libertarianismo com base em argumentos utilitaristas, mas sim com base na ética, porque pode deduzir racionalmente que essa doutrina é correta, justa e válida. Não obstante, o libertarianismo também leva logicamente ao sistema mais frutífero possível do ponto de vista econômico: um sistema em que o direito natural à propriedade privada é respeitado e em que, portanto, as trocas econômicas são feitas de forma voluntária. Em outras palavras, o livre-mercado.

Esse sistema econômico de livre-mercado é chamado de "anarcocapitalismo". Nele, todos os indivíduos são livres para produzir e comercializar o que quiserem desde que não violem a propriedade privada de outra pessoa. Uma vez que, nesse caso, não há coerção, tem-se um sistema que otimiza a produção e a chance de alguém enriquecer. Como não há intervenção estatal, os preços refletem fielmente as preferências subjetivas dos consumidores em um dado momento. Interferências ilegítimas, como furto e roubo, podem ser tratadas por tribunais privados, igualmente sujeitos às demandas dos indivíduos.

Hoje em dia, o senso comum considera "anarquia" como sinônimo de "caos", "desordem", "bagunça"... Nada mais errado. Etimologicamente, anarquia significa simplesmente "sem senhores" ou "sem donos", isto é, um ambiente em que as relações entre as pessoas são consensuais e não impostas de forma agressiva. A partir dessa rede de interações humanas voluntárias, surge espontaneamente uma ordem. É possível, em

uma sociedade anárquica, ter uma governança, mas os termos dessa governança devem ser explícita e mutuamente acordados e devem ter um cláusula de saída.

Esse sistema vem sendo tratado como algo utópico, quando, na verdade, é o único sistema não só ético, como também compatível com a natureza humana. O anarcocapitalismo está à nossa volta, por toda parte, neste exato momento. Sem ele, nossa sociedade colapsaria e o mundo ruiria rapidamente. Ele está presente, por exemplo, quando você decide espontaneamente ir até a padaria, comprar pães voluntariamente produzidos, graças a uma longa cadeia de produção estabelecida de forma anárquica, acordando um preço mutuamente razoável. Esse sistema, porém, é hoje parasitado por uma entidade coercitiva: o estado.

O Leviatã

Em 1651, o filósofo inglês Thomas Hobbes publicou "O Leviatã", em que destacou o que seria a natureza bárbara do homem. Para Hobbes, dada a natureza humana, a amplitude dos nossos desejos e a escassez dos recursos, a tendência era de que tivéssemos uma guerra de todos contra todos. A única maneira de se evitar isso seria por meio de um estado forte e centralizado, para disciplinar nossos instintos por meio de um suposto contrato social, em que a população abriria mão de parte de sua liberdade em troca de segurança. Essa visão de o estado como promotor da ordem, da paz e da segurança persiste até hoje.

Nada poderia estar mais longe da verdade. Para começar, há um erro lógico básico nesse raciocínio: o estado é composto por homens; ora, se o homem é intrinsecamente mau, concentrar poder nas mãos de poucos deles não é uma boa idéia e trará resultados opostos àqueles apregoados. De fato, o estado é um gerador de conflitos. Ele não tem nenhum interesse em resolver conflitos; ao contrário, seu incentivo é para promover insegurança e instabilidade, visto que uma situação como essa reforça o discurso de que o indivíduo é intrinsecamente mau e de que o estado é necessário.

Em vez dessa visão hobbesiana, podemos olhar para o estado como aquilo que realmente é: uma instituição que detém o poder de cometer agressões contra outros em uma determinada área geográfica. Em outras palavras, o estado detém o monopólio da força em certa região, dando a si mesmo o papel de árbitro de todos os conflitos, tendo o privilégio exclusivo de criar leis, executá-las e punir quem as desobedecer. Não apenas isso, mas também tendo o poder de cobrar impostos de seus cidadãos, fazendo-os pagar por seus "serviços", quaisquer que sejam e não importando a qualidade, sob ameaça de multa, prisão ou morte.

O estado é, assim, a única organização aceita na sociedade que obtém suas receitas não por meio de contribuições voluntárias, mas sim por coerção. Enquanto que pessoas e instituições não ligadas ao estado precisam obter seus proventos oferecendo bens e serviços demandados pelos outros, por meio de trocas voluntárias, o estado, como disse o grande economista estadunidense Murray Rothbard, "obtém suas receitas pela

ameaça da cadeia ou da baioneta". Dessa forma, o estado exerce jurisdição sobre uma dada área mesmo não tendo adquirido seu direito de propriedade de forma legítima.

Por meio dessas ameaças, o estado extorque a população via impostos. Um imposto nada mais é do que a tomada à força pelo governo da propriedade de alguém – em outras palavras, roubo. Logo, o enunciado "imposto é roubo" é analítico, ou seja, é necessariamente verdadeiro em termos puramente lógicos. Ao contrário do que muitos acreditam, o estado não garante a segurança da propriedade privada, mas sim a viola sistematicamente. Quando o estado protege a propriedade de algum de seus cidadãos, é simplesmente para eliminar a concorrência, para manter o seu monopólio da extorsão.

Se, até o século XVII, o estado era relativamente fraco e pequeno, com o tempo ele cresceu assustadoramente de forma a controlar hoje quase todos os aspectos da vida de seus cidadãos. Pairando sobre a sociedade civil, ele pode manipular a informação e reescrever a história conforme lhe convém. Por meio de impostos crescentes, o estado pode completar sua dominância com as forças armadas e a polícia, impondo o uso de uma moeda fiduciária, financiando a grande imprensa, controlando a educação, oferecendo pequenos retornos em programas sociais e garantindo, assim, sua legitimação psicossocial.

Dada a natureza agressiva e coercitiva do estado, não é de se espantar que sejam atraídos para o seu núcleo – a política – os piores tipos de pessoas: os mais demagogos, os mais mentirosos,

os mais violentos, os mais sociopatas... O curioso é que, aqui no Brasil, muitos não confiam em políticos, mas pedem e aceitam mais intervenções estatais, dando, assim, cada vez mais poder aos governantes e lutando por quem os extorque. É como diz o personagem Morpheus, em "Matrix": "Muitos estão tão inertes, tão irremediavelmente dependentes do sistema, que lutarão para protegê-lo." Mas você quer ter sua vida decidida por políticos?

Leis positivistas e leis naturais

Na bandeira do Brasil, há o lema "ordem e progresso". Você sabe de onde vem isso? Esse lema, colocado na bandeira do país logo após a proclamação da república, é uma abreviação de uma frase escrita por um filósofo francês do século XIX chamado Auguste Comte: "O amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim". A frase é bonita, implicando que devemos conservar aquilo que é bom e eliminar aquilo que é ruim, mas esconde algumas coisas. Comte foi um dos principais expoentes de uma corrente filosófica conhecida como "positivismo". O que defendiam os positivistas?

Para eles, todo o conhecimento humano deriva de nossas experiências sensoriais, interpretadas racionalmente "a posteriori". O termo "positivismo" vem do latim "positum", que significa "colocar". Uma evidência percebida por nossos sentidos e depois interpretada torna-se positiva – ou seja, é colocada na mente pela experiência. Para Comte, a sociedade passa por três fases – teológica, metafísica e positiva – de forma ordenada e

progressiva. Ora, se a sociedade deve passar por essas fases ordenada e progressivamente, nada mais tentador do que defender que o estado guie seus cidadãos, assim como um pastor guia suas ovelhas.

Aquela visão hobbesiana do estado desemboca em uma vertente do positivismo chamada de "positivismo legal", que rejeita a lei natural e defende a autoridade das estruturas políticas para definir o que é certo ou errado. Se é esse o caso, não há necessariamente uma relação entre a ética e a legislação positivista. De fato, as maiores barbaridades já cometidas, como a escravidão ou a perseguição deste ou daquele grupo, foram legalizadas em dado momento. Ainda hoje, normas claramente antiéticas, como a cobrança de impostos, a conscrição para o serviço militar e as restrições ao comércio, são legalizadas.

Não há nenhum limite para a legislação positivista, que é aplicada de cima para baixo, usando o poder coercitivo do estado. Não é de se espantar, pois, que a defesa da liberdade individual tenha cada vez menos espaço nos ordenamentos jurídicos atuais. Em termos práticos, para que algo seja considerado legal, por mais injusto ou estapafúrdio que seja, basta que alguns políticos concordem entre si. Aqui no Brasil, por exemplo, basta que duzentos e tantos deputados, poucas dezenas de senadores ou, em última instância, meia dúzia de ministros do Supremo Tribunal Federal cheguem a um consenso.

O positivismo é uma crença tão arraigada em nossa sociedade que é até difícil imaginar uma alternativa. Ela, porém, existe. Veja, se algo só pode ser considerado legal se estiver positivado (isto é,

considerado certo pelas estruturas políticas), então aquilo que permitiu que pessoas escrevessem leis deveria ter sido positivado antes, o que é logicamente impossível. Daí podemos concluir que leis não são criadas deliberadamente por pessoas, mas que existem naturalmente. Um direito natural deve ser válido para todos os indivíduos, em todos os lugares e momentos, e deve implicar ações negativas ("não assassinarás", "não roubarás"...).

Como bem disse o economista francês Frédéric Bastiat em "A lei", livro publicado em 1850, quando adotamos esse legalismo positivista, temos a lei "pervertida". A rigor, o direito à propriedade privada é o único direito que temos, e todas as leis deveriam ser derivadas desse fato. Como vimos antes, o próprio ato de argumentar já implica logicamente que alguém é dono de si mesmo, com todos os corolários que daí decorrem. Sendo assim, a lei de propriedade privada é um direito que existe naturalmente, que independe da bênção de legisladores e que, portanto, não pode nos ser retirado.

Aqui é necessário distinguir ética de moral. Como explicou Rothbard, a ética, por ser derivada do nosso direito natural à propriedade privada, é universal, ou seja, é aplicável a todas as pessoas, em qualquer lugar que elas estejam, a qualquer momento. Uma consequência disso é que a liberdade só cabe quando respeitamos o direito à propriedade. Não somos livres para agredir um cidadão pacífico. A moral, por sua vez, é individual e compreende os valores que cada um de nós tem. Esses valores podem mudar de pessoa para pessoa e até mesmo

para uma dada pessoa ao longo do tempo.

Note que, a partir disso, podemos deduzir duas coisas. Primeiro, a ética é inegociável: ela deve ser aplicada a todos, e eventuais violações – como roubo, agressão física e assassinato – devem ser julgadas e, se for o caso, proporcionalmente punidas. Segundo, a moral, justamente por ser individual e subjetiva, não pode ser imposta coercitivamente. Assim, por exemplo, o comércio de um dado objeto ou de uma dada substância, algo que não viola a propriedade privada de ninguém, não deveria ser regulado e muito menos proibido, embora muitas vezes o seja pela legislação positivista a que estamos submetidos.

Se, como argumentaremos neste livro, estivermos preocupados com questões ambientais e com a conservação da natureza e se quisermos abordar isso de uma forma ética, teremos de o fazer necessariamente usando a lei de propriedade privada. Qualquer outra opção, como usar o aparato coercitivo do estado, implicará impor a outros nossa opinião de forma agressiva. Somente isso – a necessidade de sermos éticos – já basta para justificar por que o estado não pode ser o promotor da conservação do meio ambiente. Entretanto, para justificar isso, podemos também usar argumentos econômicos, como veremos no capítulo seguinte.

Fontes

Bastiat F. 2007. *The law*. Ludwig von Mises Institute, Auburn.

Coyle S. 2003. Thomas Hobbes and the intellectual origins of legal positivism. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence* 16:

243-270.

Crevelde M. 2004. The rise and decline of the state. Cambridge University, Cambridge.

Godfrey-Smith P. 2003. Theory and reality. University of Chicago, Chicago.

Hoppe HH. 1999. The private production of defense. Journal of Libertarian Studies 14: 27-52.

Hoppe HH. 2001. Democracy, the god that failed. Ludwig von Mises Institute, Auburn.

Hoppe HH. 2006. On the ultimate justification of the ethics of private property. In: Hoppe HH. Economics and ethics of private property, pp. 339-346. Ludwig von Mises Institute, Auburn.

Kaesemodel GPA. 2018. A autopropriedade e a ética libertária. Mises: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics 6. URL: revistamises.org.br/misesjournal/issue/view/23.

Kaesemodel GPA. 2019a. Qual a diferença entre ética e moral? Universidade Libertária. URL: universidadelibertaria.com.br/2019/06/14/qual-a-diferenca-entre-etica-e-moral.

Kaesemodel GPA. 2019b. Por que se deve defender a autopropriedade e não o "direito à vida"? Universidade Libertária. URL: universidadelibertaria.com.br/2019/07/29/por-que-se-deve-defender-a-autopropriedade-e-nao-o-direito-a-vida.

Krueger J. 2009. A critique of positivism as a belief system. Mizan Law Review 3: 341-350.

Lima R. 2019. Lei libertária versus positivismo jurídico. Idéias

- Radicais. URL: youtu.be/Nyv-bHOpfws.
- Marinho RS. 2017. O Direito é uma ordem espontânea e não algo deliberadamente criado por 'iluminados'. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=2299.
- Oppenheimer F. 1926. The state: its history and development viewed sociologically. Vanguard, New York.
- Rachels CC. 2015. A spontaneous order: the capitalist case for a stateless society. Chase Rachels, London.
- Rallo JR. 2018. O Direito vem antes do estado; e a propriedade privada originou o Direito. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=2670.
- Rothbard MN. 1982. The ethics of liberty. Humanities, Atlantic Highlands.
- Schaffer B. 2013. The state as an attractor for sociopaths. Lew Rockwell. URL: lewrockwell.com/2013/09/butler-shaffer/the-state-attracts-sociopaths.
- Scheffel V. 2018. Libertarianismo e anarcocapitalismo. Gazeta Libertária. URL: gazetalibertaria.news/2018/12/04/libertarianismo-e-anarcocapitalismo-por-vinicius-scheffel.

2 Economia

O que é economia?

Segunda-feira, você acorda cedinho, pronto para uma nova semana, e, antes de ir para a labuta, vai até a padaria comprar pães. Lá os pães estão frescos e quentinhos; por um preço bastante razoável, você compra quatro deles para um delicioso café-da-manhã... É algo tão banal, tão corriqueiro, que nem percebemos o que está por trás disso: uma longa e anárquica cadeia produtiva, que, apesar das interferências estatais, nos dá várias opções para nosso desjejum. Em outras palavras, não nos preocupamos com uma das nossas principais necessidades, o pão nosso de cada dia, basicamente porque não existe uma "Pãobrás".

Uma das várias conseqüências negativas da intromissão estatal em nossas vidas é que, uma vez que algo tenha sido socializado, depois de algum tempo quase todos passam a acreditar que é assim que isso deveria ser feito e que qualquer questionamento a essa socialização é "utópico", "egoísta" ou "cruel". "Se não fossem as escolas públicas, como os pobres teriam acesso à educação?" — pergunta aquele genuinamente preocupado. Bem, aí sim eles teriam de fato acesso à educação barata e de qualidade – e não, como acontece hoje, à doutrinação cara e ruim. Mas isso é história para outro livro...

No caso do pão e dos alimentos de modo geral, uma das nossas demandas mais básicas, felizmente não temos uma completa

socialização. Do contrário, teríamos de conviver com o vocabulário da intervenção econômica estatal: desabastecimento, racionamento, filas e altos preços. Olhe à sua volta. Tudo que o governo lhe promete é caro e de baixa qualidade. Por que seria diferente, digamos, com o tópico deste livro, a preservação do meio ambiente? Para entender como a intervenção do estado é sempre prejudicial, vamos discutir um pouco os conceitos básicos de uma corrente de pensamento econômico conhecida como a "Escola Austríaca de Economia".

Tal corrente, desenvolvida a partir do final do século XIX, recebeu esse nome, porque os seus pioneiros tinham ascendência austríaca, como Carl Menger, Friedrich von Wieser, Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises e Friedrich August von Hayek. Embora infinitamente superior a qualquer outra visão econômica, a Escola Austríaca não é – e nunca foi – popular, essencialmente porque ela questiona tudo aquilo que políticos, burocratas, corporativistas e acadêmicos mais gostam de fazer: gastar o dinheiro dos outros. Essa visão "austríaca" nos ajuda a entender as ações das pessoas em um mundo onde os recursos são escassos.

Voltemos para o exemplo dos pães. Por que você os comprou em troca de uma determinada quantidade de dinheiro? Você não fez isso porque achava que o pão valia exatamente aquela quantidade; você o fez porque acreditava que aqueles pães lhe satisfariam mais do que outras coisas que você poderia ter feito com aquele mesmo montante. Igualmente, por que o padeiro lhe vendeu os pães? Porque, para ele, aqueles pães valiam menos do

que os bens ou serviços que ele poderá adquirir com o montante que recebeu, satisfazendo-se melhor. Note que, quando essa troca aconteceu, ambos saíram ganhando.

Dessa simples transação, podemos depreender uma série de coisas sobre o funcionamento da economia. Primeiro, essa troca foi voluntária – ninguém foi coagido a nada: nem você foi obrigado a comprar os pães, nem o padeiro foi obrigado a vendê-los. Isso implica que essa transação foi ética, ninguém teve a sua autoproriedade ameaçada. Portanto, nessa troca, implicitamente vocês admitiram que a lei de propriedade privada é a única maneira possível de se evitar conflitos. A propriedade dos recursos em questão – pães e dinheiro – foi trocada de forma consensual e pacífica, representando demandas legítimas das duas partes.

Segundo, se essa troca foi voluntária, houve a criação de valor. Valor nada mais é do que a satisfação que aquele recurso vai lhe dar. Esse valor é subjetivo, isto é, ele varia de pessoa para pessoa – varia, inclusive, para uma mesma pessoa ao longo do tempo. Buscamos sempre aumentar esse valor, essa satisfação. Obviamente haverá casos em que você tomará uma decisão errada na hora de fazer uma troca e se arrependerá. Mas isso faz parte do processo de aprendizado. De todo modo, no momento em que fez a troca, você acreditava que ela lhe seria vantajosa.

Terceiro, se a troca foi vantajosa a ambos, se os dois estão mais satisfeitos agora do que estavam antes, podemos concluir, ao contrário do que muitos dizem por aí, que a economia não é um jogo de soma zero, aquele em que para alguém ganhar um outro

necessariamente tem de perder. Ao contrário, em um ambiente de livre-mercado, onde as trocas econômicas são voluntárias, todos saem ganhando. Não é necessário que para alguém enriquecer um outro empobreça. De modo geral, todos enriquecem, ainda que alguns possam enriquecer mais do que outros, se criarem mais valor, se satisfizerem mais pessoas.

Quarto, quando decidimos por uma determinada ação – digamos, comprar uns pãezinhos – dentre as infinitas ações que poderíamos ter tomado, fazemos uma escolha e agimos de acordo. Assim, a economia pode ser entendida como o estudo da ação humana – aquilo que Mises chamou de "praxeologia". Como os recursos de que dispomos são escassos e como nossos desejos são infinitos, nunca teremos recursos suficientes para saciar todos nossos desejos. A economia, portanto, estuda como as pessoas fazem escolhas, procurando alocar seus recursos da melhor forma a se lidar com a escassez.

A ação humana

Um primeiro fato que podemos observar no que diz respeito às ações humanas é que apenas indivíduos podem tomá-las, já que apenas indivíduos têm propósitos e podem agir de modo a tentar atingi-los. Não há ações tomadas por entidades coletivas, como "grupos", "sociedades", "governos" ou "estados". Quando falamos, por exemplo, que "o governo fez isto ou aquilo", estamos simplesmente usando uma figura de linguagem, uma metonímia, para dizer que algumas pessoas dentro daquele aparato

governamental agiram desta ou daquela maneira.

Ao contrário do que os encenadores de virtudes querem lhe fazer acreditar, toda ação humana é egoísta, isto é, todos nós agimos para melhorar nosso bem-estar, para aumentar nosso grau de satisfação, para criar valor para nós mesmos. Como nosso conhecimento é incompleto, nem toda ação de fato resulta em uma melhora desse bem-estar, mas, sempre que escolhemos agir de certa maneira, esperamos que haja tal melhora. Se essa liberdade para agir implica escolhas equivocadas ocasionalmente, ao convivermos com as conseqüências dessas escolhas ruins, aprendemos a escolher com mais discernimento nas próximas vezes.

Uma vez que uma ação propositada está associada com um dado indivíduo, só conseguimos explicá-la levando em conta as motivações desse alguém. Logo, quando discutimos as ações de outra pessoa do ponto de vista econômico, estamos assumindo implicitamente que ela possui opiniões ou aspirações sobre como o mundo deveria se desenvolver, isto é, ela têm "preferências". Como essas preferências estão relacionadas a uma pessoa específica, a um "sujeito", dizemos que elas são "subjetivas". Grosso modo, a diferença entre um enunciado subjetivo e um objetivo é a mesma entre uma opinião e um fato.

Portanto, quando indivíduos agem, eles são motivados por desejos que não são necessariamente idênticos de pessoa para pessoa. Além disso, eles não agem para maximizar o ganho monetário, mas sim sua satisfação ou seu "ganho psíquico". Tal ganho psíquico pode incluir todos os tipos de valores – inclusive

a preocupação com questões ambientais – nenhum dos quais é mais ou menos arbitrário do que outro. Note que isso não implica um relativismo moral, aquele em que ninguém pode julgar as ações dos demais; implica apenas o reconhecimento de que diferentes pessoas têm seus gostos particulares.

Se as preferências são subjetivas, os recursos não possuem um valor intrínseco. Ao contrário, esse valor muda de pessoa para pessoa e muda ao longo do tempo, conforme as preferências vão se alterando. Muda também conforme a utilidade e a escassez do recurso. Os quatro pães que você comprou lhe são úteis, já que alimentarão a sua família no café-da-manhã, mas o quinto pão já não tem o mesmo valor para você, porque ninguém mais estará com fome. Perceba, pois, que um mesmo recurso pode ter valores diferentes de acordo com sua utilidade.

Essas nossas preferências não podem ser quantificadas, podem apenas ser ordenadas. O que quer dizer isso? Digamos que, no exemplo dos pães, houvesse dois tipos de pães recém-saídos do forno da padaria: pão francês e pão de leite. O fato de você ter escolhido o pão francês indica apenas que, entre aqueles dois produtos, naquele momento, você colocou o pão francês na frente do pão de leite. Não seria possível calcular o quão maior era a sua preferência pelo primeiro em relação ao segundo. Não seria possível dizer que sua preferência pelo pão francês era, digamos, duas vezes maior do que pelo pão de leite.

Logo, tudo que podemos concluir é que, naquele momento, a sua preferência era pelo pão francês – outra pessoa ou até mesmo você no dia seguinte poderia preferir o pão de leite. A

escala de valores de alguém está sempre sujeita a mudanças, não podendo ser conhecida a priori. Apenas com o seu ato de comprar os quatro pãezinhos é que descobrimos ali a sua preferência. Ora, se as preferências são subjetivas e não podem sequer ser quantificadas, não há como combinar preferências de diferentes pessoas em uma preferência "social". O que podemos fazer, porém, é olhar para a estrutura de preços do mercado.

A importância dos preços e da competição

O conjunto das relações de trocas entre compradores e vendedores determina a estrutura de preços em um determinado momento. Essa estrutura só refletirá as demandas legítimas das pessoas quando não houver interferência estatal, isto é, em uma situação de livre-mercado. Nessa situação, os preços refletirão fielmente as escolhas de milhares, milhões ou até bilhões de pessoas interagindo umas com as outras em condições de incerteza. Os preços, assim, não são um fim em si mesmo, mas simplesmente um meio de transmitirmos a informação sobre os valores subjetivos que damos a bens e serviços.

Em um ambiente de livre-mercado, por meio de tentativas e erros, os preços vão se ajustando às reais demandas das pessoas. Além disso, eles vão mudando conforme essas demandas também mudam. Já que nosso conhecimento é imperfeito, várias ações fracassarão, mas os sinais enviados pela flutuação dos preços farão com que as pessoas aprendam com seus erros e procurem coordenar suas ações de forma cada vez mais eficiente.

Logo, os preços servem como sinalizadores, indicando aos indivíduos se suas ações estão corretas e, se não estiverem, como podem melhorá-las ao longo do tempo.

Nesse processo, algo que é fundamental é o lucro. Ao contrário do que costuma ser apregoado, o lucro é belo e moral. Ele nada mais é do que a remuneração de um empreendedor. O que é um empreendedor? É alguém que, investindo seu capital e procurando satisfazer seus clientes, não só cria novas informações, como também as transmite, coordenando as ações dos agentes econômicos. Como, em um livre-mercado, não há barreiras de entrada a uma atividade, esse empreendedor precisa estar em permanente estado de alerta para não ser eliminado por seus concorrentes.

Quando um empreendedor lucra, isto é, quando ele compra um certo recurso por um preço menor e consegue revendê-lo por um preço maior, as ações da pessoa que lhe vendeu o recurso e da pessoa que dele comprou – antes desconexas – tornam-se coordenadas. Ao fazer isso, ele empreendeu, ele criou valor, ele alocou os recursos de forma mais racional do que estavam alocados anteriormente. Note que é o lucro que lhe transmite a informação de que sua ação foi bem sucedida, de que valor foi criado. Quanto mais intensa for a atividade dos empreendedores, maior a coordenação entre os agentes e mais eficiente a economia.

Voltemos para nosso exemplo dos pães. Para preparar seus pães, o padeiro precisa comprar farinha de trigo, fermento, sal e açúcar, além de pagar pela eletricidade, água e mão-de-obra. Para

manter-se economicamente viável, o custo de tudo isso precisa ser menor do que vai ser recebido de seus clientes. Se tiver lucro, ele estará oferecendo um produto cujo valor será maior do que a soma das partes. Ao fazer isso, ele terá coordenado as ações de seus fornecedores com as de seus clientes. Se não tiver lucro, isso indicará que ele vai precisar mudar algo no seu processo de produção ou simplesmente abandonar essa atividade.

Ao longo da nossa história, ainda não descobrimos uma maneira melhor de transmitir informações sobre a oferta e a demanda de recursos do que por meio do lucro. Apenas o lucro consegue medir a quantidade e a qualidade das atividades econômicas, possibilitando que comparemos os custos de produção com os resultados e que decidamos se tais atividades devem ser mantidas ou modificadas. Esse preconceito que muitos têm em relação ao lucro é mais uma das conseqüências nefastas da doutrinação estatal a que somos submetidos. Assim, o lucro – pasme! – é fundamental para a melhora de nosso bem-estar.

São pessoas como o nosso padeiro, os empreendedores, que são a força motriz da economia de mercado. Eles é que avaliam se há algo faltando e decidem começar um novo negócio ou lançar um novo produto. São os empreendedores que arriscam suas próprias economias para conseguir espaço, adquirir equipamentos, comprar insumos e contratar mão-de-obra com o propósito de preencher uma demanda que acreditam existir. Eles é que, motivados pelo lucro, buscam recursos subutilizados para coordená-los e oferecê-los, com um valor maior, aos

consumidores. Eles é que tornam nossas vidas melhores.

Muitos olham apenas para os lucros dos empreendedores, mas se esquecem dos enormes riscos que eles correm. Caso, por alguma razão, não satisfaçam seus clientes, incorrendo em grandes e prolongadas perdas financeiras, eles são impiedosamente eliminados pela concorrência. Como Hayek demonstrou, nosso conhecimento não só é incompleto como está distribuído de forma desigual entre as pessoas. Se isso é verdade, então alguns empreendedores terão maior chance de tomar uma decisão correta do que outros e são esses que permanecerão.

Note que "empreendedor" e "empresário" não são sinônimos. O empreendedor se arrisca e procura atender de forma voluntária demandas legítimas da sociedade. Logo, nosso padeiro, que procura satisfazer nosso desejo pelos pães quentinhos, é um empreendedor, assim como o é uma moça que vende seu artesanato na porta do restaurante universitário. Ao contrário, o diretor de uma empresa estatal não é um empreendedor, assim como não o é o presidente de uma grande corporação que apenas faz pressão política no congresso para ter aprovado um projeto que lhe garante privilégios.

Somente em um ambiente de livre-mercado é que teremos apenas empreendedores, já que, sem a coerção imposta pelo estado, não haverá aquelas benesses garantidas aos amigos do rei. No livre-mercado, os empreendedores precisam estar em permanente estado de alerta, tentando descobrir e atender as necessidades dos consumidores. Esse processo empreendedorial não pode ser substituído por computadores, por reuniões da

sociedade civil, por sindicatos, por câmaras setoriais, por movimentos sociais, por organizações não-governamentais ou por pseudossoluções políticas.

Uma vez que, no livre-mercado, o consumidor é soberano, o empreendedor – este sim – é, de fato, um servidor público. Se as trocas são voluntárias, não importa o quão rico seja um empreendedor, ele nunca poderá forçar as pessoas a consumir seus produtos. O mecanismo de correção de erros do mercado, baseado por um lado no sistema de preços e por outro na competição, faz que com que haja um incentivo para que, no longo prazo, os consumidores sejam satisfeitos e os empreendedores incompetentes, eliminados. Assim, em última instância, todo esse processo beneficia os consumidores.

Cabe ressaltar ainda que a competição beneficia não só os consumidores, mas também os trabalhadores. Mesmo que um determinado trabalhador não seja muito qualificado, possua uma grande família para alimentar e, portanto, não tenha um grande poder de barganha, ele será disputado pelos vários empreendedores que existem no mercado. Não há nada que impeça um competidor de oferecer um salário melhor a um trabalhador e retirá-lo de um empreendedor avaro. Portanto, no longo prazo, a competição garante também que os trabalhadores não sejam subvalorizados pela mão-de-obra que oferecem.

O livre-mercado é um sistema baseado no nosso direito natural à propriedade privada, em que todos nós, ao agirmos egoística e imprevisivelmente, com base em nossas preferências subjetivas, não só nos satisfazemos, como também servimos aos demais. Em

outras palavras, uma vez que não há a agressão imposta pelo estado, somos direcionados de forma anárquica e espontânea a caminhos que nos permitem simultaneamente servir a nós mesmos e aos próximos. Esse sistema ético e eficiente é, porém, distorcido à medida que o estado passa a intervir na economia.

As conseqüências do intervencionismo estatal

O estado consegue interferir na economia graças ao seu monopólio da agressão, obrigando seus cidadãos a fazerem coisas que não fariam normalmente. A principal maneira pela qual o estado interfere é via taxaço, isto é, roubando seu rebanho por meio de impostos e desviando dinheiro do sistema produtivo para o sistema parasitário. Por meio de regulaçoes esdrúxulas, ele também prejudica e encarece quase todas as atividades. Algumas, como o comércio de armas e drogas, são até proibidas, encarecendo-as e aumentando o incentivo para que grupos violentos as explorem.

Mesmo medidas que, em um primeiro momento, parecem boas, na verdade são altamente danosas à economia e ao bem-estar da população. Por exemplo, a criação de agências reguladoras, que teoricamente servem para beneficiar os consumidores e punir empresas que não se comportam adequadamente, leva ao estabelecimento de barreiras de entrada para novas empresas e a uma cartelização do mercado. Ou ainda, a criação de encargos trabalhistas que, longe de garantirem "direitos" aos trabalhadores, os coloca em uma posição fragilizada e provoca

desemprego.

Além disso, a imposição de uma moeda fiduciária de curso forçado – aquela que não tem lastro e que somos obrigados a usar, como o real – faz com que a população seja usada como refém de políticas econômicas irresponsáveis. Da mesma forma, a criação de um banco central, ao qual todos os demais bancos estão subordinados, permite ao governo controlar todo o sistema financeiro. Esse sistema, que é o oposto do capitalismo, é provavelmente a maior fraude a que estamos submetidos e, em última instância, é um grande mecanismo de transferência de renda dos mais pobres para os mais ricos.

Graças a esse sistema, o governo pode agir como um falsário, criando dinheiro do nada para financiar suas dívidas. A esse processo de falsificação da moeda dá-se o nome de "inflação". Note que inflação não é o aumento generalizado de preços; inflação é a expansão artificial da base monetária – o aumento de preços é tão somente uma consequência inevitável desse processo. O governo também falsifica a moeda permitindo a chamada "reserva fracionária", segundo a qual os bancos só precisam manter em seus cofres parte do que eles dizem ter. Isso permite também aos bancos criar dinheiro do nada.

Mas e qual o problema disso? Quando dinheiro é criado do nada, cada real que temos passa a valer menos. Só que aqui há algo ainda mais perverso. Como a informação de que o dinheiro foi falsificado demora a ser propagada, quem o recebe primeiro consegue gastá-lo como se ele ainda valesse mais. E quem o recebe primeiro? Exato: o próprio governo, os bancos e as

grandes corporações. Quando o nosso padeiro finalmente recebe de você esse dinheiro inflacionado, a moeda já perdeu valor, e vocês dois é que vão pagar a conta dessa farrá. Esse fenômeno é chamado de "efeito Cantillon" e explica por que o governo inflaciona a própria moeda.

Não importa o nome que se dê ao sistema político vigente – liberalismo, social-democracia, fascismo, nazismo, comunismo... – todos são antiéticos, porque são coercitivos e violam a propriedade privada, e prejudiciais à economia, porque interferem nas trocas econômicas dos cidadãos. São todas diferentes formas de socialismo. Alguns, porém, são piores do que outros, já que, quanto maior o grau de intervenção estatal na economia, maiores os prejuízos. Quer dizer, quanto mais alto for o grau de intervenção, maior é o montante tomado pelos políticos e por todo o aparato governamental e mais empobrecida se torna a sociedade.

A intervenção estatal na economia implica um planejamento centralizado, isto é, concentrado nas mãos de poucas pessoas. Nesse caso, o que temos é um plano único, feito pelo governo, que impede os demais planos que seriam feitos voluntariamente pela população em geral. Como Mises ressaltou, planejamento central é sinônimo de socialismo: quanto mais centralizado for o planejamento econômico, mais socialista é o sistema político. Escreveu ele em "As seis lições": "Submetido ao planejamento central, o homem é como um soldado em um exército. Não lhe cabe questionar, cabe-lhe cumprir ordens."

Em um sistema socialista, tudo depende da honestidade e da

sabedoria dos governantes, o que, convenhamos, está longe, bem longe, da realidade, já que, na política, os piores tendem a chegar ao poder. Ademais, mesmo que fôssemos governados pelas almas mais probas e sábias que já pisaram na Terra, imbuídas das melhores das intenções, ainda assim esse sistema não funcionaria. Como o conhecimento acumulado pela humanidade durante séculos está disperso, de forma desigual, por toda a sociedade, e como a ação humana é imprevisível, nem esse suposto conselho de sábios conseguiria planejar a economia.

A intervenção estatal não só é antiética, como também distorce os preços e leva a uma alocação irracional dos recursos. Mises já havia demonstrado, há quase 100 anos, que os cálculos baseados no livre-mercado são indispensáveis para se determinar o que é melhor economicamente. Se o governo se propõe a fazer algo que considera benéfico – construir uma estrada, por exemplo – ele usa o dinheiro roubado de seus cidadãos, que obrigatoriamente têm de gastar menos. Uma vez que o governo não gasta exatamente como as pessoas gastariam, há uma distorção no sistema de preços e uma alocação irracional de recursos.

E quando o estado intervém na economia e distorce os preços, não temos mais como saber o valor verdadeiro dos bens e serviços. O lucro, fundamental no livre-mercado para indicar as reais demandas dos consumidores, deixa de depender da criação de valor e passa a ser resultado de conchavos políticos. Lembre-se, a economia nos indica como usar recursos para alcançar fins alternativos. Assim, se em uma economia livre os fins são voluntariamente determinados pelos consumidores, em uma

economia regulada passam a ser coercitivamente determinados pelos políticos.

Para que haja crescimento econômico, é necessário investimento e, para investir, é necessário poupar. Logo, o capitalismo incentiva a poupança – e não o consumismo, como acontece no regime socialista em que vivemos. O capitalista é aquele que poupa, consumindo menos do que cria ou produz. É o caso do nosso padeiro, que deixa de viajar para guardar dinheiro para comprar um forno melhor. Essa atitude de poupar indica uma "baixa preferência temporal", isto é, uma capacidade de pensar a longo prazo. Pessoas com baixa preferência temporal abrem mão de bens presentes em troca de bens futuros.

Pois bem, a intervenção estatal também afeta essa preferência temporal por meio da manipulação da taxa de juros. Quando o governo abaixa artificialmente essa taxa, os gastos sobem em relação à poupança, empréstimos desnecessários são tomados e investimentos errôneos são feitos. Alguns setores são artificialmente favorecidos, enquanto outros são artificialmente desfavorecidos. Tudo isso leva à criação de bolhas, que, cedo ou tarde, estouram. Esses ciclos econômicos de expansão e retração provocados pela manipulação da taxa de juros levam àquelas crises econômicas periódicas que conhecemos tão bem.

Portanto, quanto mais uma sociedade se afastar do livre-mercado, mais sufocada será sua economia. Hoje em dia, em nenhum país do mundo há de fato um livre-mercado, porque as intervenções e as coerções dos governos são contínuas. Porém, o grau de intervenção estatal varia: algumas países, como Hong

Kong e Singapura, têm um grau baixo de intervenção, enquanto outros, como Cuba, Coréia do Norte e Venezuela, têm um grau altíssimo. O Brasil, infelizmente, também é um desses países com alto grau de intervenção estatal. Não por acaso, enquanto os países mais livres prosperam, os mais reprimidos se depauperam.

Se nas atividades mais próximas do livre-mercado há a "soberania do consumidor", nas atividades mais reguladas pelo estado há a "soberania do fuzil". Ao comprar seus quatro pãezinhos na padaria, você vai ler no saquinho "grato pela preferência" ou "volte sempre". Mas, ao entrar em uma repartição pública para cumprir alguma exigência arbitrária imposta por um grupo de políticos, você vai se deparar com a ameaça descrita no artigo 331 do Código Penal brasileiro: "desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela: pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa".

Como certa vez escreveu o economista estadunidense Thomas Sowell: "A primeira lição da economia é a escassez. Nunca há o suficiente de qualquer recurso para satisfazer todos aqueles que o desejam. A primeira lição da política é ignorar a primeira lição da economia." Ou seja, se quisermos usar os recursos de que dispomos de maneira ética e eficiente, não há outra opção que não esquecer a "via política" e abraçar a "via econômica", isto é, o livre-mercado. Isso vale para qualquer recurso, inclusive para aqueles que são o assunto deste livro: os bens naturais e os serviços ambientais.

Fontes

- Calton C. 2019. All human beings — not just capitalists — are self-interested. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/all-human-beings---not-just-capitalists---are-self-interested.
- Copello T. 2020. Deduzindo as leis econômicas da praxeologia. Universidade Libertária. URL: universidadelibertaria.com.br/deduzindo-as-leis-economicas-da-praxeologia.
- Galles G. 2019. Capitalism (self-ownership) is the only moral economic system. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/capitalism-aka-self-ownership-only-moral-economic-system.
- Hayek FA. 1994. The road to serfdom. University of Chicago, Chicago.
- Iorio UJ. 2013. Dez lições fundamentais de Economia Austríaca. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Miller T, Kim AB, Roberts JM & Tyrrell P. 2019. Highlights of the 2019 index of economic freedom. Heritage Foundation, Washington.
- Mises L. 1990. O cálculo econômico sob o socialismo. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Mises L. 2009. As seis lições. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Mises L. 2010. Ação humana. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Murphy RP. 2012. Lessons for the young economist. Ludwig von

- Mises Institute, Auburn.
- Opitz EA. 2018. Os americanos desperdiçam sua renda consigo mesmos, enquanto as necessidades públicas são negligenciadas. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 105-107. Faro, São Paulo.
- Read LE. 2018. O livre-mercado não pode oferecer educação pública. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 194-197. Faro, São Paulo.
- Richman S. 2018. O livre-mercado ignora os pobres. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 38-40. Faro, São Paulo.
- Rothbard MN. 1982. The ethics of liberty. Humanities, Atlantic Highlands.
- Rothbard MN. 2004. Man, economy, and state. Ludwig von Mises Institute, Auburn.
- Soto JH. 2004. Estudios de economía política. Unión, Madrid.
- Soto JH. 2012. La escuela austríaca. Síntesis, Madrid.
- Soto JH. 2014. Ensayos de economía política. Unión, Madrid.
- Turguniev P. 2019. O que é economia? Ancap.SU. URL: youtu.be/mwY0zJzm5L8.
- Vidotto L. 2019. O ser agente. Universidade Libertária. URL: universidadelibertaria.com.br/2019/08/22/a-acao-humana-e-seu-axioma.

3 Ambientalismo e Livre-Mercado

A preocupação legítima com as questões ambientais

Como provedor de recursos vitais para a nossa sobrevivência, o meio ambiente tem sido fonte de preocupação constante para a humanidade. Provavelmente, desde que nossa espécie surgiu, já começamos a refletir sobre o eventual esgotamento dos recursos naturais à nossa disposição. Representações artísticas do Paleolítico, como pinturas, entalhes e esculturas, feitas há mais de 10.000 anos, já evidenciavam que mesmo sociedades pré-históricas tinham a necessidade de interpretar a oferta de bens naturais e serviços ambientais à medida que buscavam sobreviver em um mundo hostil e desenvolviam suas estratégias sociais.

Desde então, não é raro aparecerem pessoas reclamando incessantemente que produzimos em excesso, que consumimos demais, que devastamos extensas áreas, que extinguímos espécies, que poluímos o ar, a terra e o mar.. Em suma, que estamos destruindo o planeta, e que tudo isso deve parar imediatamente, antes que seja tarde demais. Enquanto alguns preocupam-se genuinamente com tais questões e buscam soluções éticas e práticas, outros simplesmente vociferam ameaças e palavras de ordem, como verdadeiros profetas do apocalipse, e exigem que o mundo seja mudado imediatamente à sua imagem e semelhança.

Ambientalistas são pessoas que vêem grandes benefícios em comunidades naturais prístinas, em baixas taxas de extinção e em baixos níveis de poluição, preocupando-se com essa suposta destruição do planeta. Tudo isso é muito bonito, mas é um tanto irrelevante. Quem em sã consciência, afinal, discordaria desses benefícios? Todos nós queremos ter a oportunidade de admirar paisagens bucólicas, repletas de vida selvagem, respirando ar puro, bebendo água limpa e permitindo que as próximas gerações também possam usufruir a natureza – ninguém quer que tudo isso seja destruído. Mas o que significa destruir algo?

O químico francês Antoine-Laurent de Lavoisier já havia escrito em 1743: "Na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma." De fato, quando uma árvore é queimada, ela é transformada: gera-se calor, parte dos elementos se volatiliza e parte se deposita como cinzas. Quando uma floresta é derrubada, ela desaparece, mas uma fazenda, uma estrada ou uma cidade surge em seu lugar. Aliás, exatamente onde você está lendo este livro, em que hoje, muito provavelmente, há toda uma infraestrutura urbana, existia há não muito tempo cobertura vegetal nativa. Parece que temos outras demandas que não as ambientais, não?

Na verdade, o que deveríamos nos perguntar é se esse tipo de transformação vale a pena dadas essas várias demandas que temos. A rigor, o que as pessoas estão dizendo quando afirmam, em tom alarmista, que a humanidade está destruindo o planeta é que a ação humana está gerando mudanças de que elas não gostam. E isso é apenas uma opinião, isso não dá a elas o direito

de ameaçar cidadãos pacatos, clamando pelo uso do aparato coercitivo do estado. Como conciliar, então, demandas ambientalistas, muitas vezes legítimas, com o direito inalienável de um cidadão pacífico não ser agredido ou ameaçado de agressão?

Para responder a essa pergunta, muitos usam uma abordagem empirista, isto é, eles olham para as conseqüências das ações, procuram medir os resultados, colocam na balança o que consideram ser bom ou ruim e decidem de modo utilitarista o que julgam ser melhor. Para isso, comumente coletam dados, usam números e os interpretam estatisticamente. Em casos como esses, há uma frase popularizada pelo escritor estadunidense Mark Twain bastante pertinente: "Há três tipos de mentiras: mentiras, malditas mentiras e estatística". Isso porque a estatística é, muitas vezes, usada para justificar argumentos fracos.

Graças à influência do inglês John Maynard Keynes, a maioria dos economistas acredita que a ação humana pode ser analisada por meio de modelos estatísticos, cujos resultados, por sua vez, podem ser usados para justificar a interferência estatal e o planejamento central. Essa visão keynesiana permeia a maioria dos cursos de economia, cujas grades curriculares estão repletas de modelagem matemática. O problema dessa abordagem empirista, desse emprego da estatística para justificar uma posição, é que dados – notadamente um conjunto grande deles – são facilmente manipuláveis, como já nos lembrara Mark Twain.

A ação humana, porém, não pode ser condensada em números.

Melhor do que pensar empiricamente, escolhendo e interpretando dados da maneira que mais nos convém, é pensar antecipadamente, isto é, "a priori". Essa visão apriorística é a proposta do libertarianismo: devemos ignorar todos os dados e nos focar na lógica do assunto. Devemos entender que qualquer que seja a solução adotada, ela não pode ferir aquilo que, por dedução lógica, é necessário para a convivência pacífica e perene entre pessoas. Exemplos devem, pois, ser vistos apenas como corroborações do que pode ser deduzido logicamente a priori.

Sendo assim, um libertário não prometerá soluções para todos os problemas ambientais – deixemos promessas desse tipo para os políticos. Ele dirá apenas que qualquer solução para os problemas ambientais que temos ou que venhamos a ter não poderá incluir a agressão ou a ameaça de agressão a pessoas pacíficas. E ele fará isso não com base em dados, mas sim com base em deduções lógicas que levam à ética da propriedade privada, como vimos no primeiro capítulo. Além disso, ele dirá que essa possível solução será testada dentro do livre-mercado, com seu mecanismo intrínseco de correção de erros, como vimos no segundo capítulo.

Se os problemas ambientais fazem parte das nossas preocupações desde que surgimos na Terra e se os recursos naturais são essenciais para nossa sobrevivência e nosso bem-estar, então obviamente há demandas por bens e serviços fornecidos pelo meio ambiente. Cabe a nós, portanto, canalizar essas demandas de forma que consigamos usar os recursos naturais de forma racional e evitar conflitos. Mais uma vez, a

única forma possível para isso é por meio da ética da propriedade privada. Hoje em dia, porém, esses recursos naturais são quase sempre socializados, com todos os problemas que daí decorrem.

A tragédia dos comuns

Entre nós é quase unânime a idéia de que os recursos naturais não devem pertencer a alguém em particular, mas sim a toda a sociedade. "O meio ambiente não é mercadoria!" — esbraveja nosso preocupado justiceiro ambiental — "A água é de todos! Ninguém pode ser dono das florestas!" Bem, se a água ou as florestas são de todos, na verdade não são de ninguém. E se não são de ninguém, não há nenhum incentivo para que sejam conservadas. Ao contrário, o incentivo será para que sejam consumidas à exaustão. Essa idéia de que recursos naturais não podem ser mercadorias é a razão pela qual eles são levados ao esgotamento.

Antigamente, era comum aqui no Brasil os prédios terem um hidrômetro coletivo. Nesse caso, o consumo de água de um prédio era socializado: media-se o volume de água consumido por todo o prédio, dividia-se esse volume pelo número de apartamentos e cobrava-se de cada apartamento o valor médio. Assim, não adiantava você economizar água, porque se o seu vizinho a desperdiçasse, você também pagaria a conta. Logo, não havia nenhum incentivo para que os condôminos economizassem esse recurso. Pelo contrário, o incentivo era para que eles

gastassem à vontade, já que os vizinhos teriam também de arcar com os custos.

Esse hidrômetro socializado era fonte de inúmeros conflitos e brigas homéricas em reuniões de condomínio. Qual a única solução possível? Isso mesmo, individualizar o consumo de água. Isso foi feito, e os prédios novos vêm sendo construídos com hidrômetros separados para cada apartamento, o que racionaliza o consumo de água e faz com que cada família pague exatamente o que gasta, nem mais, nem menos. Note que a socialização de um recurso natural – no caso, a água – não funciona nem em uma situação extremamente simples, como em um único prédio, envolvendo algumas poucas pessoas. O que dirá em uma escala maior, não?

O que tínhamos nesse exemplo do consumo socializado da água em prédios era o que ficou conhecido como "a tragédia dos comuns". Em situações como essa, o incentivo de cada pessoa é para usar um recurso sem se preocupar com as conseqüências no longo prazo, o que leva a um consumo excessivo do mesmo, a uma falta de investimentos para provê-lo e, em última instância, à sua exaustão. Essa expressão, "a tragédia dos comuns", foi popularizada por um biólogo estadunidense chamado Garrett Hardin, que publicou um artigo com esse título na revista *Science*, em 1968.

No artigo, Hardin citou o exemplo do gado em pastagens: quando o pasto era particular, o fazendeiro limitava o seu uso de modo que o rebanho sempre tivesse plantas para forragear, evidenciando um pensamento de longo prazo; já quando o pasto

era compartilhado com outros fazendeiros, ele era superutilizado, porque se o rebanho de um fazendeiro não consumisse logo as plantas, os rebanhos dos demais fazendeiros o fariam – conseqüentemente, os pastos rapidamente se exauriam, graças a um pensamento de curto prazo. "É o olho do dono que engorda o boi!" — já nos lembra a sabedoria popular.

O que vale para o consumo de água em um prédio ou de plantas forrageiras em um pasto vale para outros bens naturais e serviços ambientais. Essa idéia arraigada na mente da grande maioria das pessoas de que eles devem ser socializados faz com que inevitavelmente caiamos na tragédia dos comuns e que fatalmente tenhamos conflitos insolúveis relacionados a esses recursos. Em situações como essas, em que temos a tragédia dos comuns, fazer campanhas pedindo à população que "mude seus hábitos" para salvar o planeta é completamente inútil, dado o incentivo muito mais forte para que ocorra o exato oposto.

As pseudossoluções estatais

Lamentavelmente, quase todas as medidas tomadas hoje para evitar problemas ambientais pedem mais do veneno que os causam: clamam por mais intervenção estatal e dão ainda mais poder para políticos decidirem de forma coercitiva e centralizada como os bens naturais serão consumidos e como os serviços ambientais serão fornecidos. Não há a menor chance de isso dar certo. Além de essas medidas serem antiéticas, o que, por si só, já basta para que sejam sumariamente rechaçadas, são

antieconômicas, porque levam a uma alocação irracional de recursos, e ineficientes, porque não resolvem os problemas que se propõem a resolver.

Pensemos primeiro na questão ética. Quando alguém, muitas vezes de forma até bem-intencionada, pede que algo que supostamente faça mal ao meio ambiente – digamos, sacolas plásticas – seja proibido, o que ele está pedindo é que o estado, enquanto detentor do monopólio da agressão, use o poder de suas armas para obrigar cidadãos pacíficos a fazer algo que normalmente não fariam, sob ameaça de multa, prisão ou morte. Ou seja, ele está defendendo a pseudossolução de um conflito por meio da força e permitindo que políticos decidam como aplicá-la. Convenhamos, isso não parece ser uma boa idéia.

Quando alguém defende medidas desse tipo, está abrindo as portas do inferno. Ele está preferindo o uso da força estatal para obter o que imagina ser uma vantagem para si ou para os outros em vez de alternativas voluntárias. E uma vez que tenha sido dado poder a políticos para coagir pessoas pacatas a fazer algo que não querem, não haverá limites para a coerção estatal. Quem defende tais medidas, cedo ou tarde, também terá os fuzis do estado apontados para si, obrigando-o a fazer algo que considera inaceitável. Uma vez que se relativiza a propriedade privada, não há mais como se evitarem injustiças.

Além da questão ética, a intervenção estatal – com suas implacáveis taxações, suas infinitas regulações, suas enormes distorções no sistema de preços, seus inúmeros favorecimentos aos amigos do rei – traz uma série de problemas econômicos à

conservação do meio ambiente. Pedir impostos, regulações e proibições empobrece enormemente a população, já que retira capital do sistema produtivo e o coloca no sistema parasitário. Logo, fazer isso, ainda que usando como justificativa a preservação do meio ambiente, traz pobreza, já que impõe vários custos que vão ter de ser pagos pela população como um todo.

Portanto, usar os problemas ambientais para pedir mais intervenção estatal é só encenação de virtude – é tão somente querer sentir-se moralmente elevado perante seus pares, é apenas querer impor violentamente uma opinião, deixando a conta para todos, especialmente os mais pobres, pagarem. Como dizem por aí, "fazer caridade com o dinheiro dos outros é fácil". E é mesmo. Apenas abrindo voluntariamente a própria carteira e, de alguma forma, dispondo-se a contribuir financeiramente com aquilo que imagina ser bom à preservação do meio ambiente é que alguém demonstra que, de fato, se preocupa com a questão ambiental.

O empobrecimento generalizado provocado pela intervenção estatal na economia dificulta ou até impossibilita isso. Quem está passando por dificuldades financeiras não pode se dar ao luxo de ficar se preocupando com questões ambientais. Alguém que esteja tendo dificuldades para colocar comida à mesa para sua família sequer vai considerar, digamos, pagar o dobro por uma dúzia de ovos orgânicos. Lembre-se, nossas ações visam à melhora de nosso bem-estar. Apenas quando as nossas demandas mais básicas estiverem satisfeitas é que nos preocuparemos com as demais.

O sistema de preços do livre-mercado é que vai permitir que quantifiquemos a importância da questão ambiental frente às outras demandas. Logo, um outro problema trazido pela intervenção estatal é a distorção nesse sistema de preços, que impossibilita que saibamos exatamente quais são as preferências subjetivas dos indivíduos. Se não é possível saber o quão importante é a conservação ambiental face ao resto, não é possível determinar quanto de nossos escassos recursos deve ser alocado para esse fim. Qualquer tentativa de se planejar isso centralmente será ineficiente.

Ainda, a expansão artificial de crédito via diminuição da taxa de juros, que os bancos centrais periodicamente determinam, estimula o consumo excessivo, cria bolhas especulativas caracterizadas por uma ilusão de riqueza e coloca pressão sobre os recursos naturais. Socialismo, com seu planejamento central da economia, aumenta a preferência temporal, faz com que as pessoas pensem apenas no curto prazo e estimula o consumismo. Por exemplo, as bolhas imobiliárias decorrentes dessa expansão artificial de crédito implicam maiores demandas por madeira e calcário, colocando pressão sobre florestas e cavernas.

Além disso, a intervenção estatal via impostos, regulações e proibições favorece as grandes corporações, pois impõe barreiras de entrada quase intransponíveis a novos concorrentes. Protegidas da concorrência, essas corporações não têm mais nenhum incentivo para atenderem eventuais demandas legítimas de seus clientes relacionadas ao meio ambiente. Toda essa intervenção estatal também impõe custos altíssimos à atividade

empreendedorial, desestimulando inclusive aqueles que estão dispostos a arriscar o próprio capital na busca por soluções para os problemas ambientais.

Um outro problema é o sistema judiciário estatal. Por ser monopolista, coercitivo e juspositivista, ele não tem como funcionar para fornecer justiça. Uma vez que, na legislação estatal, a propriedade privada é relativizada, é muito difícil para aquele que é prejudicado por problemas ambientais se defender. Lembre-se dos desastres ambientais que aconteceram recentemente no país, como rompimentos de barragens e derramamentos de óleo no mar. Alguém foi punido por isso? As vítimas receberam alguma forma justa de restituição? Claro que não. A justiça estatal funciona apenas para proteger os políticos e seus comparsas.

A intervenção do estado, socializando os custos das suas pseudossoluções, transforma toda a questão ambiental em uma grande tragédia dos comuns, fazendo com que até mesmo aqueles que nunca prejudicaram o meio ambiente paguem pelos problemas causados pelos demais e, ainda por cima, não vejam nenhum resultado concreto, só encenação de virtude. O estado não está nem aí para o meio ambiente. Para políticos, o ambientalismo é simplesmente uma excelente desculpa para ganhar votos, taxar ainda mais a população, aumentar o controle social e beneficiar esse pequeno grupo de aristocratas a que pertencem.

Assim, algo extremamente importante como a conservação do meio ambiente se torna apenas mais um instrumento de

propaganda, de doutrinação e de controle. A intromissão estatal politiza a questão ambiental, dividindo as pessoas e tornando-as facilmente manipuláveis. A crença de que bens naturais e serviços ambientais devam ser públicos cobra um alto preço. Como bem disse Albert Einstein, "insanidade é continuar fazendo sempre a mesma coisa e esperar resultados distintos". Se quisermos solucionar os problemas ambientais, já passou da hora de tentarmos algo diferente.

A solução real

Mateus mora em uma pequena cidade no interior do Paraná, onde trabalha na loja de móveis de seu pai. Os moradores daquele bairro vêm debatendo acaloradamente o que fazer com uma pracinha que existe perto da loja. Mateus, que nos últimos anos se tornou um aguerrido ativista ambiental, sabe exatamente o que fazer com a praça: devem ser plantadas ali árvores nativas, para que sejam restaurados, ainda que minimamente, os serviços ambientais que as florestas da região, outrora tão abundantes, forneciam em um passado não tão distante.

O que Mateus não consegue acreditar é que há pessoas que pensam diferente. "Como ousam?" — pergunta ele. Para seu espanto, há pessoas como Viviane, que levam seus filhos à praça e que acreditam que um parquinho de diversões cairia muito bem ali. Há aqueles como Roberto, que passeiam com seus cachorros e que acham que um extenso gramado deixaria o local perfeito. Há ainda pessoas como Ana, que não querem nada disso

e que preferem um estacionamento, já que vão trabalhar de carro. Note que, nesse exemplo, temos um recurso, o espaço, e várias opiniões de como ele deve ser usado. Como superar essas diferenças?

Uma opção é aquela "via política" de Oppenheimer. "Vou votar no Jorginho do Açougue para vereador, porque ele prometeu transformar aquela praça em uma pequena floresta!" — declara orgulhosamente Mateus. Será que isso é uma boa opção? Quando escolhemos essa via, estamos defendendo que, uma vez eleito, Jorginho, junto com outros comparsas, roube, via impostos, não só o próprio Mateus, mas também Viviane, Roberto, Ana e demais cidadãos para fazer algo com que muitos não concordam. E isso assumindo, ingenuamente, que o Excelentíssimo Vereador Jorginho do Açougue vá fazer o que prometeu.

Ao se escolher essa via, o conflito não é resolvido; ao contrário, ele é exacerbado. Agora, mesmo os que não concordam com aquele uso da praça são obrigados a financiá-lo. O vencedor daquela divergência de opiniões é decidido pela força, por aquele que consegue capturar a máquina coercitiva do estado. É este o sistema em que vivemos hoje e é patente sua injustiça. Neste sistema, a grande maioria da população tem seu direito à autopropriedade sistematicamente violado para que alguns se iludam com pequenas mudanças e uma pequena casta de privilegiados se aproveite de nossas preferências subjetivas.

Não seria melhor uma outra opção? Não seria melhor tentarmos aquela "via econômica" de Oppenheimer? Não seria melhor nos lembrarmos de que os recursos, por definição, são

escassos? Aceitando a realidade como ela é, aí sim teremos alguma chance de resolver esses inevitáveis conflitos de forma pacífica. E se aquela praça fosse privatizada e o dono pudesse fazer dela o que quisesse, cobrando para tal? Nesse caso, se ele percebesse que há demanda por uma praça bastante arborizada e que há pessoas como Mateus, dispostas a pagar por isso, ele poderia se arriscar nessa empreitada.

A escritora estadunidense Ayn Rand certa vez escreveu: "Podemos ignorar a realidade, mas não podemos ignorar as conseqüências de ignorar a realidade." No caso do meio ambiente, mesmo se ignorarmos o fato de que os recursos naturais são escassos, tratando-os como "direitos" e procurando socializá-los, a realidade baterá à nossa porta: cairemos na tragédia dos comuns, haverá um incentivo para a exaustão desses recursos e surgirão vários conflitos, cujos vencedores serão determinados pela força. Assim, se quisermos realmente solucionar esses problemas, a solução é o livre-mercado, é privatizar os recursos naturais.

Antes de mais nada, a privatização de tais recursos é a única solução ética. Recorde-se de que, como vimos no primeiro capítulo, a ética da propriedade privada pode ser deduzida logicamente e é universal: ela é válida para qualquer pessoa, em qualquer lugar e a qualquer momento. Sendo assim, ela previne conflitos, protege os mais fracos e nos dá um embasamento jurídico claro para punir os que não a respeitam e para restituir os que são desrespeitados. Seguindo essa ética, um recurso natural será daquele que primeiro dele se apropriar ou daquele

que o receber de outrem por meio de uma troca voluntária.

Uma vez privatizados, os recursos naturais podem ser comercializados em um livre-mercado, cujos preços, agora livres das distorções estatais, refletem fielmente as preferências subjetivas das pessoas. Como no exemplo da praça, temos várias demandas, das quais a proteção ao meio ambiente é apenas uma. Hoje em dia, dadas as interferências econômicas estatais, não temos como saber qual é a exata posição da proteção ao meio ambiente dentro dessa lista de necessidades. Apenas o sistema de preços em um livre-mercado nos permite aferir o quão importante são as questões ambientais em relação às outras demandas.

Ao contrário do que os justiceiros ambientais querem lhe fazer acreditar, a proteção ao meio ambiente não é uma prioridade para muitas pessoas, que colocam outras necessidades, igualmente legítimas, na frente. Um estudo do Pew Research Center, publicado em 2015, mostrou que a grande maioria das pessoas não considera a proteção ao meio ambiente algo relevante quando comparada com outros objetivos em suas vidas. Na verdade, elas priorizam demandas como alimentação, saúde, segurança e educação para, só depois, se preocuparem com questões ambientais.

Não obstante, o meio ambiente tem sua importância, como nos mostra a comoção da população frente a várias questões ambientais. Esse tipo de comoção, que surge, por exemplo, quando há um derramamento de óleo no mar, evidencia que as pessoas, em algum grau, valorizam a conservação. A privatização

dos bens naturais e dos serviços ambientais faria com que essa valorização deixasse de ser simplesmente encenação de virtude e passasse a ser espontânea, virtuosa e autêntica. Assim, se o meio ambiente importa, ele será valorizado no livre-mercado conforme outras demandas mais prioritárias venham a ser satisfeitas.

Portanto, só com um crescimento econômico significativo é que as pessoas passam a se preocupar com o meio ambiente. Mesmo que não haja um livre-mercado de fato, a mera diminuição da intervenção estatal já faz com que a economia comece a prosperar – e quanto maior essa diminuição, mais próspera a economia. Nesse caso, com mais dinheiro no bolso, podemos contribuir com causas ambientais; do contrário, atemo-nos ao que é prioritário. Não tem jeito, é assim que funciona. Quantas vezes você já não deixou de contribuir com alguma causa ambiental por não ter dinheiro? Pois é, o que vale para você vale para os outros.

A aplicação de um sistema de preços aos recursos naturais também faz com que aqueles que consumam mais paguem mais, o que evita a tragédia dos comuns. Além disso, ele cria incentivos para que recursos naturais sejam ofertados de forma eficiente, já que envia sinais quanto ao que deve ser conservado ou transformado, seja um bem natural, como um pedaço de floresta, seja um serviço ambiental, como a prevenção de enchentes. Quanto mais escasso esse bem ou esse serviço, mais caro se torna. Isso é um incentivo para que empreendedores invistam, produzam e ofertem tal recurso, reduzindo, posteriormente, seu

preço.

Por um livre-mercado de preservação ambiental

Deixe-me lhe contar uma outra história bastante ilustrativa. Na década de 1840, uma praga dizimou as culturas de batata na Europa setentrional, levando a uma grande carestia. Milhões de pessoas ficaram desnutridas, muitas delas morreram e outras tantas foram obrigadas a emigrar, levando a um grande declínio populacional. A diminuição da oferta desse bem natural levou a um aumento de preço não só da própria batata, mas também de outros alimentos. Isso é simplesmente a lei de oferta e procura, algo de que não temos como escapar: se a procura é a mesma e se há menos de um dado recurso, cada item dele custa mais.

Aí mais uma vez, cheio de boas intenções, nosso justiceiro grita: "Que absurdo, esses agricultores eram uns capitalistas gananciosos! A população morrendo, e eles aumentando os preços! O governo deveria ter intervindo e controlado tudo!" Bom, se o governo tivesse intervindo, o problema só teria piorado. Um controle de preços teria trazido duas conseqüências negativas. O preço artificialmente baixo dos alimentos teria levado, primeiro, a um esgotamento quase que imediato de todo o pequeno estoque que havia e, segundo, a uma ausência de incentivos para que empreendedores procurassem normalizar a oferta.

Como as coisas seguiram seu curso, os preços altos dos alimentos fizeram com que algumas pessoas arriscassem o

próprio capital na esperança de que pudessem lucrar mais depois, ofertando aqueles bens tão raros e procurados. Uma dessas pessoas foi o agrônomo inglês John Bennet Lawes, que, nessa mesma década de 1840, desenvolveu o "superfosfato" e deu início à indústria de fertilizantes químicos, que levou a um brutal aumento da produtividade agrícola e foi fundamental para a solução da crise. O que salvou os europeus, pois, não foram as boas intenções de ninguém, mas sim o desejo por lucro de empreendedores como Lawes.

E eis de novo o papel fundamental dos empreendedores. Em uma economia de livre-mercado, eles se antecipam e procuram oferecer o que acreditam ser mais desejado, coordenando o uso dos recursos, inclusive os naturais. Consumidores, por sua vez, respondem comprando ou não o que lhes é oferecido. Graças ao sistema de preços, lucros e prejuízos sinalizam se e como recursos devem ser realocados. Já que nossos limitados recursos podem ser alocados de infinitas maneiras, temos de fazer escolhas, sacrificando alguns de nossos desejos em função de outros. Qual a conclusão inescapável disso?

É que, em um livre-mercado, a quantidade de natureza a ser preservada será exatamente aquela que a população como um todo considerar necessária. Talvez eu e você consideremos essa quantidade pequena; talvez aqueles justiceiros ambientais se decepcionem. Paciência, a vida é assim... Contudo, todos nós poderemos participar da economia de mercado, encorajando pacificamente outros a aprimorarem esse cenário que consideramos insuficiente. Isso não é melhor do que defender

que alguns políticos roubem o povo na esperança de que, por milagre, façam o que deles se espera?

"Mas e se uma empresa desperdiçar recursos naturais?" — pergunta o inquieto justiceiro. Ora, em um ambiente de livre mercado, não há barreiras de entrada. Dado que os recursos são escassos e que os empreendedores buscam o lucro, há um estímulo muito forte para se usar a menor quantidade possível desses recursos. Se uma empresa for gerida de forma irresponsável, gastando mais recursos naturais do que precisa, há todo um incentivo para que outras tomem o seu lugar. É justamente esse mecanismo de competição do mercado que faz com que empreendedores perdulários sejam rapidamente eliminados.

"E a poluição?" — continua, incansável, nosso justiceiro — "esses empreendedores insensíveis vão poluir tudo!" Mas será? Você já tentou jogar seu lixo no quintal do seu vizinho? Provavelmente não, mas você sabe que, se jogar, seu vizinho não vai aceitar a sujeira passivamente. "Quem tem cuida" — já diz o ditado. Aqui é a mesma coisa: se rios, lagos, florestas e afins forem particulares, ninguém vai deixar sua propriedade ser poluída pelo lixo dos outros. Se, porventura, isso vier a acontecer, o proprietário certamente irá buscar reparação e punição por meio de tribunais.

E, naturalmente, esse tribunais também serão privados. Se o sistema judiciário estatal não tem como funcionar por ser monopolista, coercitivo e juspositivista, tribunais privados – voluntários e jusnaturalistas – terão os incentivos corretos para

produzir justiça barata e de qualidade. Em um sistema de justiça desse tipo, os custos pelos danos causados em agressões ou catástrofes ambientais incidirão sobre os que de fato as provocaram e não sobre os pagadores de impostos. Da mesma forma, as reparações e indenizações irão diretamente para aqueles que sofreram os danos e não para o bolso do governo.

Se você está lendo este livro é porque, mui provavelmente, preocupa-se com o meio ambiente. Mesmo que você esteja certo em suas preocupações, isso não lhe dá o direito de pedir que fuzis sejam apontados para pessoas pacíficas, obrigando-as a fazer algo que não querem. O que você pode fazer, porém, é procurar expor o seu ponto de vista e convencer seus interlocutores. Nesse caso, o convencimento é válido, pois eventuais mudanças de hábito da população evidenciarão mudanças reais de mentalidade e não medo de sofrer represálias por não seguir uma legislação imposta agressivamente pelo estado.

O economista espanhol Jesús Huerta de Soto resumiu bem a questão: "A melhor maneira de se preservar a natureza é estendendo a criatividade empreendedorial e os princípios do livre mercado para todos os recursos naturais, o que requer a completa privatização destes e uma correta definição e defesa dos direitos de propriedade. Sem esses direitos, o cálculo econômico se torna impossível, a correta alocação de recursos para as aplicações mais demandadas é impedida e todos os tipos de comportamentos irresponsáveis são encorajados, o que leva à exaustão e à destruição injustificadas de vários recursos

naturais."

Em suma, pensando praxeologicamente, podemos afirmar que: (1) a provisão de bens naturais e serviços ambientais é importante para o bem-estar humano; (2) há, porém, outras demandas mais importantes para esse bem-estar, como alimentação, educação, saúde e segurança; (3) a importância dada ao meio ambiente tende a aumentar à medida que o livre-mercado enriquece as pessoas e satisfaz o que elas consideram prioritário; (4) qualquer intervenção estatal é antiética e antieconômica e (5) qualquer solução para conflitos relacionados ao meio ambiente passa pelo respeito à propriedade privada. Vamos pensar nessas soluções?

Fontes

Block W. 1998. Environmentalism and economic freedom: the case for private property rights. *Journal of Business Ethics* 17: 1887-1899.

Bragina EV, Ives AR, Pidgeon AM, Balčiauskas L, Csányi S, Khoyetsky P, Kysucká K, Lieskovsky J, Ozolins J, Randveer T, Štych P, Volokh A, Zhelev C, Ziólkowska E & Radeloff VC. 2108. Wildlife population changes across Eastern Europe after the collapse of socialism. *Frontier in Ecology and the Environment* 16: 77-81.

Costa D. 2019. Os quatro colapsos que destruíram o comunismo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/article/1971/os-4-colapsos-que-destruiram-o-comunismo.

- Hardin G. 1968. The tragedy of the commons. *Science* 162: 1243-1248.
- Ikeda S. 2018. Estamos destruindo a Terra, e o governo precisa fazer alguma coisa. In: Reed LW. *Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda*, pp. 67-69. Faro, São Paulo.
- Lacalle D. 2019. Socialism is the greatest threat to the environment. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/socialism-greatest-threat-environment.
- Marques I. 2019. Da produção de prosperidade e qualidade de vida. Anarcogeek. URL: anarcogeek.blogspot.com/2019/01/da-producao-de-prosperidade-e-qualidade.html.
- McAfee A. 2019. *More from less*. Scribner, New York.
- Mithen SJ. 1991. Ecological interpretations of Palaeolithic art. *Proceedings of the Prehistoric Society* 57: 103-114.
- Newman J. 2019. Environmentalists are anti-human. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/environmentalists-are-anti-human.
- Nóbrega B. 2019. Uber mostra como capitalismo ajuda mais do que governos na preservação do meio ambiente. *Ideias Radicais*. URL: ideiasradicais.com.br/uber-como-capitalismo-ajuda-mais-do-que-governos-na-preservacao-do-meio-ambiente.
- Pew Research Center. 2015. Public priorities reflect changing conditions at home and abroad. Pew Research Center. URL: people-press.org/2015/01/15/publics-policy-priorities-reflect-changing-conditions-at-home-and-abroad.

- Reed LW. 2018a. O governo deveria ter o poder de fazer com que as pessoas cuidassem mais de si mesmas. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 115-119. Faro, São Paulo.
- Reed LW. 2018b. Países com escassez de recursos precisam de um planejamento central para se desenvolver. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 223-226. Faro, São Paulo.
- Scruton R. 2012. Green philosophy: how to think seriously about the planet. Atlantic, London.
- Soto JH. 2012. A relação entre expansão artificial do crédito e degradação ambiental. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=1350.
- Turguniev P. 2019. Como resolver o problema do SUS com uma só medida? Ancap.SU. URL: youtu.be/PzWeF3-87XY.
- Vieira M. 2019. Mises, Hayek e a solução dos problemas ambientais. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/mises-hayek-e-a-solucao-dos-problemas-ambientais.

4 Recursos

Estamos condenados?

Em meados de março, você notou as redes sociais em polvorosa. Longos textos declarando que se não fizessemos nada, o fim estaria próximo. Filtros em avatares dizendo "salvem o planeta". Supostos especialistas, em seus 15 minutos de fama, afirmando que estávamos esgotando nossos recursos naturais. Abaixo-assinados exigindo que governos fizessem algo para evitar uma catástrofe iminente. Todo esse alvoroço era por causa da "Hora da Terra", um movimento que pedia às pessoas para desligar as luzes por uma hora e "demonstrar apoio à proteção do nosso planeta".

Quatro meses depois, você percebeu uma movimentação semelhante nessas mesmas redes. Justiceiros sociais proclamando que o capitalismo estava nos levando para o abismo. Gráficos mostrando que precisávamos de quase duas Terras para fornecer todos os recursos naturais que consumíamos. Uma folhinha de calendário com um certo dia destacado em vermelho, mostrando que, naquele dia, havíamos cruzado uma linha perigosa. Toda essa movimentação porque, no final de julho, haveria o "Dia da Sobrecapacidade da Terra", o dia em que ultrapassaríamos a capacidade de suporte do planeta.

Tudo isso o deixou preocupado, afinal todos nós dependemos dos recursos naturais, sejam bens, sejam serviços. O meio

ambiente nos oferece tanto bens naturais, como água, alimentos, madeira, combustível, fibras, remédios e precursores de produtos industriais, quanto serviços que ajudam a sustentar e a satisfazer a vida humana, como a prevenção de enchentes e secas, a manutenção do solo, a polinização, o controle de pragas, a regulação do clima e a contemplação de belezas cênicas. Como ficará tudo isso se estamos esgotando rapidamente nossos recursos?

Por causa desse discurso, ao comprar, digamos, um carro com os frutos do seu suado esforço, você ouve algumas pessoas ao seu redor o cobrando com veemência: "Como assim? Vai continuar consumindo excessivamente ou está disposto a fazer sacrifícios? Graças a gente irresponsável como você é que estamos indo para o buraco!" Mais uma vez, só encenação de virtude, que é usada como desculpa para dar mais poder a políticos. "Será que sou uma pessoa tão má assim?" — você se questiona — "Só quero ir para o trabalho com mais conforto! Será que estou mesmo contribuindo para a ruína das próximas gerações?"

Calma! Como diria o mochileiro das galáxias, "não entre em pânico". Se não violar a autopropriedade de ninguém, não é preciso se sentir culpado por nada ao procurar melhorar seu bem-estar. Devido aos avanços fornecidos pelo mercado, e apesar das interferências estatais, as coisas não estão tão ruins quanto parecem. Na verdade, a situação está melhorando, ao contrário do que os arautos do fim dos tempos apregoam. O livro "Mais por menos", publicado em 2019 pelo engenheiro estadunidense Andrew McAfee, ilustrou bem como trocas voluntárias levam a

uma utilização mais racional dos recursos naturais.

McAfee argumentou que estamos vivenciando uma espécie de "desmaterialização", não no sentido de que estamos usando menos itens, mas no de que as quantidades usadas de energia e de materiais – os recursos naturais que consumimos – estão diminuindo, mesmo com crescimentos populacional e econômico. Para exemplificar, o autor citou os Estados Unidos, em que o consumo de matérias-primas como madeira, cimento, cobre e alumínio se estabilizou ou diminuiu a partir do início deste século. Ele também mostrou que, embora a produtividade agrícola tenha aumentado no período, o uso de água, fertilizantes e terra caiu.

Na última década, McAfee escreveu, enquanto a economia dos Estados Unidos cresceu 45% e sua população 8%, a energia consumida no país diminuiu em 2%. Essa tendência também aparece no mundo como um todo. O desacoplamento entre crescimento econômico, crescimento populacional e consumo de recursos naturais refuta a idéia de que preservação e mercado não podem andar lado a lado. "Ah, você está usando dados para embasar sua posição, você é um empirista! Você está contradizendo o que escreveu nos primeiros capítulos de seu próprio livro!" — brada triunfalmente nosso ativista ambiental.

Não, querido justiceiro, esses dados são apenas corroborações do que podemos deduzir logicamente, como já havia escrito. Trocas voluntárias são sempre éticas e mais eficientes. Do ponto de vista econômico, podemos deduzir que tanto empreendedores quanto consumidores levam em conta a disponibilidade dos

recursos naturais no futuro em um ambiente de livre-mercado. Lembre-se, capitalismo diminui a preferência temporal – isto é, leva a uma mentalidade de longo prazo – em decorrência da expectativa de que o consumo no futuro será melhor ou maior do que no presente.

Por um lado, essa baixa preferência temporal faz com que empreendedores pensem não nos seus ganhos imediatos, mas sim nos seus lucros ao longo do tempo, fazendo com que procurem preservar os recursos naturais. Por outro lado, consumidores também têm interesse em conservar tais recursos. Se há um produto de que eles gostam e cuja produção dependa de certos recursos naturais, eles têm todos os incentivos para desejar que esses recursos não sejam exauridos. Portanto, à medida que abandonamos o socialismo, a tendência é de que conservemos melhor os recursos naturais.

Daí decorre que a melhor estratégia para a preservação do meio ambiente é privatizar esses recursos, permitindo que seus donos lucrem com eles e satisfaçam as preferências subjetivas dos consumidores. Nesse caso, os donos podem defender e usar racionalmente tais recursos, evitando a tragédia dos comuns. Empreendedores podem desenvolver novas tecnologias que diminuam os custos, reduzindo o consumo de recursos naturais, e que aumentem a produtividade, tornando o retorno futuro maior. Assim, novas tecnologias e maiores produtividades não são ameaças aos recursos naturais, mas sim estímulos para preservá-los.

Os efeitos da intervenção estatal

O mar de Aral localiza-se na Ásia Central, entre o sul do Cazaquistão e o norte do Usbequistão, e é abastecido principalmente pelos rios Amu Darya e Syr Darya. Até 1960, era o quarto maior lago de água salgada do mundo, com cerca de 68.000 km² de área, maior do que o estado do Rio de Janeiro. Nessa época, a região fazia parte da União Soviética e estava submetida ao planejamento central do governo socialista de Moscou. Como Mises havia alertado quatro décadas antes, no socialismo, o cálculo econômico é impossível, levando necessariamente a uma alocação irracional de recursos, incluindo os naturais.

Não deu outra. No final dos anos 1950, os burocratas do governo de Nikita Krushev decidiram "estimular a agricultura", passando a cultivar no entorno do lago especialmente algodão. Para irrigar as plantações, construíram canais para os quais desviaram água dos dois principais rios que abasteciam o lago. Boa parte dessa água desviada, entre um e três quartos conforme a época, era perdida por infiltração e evaporação. A partir de 1960, sem suas principais fontes de água, o lago começou a secar. Além disso, sem a água doce dos rios o abastecendo, sua salinidade começou a aumentar.

Em cinqüenta anos, o nível d'água baixou mais de 20 metros, a área diminuiu para 20% do que era antes, o volume de água se reduziu para 10% do original, e a salinidade aumentou mais de 12 vezes. O encolhimento do lago também alterou o clima local,

reduzindo a precipitação em dois terços. Assim, o dessecamento do lago foi acompanhado pela desertificação, que diminuiu a cobertura vegetal em 40%. Sem a proteção da vegetação, a frequência das tempestades de areia aumentou bastante. Graças à salinização, à desertificação e à erosão, seis milhões de hectares de terra arável foram perdidos.

Para compensar a diminuição no volume de água e na qualidade do solo, mais pesticidas passaram a ser usados nas plantações de algodão, o que levou a um problema de contaminação. A ictiofauna do lago foi brutalmente impactada. A indústria pesqueira, que, no auge, empregava 40.000 pessoas e era responsável por um sexto de todos os peixes consumidos na União Soviética, colapsou. Tudo isso impactou a população local, que até hoje tem uma baixa expectativa de vida e uma alta taxa de mortalidade infantil. Não por acaso, a tragédia do mar de Aral tem sido considerada "o pior desastre ambiental da história".

Esse relato é apenas um entre os vários casos de intervencionistas que julgaram saber o que era melhor para a sociedade e usaram os fuzis estatais para impor agressivamente suas políticas. Em maior ou menor grau, todos os estados são assim. O socialismo, ao violar nosso direito natural à autopropriedade, faz com que os recursos naturais sejam necessariamente sub ou sobreutilizados. Ainda, cria conflitos insolúveis e se alimenta deles para aumentar o grau de controle social. Seria possível escrever um livro inteiro só relatando esses casos, mas vou me ater a um outro exemplo, mais recente, aqui do Brasil.

O estado adora usar as camadas mais desfavorecidas para justificar sua existência. Uma pequena dose de pílula vermelha já basta para que vejamos que, na verdade, o estado usa tais camadas para se legitimar psicossocialmente, ao mesmo tempo que as escraviza e as impede de prosperar. Uma das maneiras pelas quais o estado as impede de prosperar é por meio das agências reguladoras, controladas por políticos, que encarecem os custos das transações e impõem barreiras de entrada a um dado setor. Uma delas é a Agência Nacional do Petróleo, que regula o setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis no país.

Não deveria haver nenhuma regulação para a oferta de energia, mas, graças à nossa legislação positivista, por algum motivo políticos se julgam no direito de decidir se um produtor rural pode ou não pode produzir álcool combustível – etanol – em sua propriedade. Microdestilarias de etanol são importantes, pois geram empregos, aumentam a oferta energética e elevam a produtividade agrícola. Mesmo usando seu capital, em sua terra, sem violar a autopropriedade de ninguém, um pequeno produtor rural não pode produzir e comercializar etanol sem a bênção de políticos.

Embora hoje seja proibida, essa produção de álcool em pequena escala já é viável economicamente. Com um investimento inicial relativamente baixo, um pequeno produtor consegue montar uma microdestilaria e usar o etanol tanto para consumo próprio quanto para revenda. Para produzir o biocombustível, o produtor pode usar sobras de alimentos, sem valor comercial. No caso da batata-doce, por exemplo, podem-se usar os 30% da colheita que

são perdidos por não terem qualidade para a alimentação. Palhas de arroz, sobras de cachaça, cascas de madeira, entre outras, também podem ser usadas para produzir o álcool etílico.

Os resíduos das microdestilarias podem ainda ser usados para alimentar os animais ou fertilizar as lavouras, aumentando a produtividade e gerando riqueza. Note como o mercado funciona: recursos naturais que não eram aproveitados passam a ser graças a um desenvolvimento tecnológico. Recursos que antes eram desperdiçados podem agora ser usados para gerar energia. Porém, algo já viável tecnológica e economicamente, com o potencial de gerar uma revolução tanto energética quanto alimentícia, fica parado devido a proibições esdrúxulas de uma agência reguladora e de decretos executivos.

No momento em que escrevo este texto, há um projeto em trâmite que autoriza microdestilarias de etanol, com um limite de 10.000 litros diários, mas ele ainda está passando por várias comissões da Câmara e não tem previsão de ser votado em plenário. E por que 10.000 litros e não 9.999 ou 10.001? Bom, mais um limite arbitrário da legislação positivista. Mas mesmo que isso venha a ser aprovado por deputados e senadores e que, depois, seja sancionado pelo presidente, o absurdo de uma atividade pacífica não poder ser exercida sem a permissão de políticos continuará.

Os benefícios da livre iniciativa

Os recursos naturais que existem no planeta não possuem valor

intrínseco, isto é, não têm valor por si só. Eles passam a ter valor somente a partir do momento em que seres humanos identificam que tais recursos são capazes de atender nossas necessidades e melhorar nosso bem-estar, sem que precisemos despende uma quantidade exagerada de trabalho para usá-los. E a verdade é que ainda usamos muito pouco do que a Terra nos dá: do mais de um trilhão de quilômetros cúbicos de recursos naturais existentes no planeta, usamos apenas cerca de 100 quilômetros cúbicos – ou 0,00001%.

Embora escassa em um dado momento, a oferta de recursos naturais economicamente utilizáveis não é fixa, mas sim algo que tende a aumentar com o tempo, conforme nossa capacidade tecnológica melhora. Há 2.000 anos, um poço de petróleo não tinha valor nenhum, mas hoje é algo extremamente valioso. Daqui a 2.000 anos, talvez esse poço valha muito pouco, se os seus usos atuais forem mais bem satisfeitos por outros recursos. Apenas a atividade empreendedorial dentro de um livre-mercado é que otimiza essa criação de valor e cria incentivos para que recursos naturais sejam usados eficiente e parcimoniosamente.

Em seu livro "Mais por menos", McAfee discutiu quatro processos pelos quais esse uso mais eficiente e mais parcimonioso é estimulado dentro do livre-mercado. Primeiro, há a "substituição", que torna itens velhos e ineficientes obsoletos à medida que desenvolvemos novas tecnologias. Segundo, há o "afinamento", que torna as coisas menores e mais leves, demandando menos recursos. Terceiro, há a "otimização", que leva a cadeias de produção mais eficazes. Quarto, há a

"evaporação", que faz com que certos itens não sejam mais necessários conforme seus fins sejam incorporados a outros objetos.

No livre-mercado, empreendedores são espontaneamente levados a usar os recursos naturais de modo eficiente. Esses quatro processos que implicam menores custos só são de fato incentivados em um ambiente no qual os consumidores precisam ser agradados e em que há competição ferrenha para satisfazê-los. E isso só ocorre se não houver barreiras de entrada e distorções no sistema de preços. Nesse caso, não é necessário acreditar ingenuamente que as pessoas vão agir contra sua natureza. A busca por lucro em um ambiente de livre-mercado necessariamente leva a um uso mais disciplinado dos recursos naturais.

Por exemplo, ao contrário do estado, que transforma lagos em desertos, o mercado amplia a oferta de água via contenção, transposição, canalização, dessalinização, construção de poços artesianos, captação de água pluvial e reúso. "Ah, mas o prefeito daqui construiu um açude que abastece toda a cidade! E ainda tem uma empresa estatal que distribui a água para todos!" — protesta nosso ativista. Pois é, mas isso acontece graças a um sistema de roubo institucionalizado, os impostos, o que é antiético. E o fato que políticos controlam esse sistema é uma garantia de que a oferta de água será cara e ruim.

Um caso que ilustra bem isso é o que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no início de 2020, quando moradores notaram, ao abrirem suas torneiras, que a água supostamente potável,

fornecida por uma empresa monopolista estatal, tinha cor e sabor desagradáveis. Alguns cidadãos sentiram ardência nos olhos e ânsia de vômito após consumi-la. Aparentemente, essa contaminação estava relacionada com o despejo de esgoto no rio Guandu, principal manancial hídrico da cidade, que elevava a concentração de coliformes fecais e favorecia a proliferação de uma alga.

O nível de contaminação era tão alto que as estações de tratamentos não conseguiam tornar aceitável a qualidade da água. Como a captação e a distribuição de água eram um monopólio estatal, não havia nada que o morador carioca pudesse fazer. Em um livre-mercado, qualquer um poderia buscar soluções para o problema. Empreendedores poderiam, motivados pelo lucro, captar água de outro rio, da chuva ou do mar, tratando-a e dessalinizando-a quando fosse o caso. Nesse caso, um empreendedor que fornecesse água com esgoto – e, ainda por cima, por um alto preço – seria eliminado pela competição sem nenhum dó.

Em um ambiente de livre-mercado, portanto, se a água se torna um recurso demandado e raro, o inevitável aumento de preço cria os incentivos corretos para que empreendedores entrem nesse ramo, criem soluções inovadoras e procurem suprir a demanda. Isso, por sua vez, leva a um aumento na oferta e, conseqüentemente, a um posterior barateamento desse recurso natural. Por exemplo, a despeito das interferências estatais, já há cisternas de baixo custo e de fácil instalação, que captam e armazenam a água da chuva, capazes de suprir até metade do

consumo hídrico de uma residência.

Além disso, inovações criadas por empreendedores para aumentar a oferta de água podem elevar ainda mais a produtividade agrícola, como uma solução desenvolvida pelo cientista norueguês Kristian Olesen. Sua empresa Desert Control desenvolveu uma tecnologia chamada de "nanoargila líquida", que, quando combinada a solos arenosos, permite que a areia retenha água, possibilitando o cultivo de alimentos. O produto é aplicado no próprio sistema de irrigação da plantação. Como ele favorece a retenção de água, aquilo que seria perdido por infiltração fica nas camadas superficiais do solo, tornando-as férteis.

Felizmente para Olesen, não havia uma "Agência Nacional da Nanoargila", e ele teve a liberdade para empreender, arriscar seu capital e buscar uma solução inovadora para aumentar a disponibilidade hídrica em solos arenosos. Se sua solução satisfizer seus potenciais clientes, ele fará jus ao seu merecido lucro. Quando o estado deixa, o mercado traz soluções inovadoras. Como já diz o ditado popular, "muito ajuda quem não atrapalha". Mas isso é pedir demais, não é? O estado não só dificulta ao máximo a vida de quem está buscando aumentar a oferta de recursos naturais, como, muitas vezes, pune boas iniciativas.

Exemplificando, em 2014, um músico goiano que morava em Anápolis, preocupado com questões ambientais, decidiu criar um sistema de filtragem para reciclar e reutilizar a água que usava em sua casa. Com esse sistema, ele conseguiu reduzir bastante o

seu consumo doméstico, diminuindo, conseqüentemente, o valor de sua conta de água. Como recompensa, ele recebeu a visita de um funcionário da empresa monopolista estatal, que o acusou de fazer uma ligação clandestina e o penalizou com uma taxa extra. Pois é, é assim que o estado premia quem se preocupa com o meio ambiente...

Quando o estado deixa os cidadãos em paz, porém, surge uma ordem espontânea que tende a racionalizar o uso dos recursos naturais. Em sua tese de doutorado, publicada em 1972, o antropólogo estadunidense John Cordell relatou o caso de pescadores artesanais em Valença, uma cidade no litoral sul da Bahia, entre Salvador e Ilhéus. Desde o início do século passado, eles pescavam em um estuário próximo à vila em que moravam. Para sorte desses pescadores, os políticos locais não prestavam atenção ao que eles faziam, permitindo que tivessem autonomia o suficiente para desenhar seus próprios arranjos sociais.

Inicialmente, houve vários conflitos provocados pelas diferentes técnicas tradicionais que usavam: redes de emalhe, redes de arrasto, tarrafas, armadilhas ou linha e anzol. Quando os pescadores procuravam peixes no mesmo local, muitas vezes seus equipamentos se entrelaçavam e se danificavam, o que levava a disputas violentas. Com o tempo, os pescadores encontraram um arranjo que resolvia boa parte de seus problemas. Eles dividiram o estuário em várias áreas conforme a técnica usada, de modo que, em um dado local, não havia mais diferentes tipos de equipamento, e sorteavam a ordem em que os locais eram usados.

Por muito tempo, nenhuma outra comunidade de pescadores se interessou por aquele estuário, de forma que, por apropriação original, eles eram os legítimos donos daquele lugar. As coisas caminhavam em paz e os pescadores seguiam sua rotina – que não era fácil, mas que garantia o sustento de suas famílias. Ainda que imperfeito, especialmente porque não havia um sistema de justiça privada que resolvesse eventuais conflitos relacionados ao direito de propriedade privada, os pescadores de Valença naturalmente encontraram um arranjo social satisfatório.

Mas eis que, nos anos 1960, entraram os planejadores centrais. Nessa década, políticos e tecnocratas decidiram que era necessário "modernizar" a pesca naquela região. O governo federal, via Banco do Brasil, estabeleceu uma linha de crédito para a compra de redes de náilon, mais eficientes do que as de fibras naturais que os pescadores de Valença tradicionalmente usavam. Esses pescadores, porém, segundo os critérios do banco, não eram qualificados para pleitear o empréstimo. "Vocês sequer têm conta no banco, como querem pegar dinheiro emprestado?" — devem ter escutado à época.

Entretanto, os cidadãos mais abastados da cidade foram considerados pelo banco aptos a pleitear o crédito, e alguns deles realizaram empréstimos para comprar as redes de náilon. Com tais redes devidamente compradas e com dinheiro no bolso, esses cidadãos puderam contratar pessoas sem nenhuma experiência para pescar na região. Esses novos pescadores invadiram o estuário de Valença e ignoraram qualquer arranjo que havia ali. Lembre-se: sempre que o direito natural à

propriedade privada é ignorado, conflitos insolúveis aparecem e recursos, inclusive os naturais, tendem a ser usados à exaustão.

Dito e feito. Com essa invasão de pescadores, surgiram conflitos violentos entre os novos e os antigos. Houve troca de tiros, pescadores mortos e feridos, equipamentos destruídos, um caos... Todos os pedacinhos do estuário eram intensamente disputados pelos novos e antigos pescadores. Aquela "tragédia dos comuns" se repetiu ali, com o conseqüente esgotamento do recurso natural explorado, os peixes. Em pouco tempo, a área teve de ser abandonada, porque já não era mais possível subsistir dela. Como sempre, a intervenção estatal, o planejamento central e a violação de propriedade privada trouxeram desgraça.

A questão da reciclagem

No seu apartamento, Cláudia tem quatro lixeiras para diferentes tipos de materiais recicláveis: metal, papel, plástico e vidro. A duras penas, ela criou o hábito de separar o lixo conforme o material. Uma vez por semana, religiosamente, ela leva os sacos de lixo, devidamente separados, para o posto de coleta próximo da sua residência. Cláudia volta para casa de peito estufado, orgulhosa de si mesmo: "Fiz minha parte, estou ajudando a transformar o mundo em um lugar melhor! Ah, se todos fossem tão conscientes quanto eu!" Bom, sinto lhe informar, mas talvez ela não esteja ajudando o meio ambiente nesse caso.

Como já nos ensina o ditado, "de boas intenções o inferno está cheio". A propaganda estatal nos diz que a reciclagem reduz a

extração de mais recursos naturais, o que implica que mais recursos são conservados e menos energia é consumida. A princípio, isso faz sentido – a idéia de reciclar recursos naturais parece algo nobre e bom, tanto econômica quanto ambientalmente. A reciclagem pode até nos fazer sentir bem, mas, da maneira como ela vem sendo feita hoje em dia, seus efeitos talvez sejam contrários àqueles pretendidos, seja em relação à melhora do bem-estar humano, seja em relação à saúde do planeta.

O vilão dessa história é, mais uma vez, o estado, que interfere nas trocas voluntárias, obriga agressivamente cidadãos pacíficos a fazer o que não fariam normalmente, distorce o sistema de preços e garante uma alocação irracional de recursos. Graças a essa interferência, algo que poderia ser de fato benéfico se transforma em um pesadelo diário para a maioria das pessoas. Há países em que as regras para a reciclagem são tão complexas que é quase necessário ter uma espécie de "pós-doutorado em separação de lixo" para conseguir realizar a tarefa. Em vez de preocupação com o ambiente, temos controle social.

O que freqüentemente é esquecido em toda essa questão da reciclagem é que seu processo também demanda recursos naturais e também gera resíduos. Nesse caso, será que reciclar é sempre a melhor escolha? Será que não estamos gastando mais recursos ao optar por isso? O ponto é que como não há direitos de propriedade claramente definidos sobre os recursos naturais, como os aterros sanitários tendem a ser públicos e como não existe um livre-mercado para o serviço de reciclagem, não temos as informações necessárias para tomar decisões corretas nessa

questão.

O que podemos afirmar praxeologicamente é que a intromissão do estado implica necessariamente desperdício de recursos naturais. Senão, vejamos. Em relação à produção de lixo em si, a necessidade de políticos e ativistas ambientais imporem seu controle social superestima o problema. Não, não vamos morrer sufocados sob uma pilha de entulho. Na verdade, se pegássemos todo o lixo sólido a ser produzido nos próximos mil anos e o colocássemos em um único local, ele ocuparia somente 114 quilômetros quadrados, aproximadamente 0,001% da área do Brasil ou um terço do arquipélago de Ilhabela.

Disso podemos concluir que a falta de áreas para a construção de aterros sanitários é outro mito. Se a área necessária para acomodar o lixo sólido é pequena, certamente há ainda vários locais apropriados, devidamente afastados de centros urbanos, para se construírem novos aterros. Caso a demanda por espaço para aterros sanitários fosse assim tão alta e sua oferta tão baixa, o preço da terra para esse uso seria tão elevado, que haveria gente deixando de plantar soja ou criar bois em suas fazendas para transformá-las em depósitos de lixo. Mesmo com as interferências econômicas estatais, não é isso que vemos.

Além disso, para reciclar um dado material precisamos coletá-lo, triá-lo, transportá-lo e processá-lo. Isso exige mão-de-obra, caminhões, combustível e usinas, o que também consome recursos naturais. Sem contar o custo de dar um fim adequado aos resíduos produzidos no processo. Isso é vantajoso? Provavelmente, não. Considerando esses fatores, o custo da

reciclagem quase sempre – com exceção, talvez, do alumínio – excede o custo de extrair e processar novos recursos naturais e, depois, despejar seus resíduos em aterros. "Você só está levando em conta o custo econômico! E os custos sociais e ambientais?" — protesta o ativista.

Não, não, como já vimos, isso está tudo ligado. Os programas de reciclagem atuais funcionam como todas as regulações estatais: primeiro, investe-se pesadamente em propaganda para convencer os eleitores da sua necessidade e, segundo, usam-se quaisquer meios à disposição para implementar e manter o programa, independentemente dos desperdícios. Como o estado opera fora do mercado, não se preocupa com receitas e despesas. Se precisar de mais verba, simplesmente rouba mais dinheiro do setor produtivo. Logo, o estado não possui nenhum estímulo para otimizar tais programas.

Mesmo que as empresas que prestem o serviço de reciclagem sejam privadas, elas operam dentro do paradigma estatal. Tais empresas dependem de repasses, normalmente das prefeituras, que extorquem seus munícipes com uma série de impostos. Se o que as empresas de reciclagem ganham não é suficiente para cobrir o que foi acordado na licitação, a diferença é subsidiada com parte do que foi extorquido. Ademais, para separar previamente o lixo, muitas vezes essas empresas dependem dos esforços dos cidadãos, que, assim, se transformam em mão-de-obra não paga – ou, em português bem claro, escravos.

Se o nosso objetivo for otimizar o uso de recursos naturais e tornar programas de reciclagem racionais, a única opção é o

livre-mercado. Só nele é que somos capazes de equacionar as demandas da sociedade e a oferta de recursos naturais com o serviço de reciclagem. Como buscam lucros, empreendedores têm um grande incentivo para minimizar custos, o que inclui diminuir o consumo de recursos naturais. Logo, se uma empresa, em um livre-mercado, tiver lucro reciclando este ou aquele material, podemos ter certeza de que mais recursos estão sendo salvos do que gastos. Se tiver prejuízo, reciclar não é a melhor opção.

Fontes

Anônimo. 2014. Músico cria sistema para economizar água, mas ganha taxa extra em GO. G1. URL: g1.globo.com/goias/noticia/2014/10/musico-cria-sistema-para-economizar-agua-mas-ganha-taxa-extra-em-go.html.

Book J. 2019. Why we are getting more for less. American Institute for Economic Research. URL: aier.org/article/why-we-are-getting-more-for-less.

Cordato R. 2012. Reciclagem, conservação, sustentabilidade e realidade. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/reciclagem-conservacao-sustentabilidade-e-realidade.

Cordell JC. 1972. The developmental ecology of an estuarine canoe fishing system in Northeast Brazil. Tese de Doutorado. Stanford University, Stanford.

Cortez G. 2017. Legislação impede revolução energética e agrícola do pequeno produtor rural. Carta Campinas. URL:

- cartacampinas.com.br/2017/09/x-legislacao-impede-revolucao-energetica-e-agricola-do-pequeno-produtor-rural.
- Friday L. 2017. Government recycling programs waste valuable resources. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/government-recycling-programs-waste-valuable-resources.
- Friday L. 2019. Recycling: wasting resources while claiming to conserve them. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/recycling-wasting-resources-while-claiming-conserve-them.
- Gaybullaev B, Chen SC & Kuo YM. 2012. Large-scale desiccation of the Aral Sea due to over-exploitation after 1960. *Journal of Mountain Science* 9: 538-546.
- Hicks S. 2014. Do we really live in a world of scarce resources? Every Joe. URL: everyjoe.com/2014/12/11/politics/do-we-live-in-a-world-of-scarce-resources.
- McAfee A. 2019. *More for less*. Scribner, New York.
- Miltimore J. 2019. America finally admits recycling doesn't work. Foundation for Economic Education. URL: fee.org/articles/america-finally-admits-recycling-doesn-t-work.
- Mises L. 1990. *O cálculo econômico sob o socialismo*. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Newman J. 2018. No, we haven't drained the Earth's resources. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/no-we-haven-t-drained-earth-s-resources.
- Peerzada AR. 2018. The innovation turning desert sand into farmland. BBC. URL: bbc.com/news/business-43962688.
- Reisman G. 2019. Uma cartilha sobre recursos naturais e o meio

- ambiente. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/uma-cartilha-sobre-recursos-naturais-e-o-meio-ambiente.
- Riley M. 2016. The world is getting greener. Why does no one want to know? Spectator. URL: <https://www.spectator.co.uk/2016/10/the-world-is-getting-greener-why-does-no-one-want-to-know>.
- Rothbard MN. 1986. Government versus natural resources. The Free Market 4: 1-2.
- Schlager E & Ostrom E. 1992. Property-rights regimes and natural resources: a conceptual analysis. Land Economics 68: 249-262.
- Tucker J. 2019. Your recycling might be poisoning poor communities. American Institute for Economic Research. URL: aier.org/article/your-recycling-might-be-poisoning-poor-communities.
- Tupy M. 2018. Como o progresso transforma a escassez em abundância: a água de Israel e os elementos químicos. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=2965.
- Turguniev P. 2020. Carioca anda bebendo esgoto. Ancap.SU. URL: youtu.be/_C-6mUZ4JUQ.

5 Poluição

Poluentes violam o direito à propriedade privada

A poluição é uma questão séria, sobre a qual praticamente todos os dias lemos ou ouvimos notícias, algumas das quais que nos deixam indignados e com razão. Mas o que é poluição? Se pegarmos um dicionário qualquer e procurarmos sua definição, vamos encontrar algo como "a presença ou a introdução de uma substância tóxica no ambiente". À primeira vista, essa definição faz sentido, mas se formos pensar melhor é um tanto vaga. Que ambiente? Quem decide se a substância é tóxica? E se for tóxica, mas pessoas voluntariamente a desejarem?

Ao processo de trazeremos um conceito do mundo das idéias para o mundo real, damos o nome de "operacionalização". Operacionalizar o conceito de "poluição" dentro do paradigma libertário, jusnaturalista, é simples e claro. Dentro desse paradigma, podemos defini-la como "a presença ou a introdução de uma substância tóxica indesejada na propriedade de alguém". Portanto, a poluição representa uma violação do direito natural à propriedade privada, o que inclui o corpo de alguém. Assim, se uma pessoa introduz uma substância nociva e indesejada na propriedade de outrem está o agredindo.

Note que, nessa lógica, temos o direito de nos defendermos se formos agredidos. Logo, se alguém polui nossa propriedade ou parte dela, temos o direito de nos defendermos, usando os meios

que forem necessários para cessarmos imediatamente a agressão. Temos o direito também de buscarmos reparação se acharmos que é o caso. Quaisquer disputas que houver devem ser resolvidas em tribunais privados, voluntários e jusnaturalistas, que terão condições de julgá-las prontamente, pois possuem um único critério claro – uma eventual violação de propriedade privada – para definir quem tem razão.

Embora um estatista vá argumentar que hoje em dia também temos esses direitos, as coisas não são bem assim. Dentro do paradigma estatal, com sua violação contumaz à propriedade privada e sua socialização dos recursos naturais, conflitos relacionados à poluição não têm como serem satisfatoriamente resolvidos. Logo, em última instância, políticos – sujeitos a interesses pessoais e de grupos de pressão – é que decidem o que é poluição. Nesse caso, com sua legislação positivista, temos que poluição é basicamente "aquilo que o estado diz que é poluição", o que torna difícil resolver os problemas existentes e cria problemas novos.

Vejamus um exemplo. Em Barcarena, no interior do Pará, a empresa Hydro Alunorte minera bauxita, uma rocha sedimentar rica em alumínio. Aparentemente, em fevereiro de 2018, durante suas operações, houve vazamento de bauxita, que contaminou os rios da região. Após denúncias dos moradores, fiscais inspecionaram as instalações da mineradora e não encontraram nenhum vazamento. Porém, análises químicas da água dos rios confirmaram a contaminação pelo vazamento de barragens da empresa. Posteriormente, foi encontrado um duto clandestino

que despejava poluentes nos rios.

A reação tradicional para casos como esse é de culpar o mercado e de pedir mais intervenção estatal. "A culpa é do mercado, a empresa só pensa no lucro! O estado deve intervir mais ainda!" — exige o indignado ativista ambiental. Não, meu caro ativista, o problema não é do mercado, nem do lucro, mas sim da violação da propriedade privada dos moradores. E pedir mais intervenção estatal só vai piorar o problema. A incapacidade de o estado proteger os moradores e o meio ambiente é uma consequência direta da legislação positivista, que não reconhece o direito natural à autopropriedade.

Em setembro de 2018, a empresa assinou um termo de ajuste de conduta, em que se comprometia a reduzir à metade a produção do minério, a investir em medidas emergenciais e a pagar uma indenização mensal às famílias atingidas. Contudo, um anos após o vazamento, a mineradora continuava o negando e, com isso, protelava a reparação. Essa história mostra o quão difícil é determinar a culpa e fazer com que vítimas sejam indenizadas quando se relativiza a autopropriedade. Em um tribunal privado, quem pudesse provar que teve seu corpo ou seus bens prejudicados teria direito a uma indenização justa, direta e imediata.

Algo perverso e engenhoso é que, dentro do paradigma estatal, quando o estado estabelece uma concentração máxima de um dado poluente ou concede uma licença ambiental a um empreendimento, na verdade ele está dando permissão para que se polua, desde que se respeitem alguns limites. Em outras

palavras, limites impostos arbitrariamente pelo estado são, na verdade, permissões para se poluir até aqueles limites. Sendo assim, ainda que haja danos à saúde ou aos bens dos cidadãos, não há nada que estes possam fazer se a empresa estiver obedecendo às regulações estatais.

Um problema adicional que existe no exemplo da mineradora é que os rios são socializados, isto é, são considerados um bem comum. Como discutimos antes, "se são de todos, não são de ninguém". Se os rios da região tivessem donos, haveria incentivos para defendê-los, o que criaria uma externalidade positiva para todos que vivem na região. Se houvesse ali uma ordem libertária, provavelmente sequer ouviríamos falar desse caso, que seria evitado ou prontamente resolvido. Na ordem – ou desordem – socialista em que vivemos, porém, o estado promete proteger o meio ambiente e fornecer justiça, mas falha em ambos os casos.

O estado é o maior poluidor

Graças ao roubo em escala colossal, ao controle total do sistema monetário e ao estímulo para políticas demagógicas, o estado é capaz de ter ao seu dispor quantias volumosas de dinheiro e realizar obras faraônicas, necessariamente desperdiçando recursos, sem se preocupar com suas conseqüências negativas. Ademais, tendo o monopólio da criação de leis, de sua aplicação e do julgamento de eventuais transgressões, é muito difícil que membros dos primeiros escalões estatais sejam punidos. Não por acaso, os principais poluidores são os estados-nações,

notadamente aqueles maiores e mais populosos.

Isso ficou evidente no ocaso da União Soviética, no início dos anos 1990, quando o enfraquecimento do controle estatal da informação permitiu que ambientalistas ocidentais observassem o que ocorria lá. À época, aproximadamente 40% dos soviéticos viviam em locais com altíssimos níveis de poluição. A situação era precária mesmo nas maiores cidades. Em Moscou, metade do lixo sanitário não era tratado e a rede de saneamento era bastante rudimentar. Em São Petersburgo, então chamada de Leningrado, metade das crianças tinha problemas intestinais graças à ingestão de água contaminada.

O lago Karachai, na Rússia, hoje considerado o lago mais poluído do planeta, exemplifica bem como o planejamento central levou à poluição. Entre 1946 e 1948, o estado soviético decidiu construir na região, em segredo absoluto, uma usina nuclear para produzir o plutônio que seria usado nas bombas atômicas. Sempre em nome do "bem maior", não houve nenhuma consideração pela saúde dos trabalhadores ou pela proteção do meio ambiente. A linha de produção, otimizada para a criação do plutônio, gerava diariamente toneladas de dejetos radioativos, incluindo milhares de litros d'água usados no resfriamento dos reatores.

Essa água vinha justamente do lago Karachai, que, ainda por cima, recebia os dejetos sólidos radioativos. Isso aconteceu até 1957, quando a falta de manutenção em um dos tanques de resfriamento provocou uma explosão, contaminando toda a área e afetando milhares de pessoas. Como sempre, na tentativa de

abafar o caso, a população local foi evacuada sem que nada lhe fosse explicado. Nos anos 1960, o lago começou a secar e, em 1968, uma seca combinada com fortes ventos fez com que poeira radioativa fosse espalhada por toda a área, afetando cerca de meio milhão de pessoas.

Para minimizar o problema, o governo soviético decidiu cobrir o lago, entre 1978 e 1986, com 10.000 blocos de concreto. Em 1990, Boris Iéltsin permitiu a presença de cientistas no local, que mediram o nível de radiação nas margens do lago e observaram que bastariam 30 minutos ali para matar uma pessoa desprotegida. E isso para não mencionar o desastre nuclear de Chernobil, na Ucrânia, cujos danos também foram exacerbados pelo fato de o governo soviético ter escondido informações e protelado medidas mitigadoras, poluindo centenas de milhares de quilômetros quadrados e contaminando milhões de pessoas.

Ainda no período comunista, mas na Polônia, o lançamento de poluentes – fossem resíduos de fábricas ou esgoto doméstico – em rios era considerado crime. Contudo, tanto as fábricas quanto a coleta de esgoto eram controladas pelo estado. Nesse caso, responsabilizar alguém pela poluição equivalia a culpar o Partido Comunista, o que obviamente jamais poderia acontecer. Logo, ninguém era punido, e corpos d'água eram poluídos a tal ponto que a biota era severamente afetada e sua água não podia sequer ser usada para a irrigação. Eis aí mais um exemplo da "tragédia dos comuns".

Ao contrário do que lhe é ensinado pelo sistema de doutrinação atual, o socialismo, com seu planejamento econômico central,

leva inevitavelmente à poluição do meio ambiente. Sem um regime de propriedade privada plena, os custos da poluição não são internalizados e sua responsabilização é enormemente dificultada. E, lembre-se, quando me refiro a socialismo, não estou me referindo apenas a essa centralização extrema dos regimes comunistas. Qualquer estado é, com maior ou menor intensidade, socialista, responsável pela violação sistemática da autopropriedade e, logo, com grandes chances de ser um agente poluidor.

A propósito, você sabe qual é o principal poluidor do mundo? Algumas das principais empresas, como a Apple ou a Amazon? A BHP, a maior companhia de mineração? Não, caro leitor, o principal poluidor é o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, que, em 2019, teve um orçamento de quase 700 bilhões de dólares. Apenas para termos uma idéia do que isso significa, esse valor é só um pouco menor do que o produto interno bruto da Suíça, de aproximadamente 740 bilhões de dólares em 2019, e mais de três vezes maior o orçamento da Apple para o mesmo ano, que foi de quase 200 bilhões de dólares.

Esse Departamento de Defesa produz mais poluentes do que as cinco maiores companhias químicas estadunidenses juntas, tendo deixado um legado tóxico espalhado por todo o mundo, sob a forma de urânio empobrecido, óleo, combustível, pesticida, chumbo e desfoliante, como o famigerado Agente Laranja. As forças armadas estadunidenses emitem mais poluentes do que 100 países combinados. Apenas nos Estados Unidos, o órgão é responsável por mais de 4.000 instalações, que cobrem 7,6

milhões de hectares ou 10 milhões de campos de futebol, nos quais há quase 40.000 sítios contaminados.

As suas bases militares, tanto no país quanto fora dele, estão entre os locais mais poluídos do mundo, já que percloratos e outras substâncias presentes nos combustíveis contaminam os corpos d'água, os aquíferos e o solo. Além disso, os inúmeros testes nucleares realizados pelos Estados Unidos são responsáveis por grandes quantidades de radiação em várias ilhas no Oceano Pacífico. Ainda, a recente campanha militar no Iraque resultou na desertificação de 90% do seu território, destruindo a agricultura do país, que agora precisa importar 80% de seus alimentos. A lista continua, mas já deu para você ter uma idéia.

Para quem entendeu como o estado funciona, isso não é surpresa nenhuma. Temos nas forças armadas estadunidenses o maior aparato bélico da história da humanidade, um órgão altamente centralizado e uma quase impossibilidade de responsabilização no caso da emissão de poluentes. E tudo isso sendo possível graças a um orçamento bilionário, conseguido pelo roubo sistematizado da população do país via impostos. Se não houvesse essa estrutura coercitiva chamada estado, externalizando os custos das operações militares, incluindo aí os custos da poluição, certamente não teríamos essa situação. Ah, mas o problema é o canudinho da lanchonete...

A guerra ao plástico

Agora já eleito, Jorginho do Açougue tem à sua disposição o aparato coercitivo estatal para ser usado como lhe convier. Entediado, com centenas de milhares de reais de verba de gabinete para gastar, ele está preocupado em descobrir uma maneira de usar essa vultuosa quantia para garantir sua reeleição. Para passar o tempo, ele liga o televisor de 50 polegadas, comprado em uma licitação, e começa a assistir ao jornal. Uma notícia em particular lhe chama a atenção: na praia, uma tartaruga morta, enrolada em uma sacola plástica, causa comoção na população, que chora copiosamente. "Pronto, aí está minha reeleição!" — pensa Jorginho.

Ele chama um de seus 10 assessores e ordena: "Precisamos proibir sacolas, canudos e copos plásticos na cidade. Escreva um projeto de lei!" Usando contatos na grande imprensa, com ajuda de grupos de pressão, ele consegue convencer um número suficiente de comparsas a transformarem sua proposta em legislação municipal. Muitos eleitores comemoram: "Ainda bem que votei nele, esse sim me representa!" Mal sabem esses eleitores que a conta vai ser paga por eles, bem como pela população em geral. Ébrio pelo sucesso de seu plano maquiavélico, Jorginho leva seus assessores para celebrar a vitória em uma churrascaria.

Assim como nosso Jorginho do Açougue, vários políticos têm conseguido aprovar projetos desse tipo em seus respectivos currais. Note que legislações como essa são uma violação do nosso direito natural à autopropriedade. Agora, por uma decisão de alguns políticos que se acham no direito de mandar nos

outros, cidadãos pacíficos estão proibidos de usar um certo tipo de material, sob a ameaça de multa, prisão ou morte. Não há nada que justifique esse tipo de legislação do ponto de vista ético. Além disso, mais uma vez, isso traz conseqüências negativas tanto econômica quanto ambientalmente.

Por causa de uma regra arbitrária como essa, todas as interações voluntárias da população são afetadas. Lanchonetes têm de usar canudos de outro material, mais caro; supermercados têm de fornecer sacolas de papel ou de tecido, também mais caras; todos que reaproveitavam as sacolas plásticas de várias formas têm de buscar alternativas; empresas que produzem plástico vão à falência, desempregando milhares de pessoas; mas aliados dos políticos, que coincidentemente têm empresas de "materiais ecológicos", prontamente podem oferecer seus dispendiosos produtos àqueles que estiverem buscando alternativas ao plástico.

O saldo final é que problemas desnecessários são criados, conflitos que não existiam antes aparecem, vários produtos ficam mais caros e tarefas cotidianas banais, como ir ao supermercado, viram algo complicado. Contudo, políticos e seus comparsas se beneficiam. Jorginho, por exemplo, não tem dúvidas de que será reeleito. "Ah, mas precisamos fazer sacrifícios, esse é o preço que pagamos para salvar as tartarugas-marinhas!" — exalta-se o ativista ambiental. Não, querido ativista, além de antiético, não há nenhuma garantia de que isso vá resolver o problema da poluição – ao contrário, pode agravá-lo.

Se, por um lado, o plástico entope bueiros, emporcalha as ruas,

suja rios e mata animais, por outro torna nossa vida mais fácil, embalando produtos que consumimos, ajudando-nos a transportá-los, acondicionando nosso lixo, entre tantos outros usos. E tudo isso por um preço extremamente baixo. Não é à toa que o plástico se tornou algo ubíquo. Como quase tudo na vida, há nele prós e contras, e a única maneira de usá-lo ética e racionalmente é dentro de um sistema de livre-mercado. Mesmo do ponto de vista ambiental, o plástico não é necessariamente o vilão que costuma ser pintado.

Em um relatório publicado na Irlanda do Norte, em 2011, Kirsty Bell e Suzie Cave compararam os impactos ambientais de sacolas feitas de plástico, papel e tecido. Os resultados foram bem interessantes. Elas observaram que enquanto as sacolas de papel e de tecido demandam recursos naturais próprios, como pasta de celulose e fibras, as de plástico são um subproduto do petróleo e do gás natural, ou seja, são um aproveitamento de algo que, de outra forma, seria descartado. Ainda, a produção de sacolas de papel demanda quatro vezes mais energia do que a de plástico.

As sacolas de tecido, feitas de juta ou algodão, são bem mais grossas. Conseqüentemente, um contêiner que pode acomodar 2,5 milhões de sacolas plásticas consegue acomodar apenas 30.000 sacolas de tecido. Logo, para transportar o mesmo número de sacolas, no segundo caso são necessários 80 vezes mais navios, 80 vezes mais caminhões, 80 vezes mais combustível e assim por diante. Imagine a quantidade adicional de poluentes gerada nesse caso. Ainda que fina, uma sacola de plástico é capaz de carregar 2.500 vezes o seu peso e permanece

resistente mesmo quando molhada.

Sacolas de plásticos podem ser dobradas, carregadas no bolso de uma calça ou em uma bolsa e usadas inúmeras vezes. Também são bastante versáteis e reaproveitadas de várias formas, como para acondicionar o lixo ou coletar fezes de animais de estimação. Sacolas de papel só são vantajosas se usadas 40 vezes ou mais do que as de plástico, porém dificilmente resistem por tanto tempo. Sacolas de tecido podem ser reutilizadas várias vezes, mas teriam de ser usadas duas vezes por semana, por 191 anos, para serem vantajosas. Ademais, sacolas de tecido não são higiênicas, pois são um hábitat para a proliferação de bactérias e fungos.

A reciclagem de uma sacola de plástico demanda 91% menos de energia do que uma de papel. Papel e plástico se decompõem à mesma velocidade e, ainda por cima, aquele ocupa mais espaço do que este nos aterros. No processo de degradação, sacolas de papel geram 50% a mais de poluentes do que sacolas de plástico. Mesmo que todos os países banissem sacolas plásticas, isso faria pouca diferença, pois elas constituem menos de 1% do volume de plástico nos oceanos. A imensa maioria do material plástico que está nos oceanos hoje vem de atividades pesqueiras.

Banir sacolas plásticas também traz resultados contraproducentes. Por exemplo, o seu banimento na Califórnia eliminou o consumo de 20.000 toneladas de plástico, mas fez com que o consumo de sacos de lixo aumentasse em 6.000 toneladas e o de sacolas de papel aumentasse em 40.000 toneladas. Proibir o uso de utensílios descartáveis de plástico, como pratos e talheres,

aumenta a incidência de doenças, com todas as conseqüências negativas que isso traz. Assim, se os benefícios da guerra ao plástico são em boa parte ilusórios, seus prejuízos são bem reais.

Se quisermos resolver o problema do plástico, devemos privatizar tudo, desonerar quem quiser buscar alternativas e fazer com que poluidores sejam justamente responsabilizados. Apenas empreendedores – motivados pelo lucro, guiados pelas preferências subjetivas dos consumidores e estimulados para vencer a concorrência – é que poderão buscar soluções éticas e racionais para os problemas relacionados ao plástico. "Isso jamais vai acontecer; sem alguém para lhes dizer o que é certo, as pessoas não se preocupam com a poluição. Por isso, precisamos do estado!" — protesta o justiceiro. Será que não se preocupam? Vejamos.

As iniciativas privadas

Se nos distanciarmos do paradigma estatal e começarmos a prestar atenção a iniciativas privadas para resolver problemas ligados ao plástico, perceberemos que já há várias pessoas abrindo suas carteiras, colocando a mão na massa e buscando soluções. E isso apesar de todas as dificuldades criadas pelo estado por meio de regulações e taxações. Felizmente, o instinto de empreender é tão forte e natural em nós, que há aqueles que se arriscam nessas empreitadas, mesmo com todo o desestímulo estatal. Aqui também seria possível escrever um livro inteiro só com esse tipo de iniciativa, mas vou me ater a alguns exemplos.

Matando dois coelhos com uma cajadada só, a empresa sul-africana Shisalanga Construction vem usando garrafas plásticas recicladas para asfaltar uma estrada na costa leste do país. Para asfaltar 100 metros de pista, usam-se 10.000 garrafas plásticas, mostrando como o mercado transforma lixo em recurso. A empresa aquece o polietileno até sua dissolução, mistura aditivos e produz um composto mais durável e resistente do que o asfalto convencional. Segundo a empresa, o processo libera menos poluentes e é economicamente vantajoso, porque as estradas devem durar mais do que os 20 anos que duram atualmente.

Um outro exemplo vem da empresa Adidas, que, desde 2015, tem uma parceria com a organização não-governamental Parley for the Oceans para criar uma linha de calçados feitos a partir de plástico coletado nas praias. Graças à demanda dos consumidores, o número de pares produzidos vem aumentando ano após ano, chegando a 11 milhões em 2019. O preço maior desses calçados feitos com o plástico retirado das praias ilustra bem a questão do valor subjetivo e da satisfação psíquica: há pessoas que preferem pagar mais por esses pares de tênis por acreditarem que assim estão ajudando a resolver o problema da poluição.

Há também iniciativas individuais, de pessoas que acumularam capital e que decidiram voluntariamente contribuir para a solução do problema. Uma delas é o empresário norueguês Kjell Inge Røkke, acionista majoritário de companhias náuticas e petrolíferas, que decidiu investir parte de sua fortuna para construir um navio de pesquisa marinha. Além de laboratórios e

até 60 cientistas a bordo, desenvolvendo pesquisas sobre a poluição no mar e a proteção da vida marinha, o navio está adaptado para recolher cinco toneladas de plástico dos oceanos diariamente.

Em vez de implorar para que políticos proibam o plástico, há aqueles que procuram desenvolver soluções para que esse material seja rapidamente degradado. Por exemplo, dois empreendedores chilenos, Roberto Astete e Cristian Olivares, da empresa SoluBag, desenvolveram recentemente sacolas plásticas reutilizáveis, que se dissolvem na água em apenas cinco minutos. Para isso, no processo de produção do plástico, eles trocaram o petróleo por uma pedra calcária, que não causa danos ao meio ambiente. Eles estão agora tentando aplicar a técnica à produção de talheres, copos, pratos e embalagens.

Uma iniciativa semelhante veio do biólogo indonésio Kevin Kumala. Ao voltar ao seu país em 2009, após 10 anos nos Estados Unidos, Kumala encontrou as praias repletas de plástico – nada surpreendentemente, pois, afinal, as praias na Indonésia também não costumam ter donos. Disposto a solucionar o problema, ele abriu a empresa Avani Eco. Usando o amido da mandioca, planta comum no país, e seguindo o mesmo processo de fabricação das sacolas plásticas, Kumala criou, em 2018, uma sacola que, embora custe alguns centavos a mais, se degrada em menos de 100 dias e se dissolve na água quente em poucos minutos.

"Você só falou do plástico! O plástico não é o único poluente que existe!" — protesta, irredutível, nosso ativista ambiental. Sim, por enquanto, só falei do plástico, mas o mesmo se aplica aos outros

poluentes. Quer um exemplo? A poluição atmosférica na Cidade do México é um problema crônico. Em 1992, ela foi considerada "a cidade mais poluída do mundo" e, em 1998, recebeu o título de "a cidade mais perigosa para crianças". Entre os compostos presentes no seu ar, estão poluentes primários como monóxido de carbono e dióxido de enxofre, e secundários, como sulfatos e ozônio.

Em uma sociedade de leis privadas, quem emite poluentes seria prontamente responsabilizado, mas, como somos governados por uma legislação positivista, isso raramente acontece. Sendo assim, se quiser soluções reais, o que resta à população é tentar empreender e encontrar alternativas inovadoras apesar das interferências estatais. Assim o fez um jovem mexicano chamado Carlos Monroy Sampieri, da empresa BiomiTech, que inventou um equipamento – uma espécie de torre com cerca de cinco metros de altura – capaz de filtrar o ar e remover poluentes atmosféricos.

Essa torre, batizada de BioUrban, tem uma estrutura de metal e um sistema de biofiltração, realizada por microalgas capazes de fotossintetizar todos os 365 dias do ano, que retira poluentes do ar e devolve oxigênio. Segundo a empresa, uma única torre dessas realiza o trabalho de 368 árvores. Em cidades bastante urbanizadas, com alta densidade populacional e sem áreas verdes o suficiente, essas torres ajudariam bastante a melhorar a qualidade do ar. O sistema ainda gera biomassa, que pode ser usada como combustível. Mais uma vez, um empreendedor, motivado pelo lucro, buscando e encontrando uma solução.

Citando mais um caso, no final de 2019, houve um grande derramamento de petróleo cru no litoral brasileiro, que atingiu os nove estados do Nordeste e chegou ao Espírito Santo e ao Rio de Janeiro, afetando mais de 2.000 quilômetros da costa. O impacto causado na biota marinha, inclusive em ambientes frágeis como corais e manguezais, persistirá por décadas. Houve ainda impactos sobre pessoas que entraram em contato com óleo e tiveram reações alérgicas. Embora considerado "o maior desastre ambiental já registrado no litoral brasileiro", as investigações do governo brasileiro ainda não determinaram o responsável.

Porém, se as iniciativas estatais não resultaram em muita coisa, as iniciativas individuais – de pessoas que se sensibilizaram com a tragédia, que se dispuseram voluntariamente a arregaçar suas mangas e que tentaram ajudar de alguma forma – trouxeram resultados concretos. Enquanto políticos desta ou daquela facção tentavam emplacar a narrativa que mais lhes conviesse, muitos cidadãos se deslocaram aos locais afetados e retiraram o óleo que estava na superfície do mar, no fundo, na areia, em pedras e em corais da melhor maneira que puderam.

Conforme relatos, embora até houvesse alguns militares e funcionários públicos tentando minimizar o problema, a grande maioria era formada por pessoas comuns, organizadas em grupos de amigos, em pequenos empreendimentos ou em organizações não-governamentais locais, procurando coordenar as ações, trocando informações via redes sociais e viabilizando recursos como comida, transporte e equipamentos de proteção.

Assim, quem de fato ajudou a resolver esse problema ambiental não foram os políticos e seus agentes, mas a população como um todo. Aliás, como sói acontecer.

Certificadoras privadas

Hoje em dia, a maioria das pessoas espera que o estado certifique que uma empresa não polui por meio de regulações, laudos, vistorias, alvarás e afins. Como vimos, não tem como isso funcionar, porque o estado não possui os incentivos corretos. Por ser monopolista e coercitiva, qualquer certificação estatal será inevitavelmente falha. Como isso funcionaria em um livre-mercado? Como há demanda por isso, já que ninguém gosta de ser agredido por uma substância tóxica, haverá certificadoras privadas, que emitirão um selo de, digamos, "empresa não poluidora" se tal empresa cumprir certas exigências.

Muitas vezes não atentamos para isso, mas hoje mesmo já existem várias certificadoras privadas atestando reputações de modo bastante confiável. Sítios como o Reclame Aqui, que recebe reclamações sobre compra e venda de produtos e serviços, fazem isso, mediando disputas entre consumidores e fornecedores e atestando as reputações destes. Empresas que atendam a certos critérios do sítio, relacionados a um bom atendimento, recebem o selo "RA1000". De modo parecido, empresas como o AirBnB e o Uber não só intermedeiam as demandas dos consumidores e dos fornecedores, como quantificam as reputações de ambos.

Há ainda os chamados "selos verdes", decorrentes justamente

dessa preocupação das pessoas com o meio ambiente. Por exemplo, o Forest Stewardship Council confere um selo àqueles que manejam florestas corretamente, segundo os critérios da organização, que envolvem aspectos ambientais, sociais e econômicos. A Rainforest Alliance dá um selo a empreendimentos que satisfazem critérios relacionados a boas práticas ambientais e sociais. A ISO 14001 é outro certificado que atesta se uma empresa procura minimizar os impactos ambientais de suas operações.

No caso da poluição, certificadoras privadas que atestem se empresas minimizam a produção de poluentes e dão fins adequados a estes serão muito mais confiáveis do que qualquer órgão estatal de vigilância. "Mas e se a empresa corromper a certificadora e comprar seu selo de não-poluidora mesmo não se preocupando com a quantidade e o destino de seus resíduos?" — questiona o ativista ambiental. Ora, e isso não acontece hoje com os órgãos estatais? Não só acontece, como atualmente os mecanismos para combater esse tipo de corrupção são bastante precários.

Lembre-se que, em um livre-mercado, sem as barreiras de entrada impostas pelo estado, a competição tende a ser ferrenha. As próprias certificadoras terão as suas reputações e estarão competindo umas com as outras para ver quem melhor atesta se uma empresa polui ou não. Uma boa reputação é algo extremamente difícil de ser conquistado, mas muito fácil de ser perdido. Se, digamos, uma fábrica que tem o selo de não-poluidora de uma certificadora privada for responsável por uma

tragédia ambiental, não só a boa reputação da fábrica será arruinada, como também a da certificadora.

A busca das pessoas por bens e serviços que respeitassem suas demandas por preservação ambiental levaria a certificações eficientes e éticas e não a essas regulações ilógicas e antiéticas impostas agressivamente pelo estado. Hoje em dia, temos cidadãos pacíficos que são punidos previamente e impedidos de usar algo inofensivo como um canudo plástico, porque assim quiseram alguns políticos e tecnocratas. Uma punição prévia de pessoas que nada fizeram de errado implica uma deturpação moral da civilização e faz com que percamos a verdadeira noção de crime e de responsabilidade. É algo que precisa acabar.

Fontes

Bell K & Cave S. 2011. Comparison of environmental impact of plastic, paper, and cloth bags. Northern Ireland Assembly, Belfast.

Blagden J. 2017. Britain's pollution problem and solution. Being Libertarian. URL: beinglibertarian.com/britains-pollution-solution.

Chow L. 2017. Billionaire gives away his fortune to help save the ocean. EcoWatch. URL: ecowatch.com/rokke-rev-ocean-plastic-2411450525.html.

Cordeiro F. 2019. Entenda o vazamento de petróleo nas praias do Nordeste e do Sudeste. O Estado de São Paulo. URL: sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-

- vazamento-de-petroleo-em-praias-do-nordeste,70003026922.
- Costa D. 2019. Os quatro colapsos que destruíram o comunismo. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=1971.
- Delingpole J. 2018. Plastic bans are stupid, unconservative, and won't save the whales. Breitbart. URL: [breitbart.com/big-government/2018/05/12/delingpole-plastic-bans-are-stupid-unconservative-and-wont-save-the-whales](https://www.breitbart.com/big-government/2018/05/12/delingpole-plastic-bans-are-stupid-unconservative-and-wont-save-the-whales).
- Falcão K. 2019. Quem está ajudando as praias no Nordeste são as pessoas, não o governo. Idéias Radicais. URL: ideiasradicais.com.br/quem-esta-ajudando-as-praias-no-nordeste-sao-as-pessoas-nao-o-governo.
- Fernandes L. 2019. Barcarena: há um ano, mais uma tragédia marcava a mineração no Brasil. Brasil de Fato. URL: brasildefato.com.br/2019/02/17/barcarena-ha-um-ano-mais-uma-tragedia-marcava-a-mineracao-no-brasil.
- Friday L. 2018. When pollution is a violation of property rights. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/when-pollution-violation-property-rights.
- Gray A. 2018. This plastic bag is 100% biodegradable. World Economic Forum. URL: [weforum.org/agenda/2018/05/this-plastic-bag-is-100-biodegradable-and-made-of-plants](https://www.weforum.org/agenda/2018/05/this-plastic-bag-is-100-biodegradable-and-made-of-plants).
- Kitson M. 2018. Chileans create water-soluble plastic bag that breaks down in minutes. El País. URL: english.elpais.com/elpais/2018/08/01/inenglish/1533122791_820772.html.
- Lomborg B. 2019. Sorry, banning plastic bags won't save our planet. Globe and Mail. URL: [theglobeandmail.com/opinion/](https://www.theglobeandmail.com/opinion/)

- article-sorry-banning-plastic-bags-wont-save-our-planet.
- Murphy RP. 2019. Plastic bans: imaginary benefits, real costs. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/plastic-bans-imaginary-benefits-real-costs.
- Nazaryan A. 2014. The US Department of Defense is one of the world's biggest polluters. Newsweek. URL: [newsweek.com/2014/07/25/us-department-defence-one-worlds-biggest-polluters-259456.html](https://www.newsweek.com/2014/07/25/us-department-defence-one-worlds-biggest-polluters-259456.html).
- Neimark B, Beicher O & Bigger P. 2019. The US military is a bigger polluter than more than 100 countries combined. Quartz. URL: qz.com/1655268/us-military-is-a-bigger-polluter-than-140-countries-combined.
- Neira J. 2019. BioUrban robotic tree fights pollution by performing the work of 368 real trees. Design Boom. URL: www.designboom.com/technology/biomitech-biourban-robotic-tree-fights-pollution-08-19-2019.
- Reynolds E. 2019. This company is using recycled plastic milk bottles to repave roads in South Africa. CNN. URL: edition.cnn.com/2019/10/30/business/plastic-roads-in-south-africa-intl/index.html.
- Rothbard MN. 2011. Justiça, poluição do ar e direitos de propriedade. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=1177.
- Scruton R. 2016. Filosofia verde: como pensar seriamente o planeta. É Realizações, São Paulo.
- Stewart J. 2019. Adidas vows to make 11 million pairs of shoes using ocean plastic. My Modern Met. URL: mymodernmet.com/

adidas-parley-sustainable-fashion.

Webb W. 2017. US military is world's biggest polluter. EcoWatch.
URL: ecowatch.com/military-largest-polluter-2408760609.html.

6 Transgênicos

Uma história antiga

Voltando do trabalho no final da tarde, você vê um aglomerado de pessoas na praça central da sua cidade, bradando palavras de ordem: "Diga não aos transgênicos! Comida para o povo, não para o lucro!" Em seus cartazes, você pode ler: "Não somos um experimento científico!", "Não queremos alimentos frankenstein!", entre outros. Prestando atenção ao pacote de bolacha que está comendo, você nota na embalagem um triângulo amarelo com um T bem grande no meio, feito uma placa de trânsito alertando para um perigo iminente: "contém transgênicos". Tudo isso lhe deixa cabreiro. Você fica receoso de colocar mais uma bolacha em sua boca.

Por vida das dúvidas, você pára de comer e coloca o pacote de volta em seu bolso. Pensativo, você continua caminhando em direção à sua casa: "Será que esse pessoal está certo?" Você já entendeu que o lucro é belo e moral e que esse discurso "contra o capitalismo" é só encenação de virtude, mas a preocupação com a saúde sua e de seus entes queridos existe. "Será que essa inquietação é justificada ou é apenas mais uma histeria de luditas sendo usados como massa de manobra?" — você se questiona. Chegando à sua casa, você abre o computador e começa a ler sobre os tais dos transgênicos.

Transgênicos são organismos geneticamente modificados pelo

uso de alguma técnica de engenharia que leva à introdução de genes oriundos de outras espécies. A idéia é que esses genes introduzidos levem a uma maior produtividade, seja por um aumento da biomassa, por uma maior eficiência no uso de recursos naturais, por uma maior tolerância a defensivos agrícolas ou por uma maior resistência a pragas e doenças. As técnicas que usamos hoje começaram a se desenvolver rapidamente a partir dos anos 1970, mas modificações genéticas em espécies domesticadas vêm sendo feitas pela humanidade há mais de 30.000 anos.

Para elaborar sua teoria da evolução, um dos fenômenos que Charles Darwin notou foi justamente a "seleção artificial" feita pelo homem em espécies domesticadas. Esse processo envolve escolher indivíduos com características de interesse e fazer com que se reproduzam entre si. Ao longo de algumas gerações, o uso dessa prática leva a mudanças radicais na espécie. Embora essa seleção artificial não seja o que consideramos engenharia genética hoje, ela é a precursora das técnicas modernas e ilustra como seres humanos vêm alterando o arcabouço genético de outras espécies há milênios.

Um caso interessante de seleção artificial é o do milho. Ainda que cultivado em larga escala e ingrediente de inúmeros itens alimentares, o milho não é encontrado em ambientes naturais em lugar nenhum. Como ele surgiu afinal? Quem resolveu esse mistério foi o geneticista estadunidense George Wells Beadle, que, ainda estudante de pós-graduação, postulou que o milho havia se originado de uma gramínea selvagem chamada de

"teosinto". A espiga do teosinto – curta, pequena e com poucos grãos – é tão diferente da do milho que, inicialmente, a espécie foi considerada aparentada com o arroz.

Entretanto, Beadle observou que os cromossomos do milho e do teosinto eram tão similares que era possível produzir híbridos entre as duas espécies. Ele também conseguiu estourar os grãos do teosinto como pipoca. As grandes diferenças fenotípicas – isto é, na aparência – pareciam ser explicadas por apenas cinco genes. Experimentos posteriores feitos por John Doebley indicaram que a domesticação do milho a partir do teosinto ocorreu no sul do México há 9.000 anos. Portanto, o milho que cultivamos hoje, com mais de 800 grãos em cada espiga, foi selecionado artificialmente a partir do teosinto, com seus 10 grãos por espiga.

Ainda que a seleção artificial seja uma técnica usada há milênios, a polêmica atual relacionada a organismos geneticamente modificados envolve um processo mais moderno de manipulação. O grande salto tecnológico aconteceu em 1973, quando Herbert Boyer e Stanley Cohen conseguiram recortar de uma bactéria um gene que conferia resistência a antibiótico, inserindo-o em outra, que passou também a ser resistente. Por um lado, essa técnica abriu várias possibilidades de pesquisa, mas, por outro, levantou imediatamente uma série de dúvidas sobre possíveis impactos em nossa saúde e no meio ambiente.

De todo modo, as pesquisas continuaram e novas aplicações foram desenvolvidas. Em 1980, a General Electric desenvolveu uma linhagem de bactéria geneticamente alterada para quebrar moléculas de óleo cru e mitigar impactos de derramamentos.

Dois anos depois, foi desenvolvida uma linhagem de bactéria geneticamente modificada para sintetizar insulina, permitindo a produção do hormônio em maior quantidade e a menor preço para pacientes diabéticos. Em casos como esses, as vantagens são óbvias o bastante para não serem polêmicas. No caso dos alimentos, porém, a história é um tanto diferente.

Medos justificados ou medos infundados?

Os primeiros experimentos de campo com plantas geneticamente modificadas começaram em 1987. Cinco anos mais tarde, após testes intensos, a variedade de tomate Flavr Savr passou a ser comercializada. Essa variedade tinha uma seqüência introduzida que inibia a produção de uma proteína natural do tomate, tornando-o mais firme e estendendo o seu tempo nas prateleiras. Em 1995, uma variedade de batata com o gene para a produção da toxina Bt, extraído da bactéria *Bacillus thuringiensis*, passou a ser comercializada. Essa batata Bt produzia o seu próprio pesticida biológico e, logo, demandava menos defensivos agrícolas.

No ano seguinte, a Monsanto lançou uma variedade de soja geneticamente modificada para resistir ao glifosato, um herbicida de contato extremamente eficiente, à época também produzido apenas pela empresa. A vantagem dessa variedade é que, por ser resistente ao herbicida, ela tornava o controle de ervas daninhas pelos agricultores muito mais fácil. Logo depois, variedades de outras espécies – como beterraba, canola e milho – resistentes ao

glifosato também foram desenvolvidas e lançadas. Elas implicavam não só menores custos para os produtores, como também produtos mais baratos nos pratos dos consumidores.

Manipulando a estrutura genética de bactérias, plantas e animais, é possível aplicar essas técnicas para adiantar o amadurecimento, aumentar o valor nutricional, biodegradar poluentes, conferir resistência a vírus, produzir energia limpa, entre outros. Até aqui, só vantagens, não? Então, por que tanta controvérsia em relação a esses organismos geneticamente modificados? Perceba que esses transgênicos incorporam genes de espécies completamente distantes do ponto de vista evolutivo. Notadamente pelo fato de essa manipulação envolver espécies nada aparentadas é que surgem tantas preocupações.

Essas controvérsias decorrem normalmente de uma abordagem utilitarista, empirista: coletam-se dados em campo ou em laboratório, a partir dos quais se induzem conclusões. Utilitarismo sempre é problemático, pois, como nossas preferências são subjetivas, o que é útil para um não o é para outro. Além disso, muitas vezes, os experimentos são mal delineados, com poucas réplicas, sem aleatorização das unidades amostrais ou sem os controles adequados. As análises estatísticas, como vimos, facilmente nos enganam, especialmente em situações com muitas variáveis, como é o caso. Vejamos dois exemplos.

Primeiro, um estudo liderado pelo entomologista John Losey, publicado em 1999, afirmou, com base em testes conduzidos em laboratórios, que o pólen do milho Bt representava um sério

risco a populações da borboleta-monarca, diminuindo sua taxa de crescimento e aumentando sua taxa de mortalidade. Na época, a repercussão desse artigo foi enorme, levando muitos a se oporem ao cultivo de plantas Bt. Porém, estudos subseqüentes, feitos em campo, sustentaram que essas variedades geneticamente modificadas eram seguras e não colocavam em perigo populações de insetos selvagens.

Segundo, no final do século passado e início deste, suspeitou-se que colheitas fracas de algodão transgênico na Índia tinham levado muitos agricultores à bancarrota e, em alguns casos, ao suicídio. Novamente, isso provocou um grande comoção na população, que passou a exigir que fossem tomadas medidas severas contra os transgênicos. Mais tarde, essa suspeita foi rechaçada: a introdução do algodão geneticamente modificado não havia alterado a taxa de suicídio e, na verdade, tinha trazido uma série de benefícios econômicos para a imensa maioria dos agricultores indianos.

Em ambos os casos, mesmo que as conclusões dos estudos iniciais, que apontavam riscos dos transgênicos, tenham sido refutadas posteriormente, o estrago já estava feito. O receio de muitos a esses organismos geneticamente modificados já estava incutido em suas mentes. A repercussão dos artigos subseqüentes foi infinitamente menor do que a dos artigos originais. Isso é normal e está relacionado com um comportamento de "aversão ao risco" que carregamos conosco: tendemos muito mais a reter informações negativas do que positivas, superestimando riscos, o que afeta a maneira como

tomamos decisões e agimos.

Ainda que não haja evidências contundentes de que os transgênicos sejam mais perigosos do que os cultivos tradicionais, não faltam opositores à tecnologia. Embora a transferência de genes em espécies selvagens ocorra naturalmente, há conseqüências desconhecidas relacionadas à introdução artificial de genes. Ela pode alterar o metabolismo do organismo modificado e sua resposta a fatores bióticos e abióticos, o que, por sua vez, pode impactar o ambiente em que vive. Riscos à saúde humana incluem a exposição a novos alergênicos e a transferência para nossa flora intestinal de genes resistentes a antibióticos.

Tais preocupações são legítimas. O ceticismo é até certo ponto desejável, e o debate é bem-vindo. Da mesma forma que pode haver vieses em estudos que alertam para os riscos dos organismos geneticamente modificados, pode haver vieses em estudos que os consideram seguros. Obviamente, os mais críticos aos transgênicos podem fazer seus protestos – desde que pacíficos – e podem tentar convencer os outros, usando os argumentos que lhe parecem convincentes, mesmo que sejam argumentos utilitaristas. Uma linha é cruzada, porém, quando se começa a ameaçar de agressão aqueles que estão quietos em seus cantos.

O culpado de sempre

Essa linha é cruzada quando se pede a interferência do nosso

vilão usual, do nosso mordomo dos romances policiais, o estado. Ainda que com boas intenções, quem clama por intervenção estatal está pedindo que sua estrutura coercitiva seja usada contra pessoas que estão simplesmente tentando levar suas vidas sem atacar ninguém. Nesse caso, por meio de agressão ou ameaça de agressão, essas pessoas são forçadas a fazer o que não querem ou a deixar de fazer o que querem. Isso é uma clara violação do direito natural delas à autopropriedade e, portanto, é antiético.

Além disso, quem clama por intervenção estatal está defendendo distorções econômicas que, em última instância, vão prejudicar especialmente os mais pobres. Como já discutimos, essa intervenção encarece os produtos, desestimula a inovação, impõe barreiras de entrada e favorece as grandes corporações, que têm condições de arcar com os custos elevados e de pagar lobistas para convencer políticos a aprovarem o que lhes é conveniente. Hoje em dia, transgênicos são fortemente regulados pelo estado e, em alguns países, sua comercialização e seu plantio até são proibidos.

Com isso, muitos sequer têm a chance de aproveitar os benefícios que esses alimentos podem trazer. Há situações em que transgênicos podem ser uma questão de vida ou morte, como no caso da desnutrição. Por exemplo, o "arroz dourado" é uma variedade geneticamente modificada para produzir betacaroteno. Quando ingerido, o betacaroteno é convertido em vitamina A, que é essencial para preservar nossa visão e manter nosso sistema imunológico, entre outros benefícios. Cerca de 250

milhões de crianças em idade pré-escolar sofrem de deficiência de vitamina A, das quais quase três milhões chegam a morrer.

Pois bem, apesar de o arroz dourado ter o potencial de ser a solução para esse problema, ele encontrou uma oposição ferrenha, especialmente por parte de algumas organizações não-governamentais, como o Greenpeace. Elas alegam que há várias outras alternativas já disponíveis, mais baratas e que não usam transgênicos. Até aqui, nenhum problema, elas estão exercendo sua liberdade de expressão, apresentando argumentos e procurando convencer as pessoas a usarem outros produtos. O problema surge quando essas organizações pressionam governos e exigem que eles proíbam o arroz dourado e outros transgênicos.

Esse tipo de pressão tem dado resultado, e muitos países vêm impondo fortes regulações aos organismos geneticamente modificados. Já há pelo menos 64 países que obrigam a rotulagem de alimentos com ingredientes transgênicos, entre os quais Austrália, Brasil, China, Japão e a maioria dos países da Europa. Os que defendem essa rotulagem obrigatória alegam que os consumidores devem ter acesso a essa informação para que possam decidir se querem consumi-los. Há ainda países que proibiram tanto seu cultivo quanto sua importação, como Argélia, Butão, Madagascar, Peru, Quênia e Rússia.

Talvez na Europa é que essa pressão seja mais forte. Não por acaso, em 2015, foi aprovada uma legislação que permite aos países da União Européia banir o cultivo de transgênicos em seus territórios. Entre os que optaram pelo banimento estão a

Alemanha, Áustria, Bélgica, França, Itália e Polônia. Apesar disso, quase todos os países europeus permitem a importação de alimentos transgênicos. Inclusive, boa parte das rações usadas na criação de animais e dos alimentos industrializados contém ingredientes de variedades geneticamente modificadas. Ah, as incoerências das legislações positivistas!

Aqui no Brasil, políticos também se julgam no direito de decidir o que pode e o que não pode ser feito em relação a esses organismos. Uma legislação sobre a "biossegurança nacional" foi aprovada em 2005, estabelecendo "normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados". Em outras palavras, transgênicos são pesadamente regulados no país.

Mas aí o justiceiro ambiental exclama: "A população não tem capacidade para avaliar os riscos de algo tão complexo quanto os transgênicos! Por isso, precisamos do estado para avaliar se eles são seguros ou perigosos!" Ah, meu caro justiceiro, achar que políticos e seus sectos de tecnocratas serão capazes disso é, no mínimo, muita ingenuidade. Esses que pedem intervenção estatal no assunto estão considerando que as pessoas não são capazes de decidir sozinhas quais alimentos vão consumir, mas são capazes de eleger políticos suficientemente iluminados para salvá-las delas mesmas. Isso não faz o menor sentido.

O vilão insuspeito

Antes de discutirmos as soluções reais, vamos pensar um pouco em algo que é freqüentemente negligenciado, mas que contribui bastante para o surgimento de problemas relacionados aos transgênicos: a "propriedade" intelectual. Veja, a defesa do nosso direito natural à propriedade privada é a base da civilização. Quanto mais uma sociedade defendê-lo, mais ela prosperará. Qual é o problema então com a "propriedade" intelectual? Simples: ela não é propriedade. Lembre-se, o conceito de propriedade privada decorre do fato de que recursos são escassos, isto é, não há de tudo para todos a todo momento.

Assim, uma maçã é um recurso, porque duas pessoas não podem juntas comê-la toda. Esta maçã em particular é minha, porque eu a troquei com um feirante por dinheiro. Ao fazer isso, o título de propriedade desta maçã passou a ser meu, enquanto que o daquelas cédulas que estavam em meu bolso passou a ser do feirante. Ele tinha algo que eu preferia em relação às cédulas e vice-versa. Voluntariamente fizemos a troca e, com isso, evitamos um conflito. Se eu tivesse simplesmente pegado a maçã de sua barraca, isso seria roubo, porque eu estaria me apropriando indevidamente de seu trabalho e impedindo que ele usasse aquele recurso.

E eis o cerne do problema: uma idéia não é escassa. O fato de alguém usar uma idéia não impede que outro a use também. Pensemos na brilhante idéia que alguém um dia teve de inventar a roda. O fato de eu ter usado essa idéia para construir um

carrinho de rolimã ontem não impede que um engenheiro a use para projetar um carro amanhã. Felizmente, essa idéia da roda não é protegida, e podemos usufruir seus benefícios livremente, mas há várias outras idéias hoje protegidas por marcas, patentes, direitos autorais e outros absurdos positivistas. Como toda legislação positivista, isso é algo arbitrário e instituído de cima para baixo.

Dada sua contradição lógica, restam aos defensores do conceito de "propriedade" privada argumentos utilitaristas: "Mas quem vai criar novas marcas se elas não puderem ser registradas? Quem vai projetar novos computadores se não houver patentes? Quem vai compor músicas se não houver direitos autorais?" — talvez você se questione. Primeiro, algo ser útil ou conveniente para alguém não o torna necessariamente ético. Segundo, ao contrário, sem as amarras impostas por esse conceito, todos nós teríamos muito mais liberdade para inventar e criar sem medo de sermos agredidos.

E esse ponto é notadamente importante: o conceito de "propriedade" intelectual envolve a agressão. Aquele que consegue do estado um documento que ateste sua "propriedade" sobre uma determinada idéia pode explorá-la exclusivamente, ou seja, de forma monopolista, por um certo período, aproveitando-se dos fuzis estatais. Trocando em miúdos, "propriedade" intelectual nada mais é do que o uso do aparelho coercitivo estatal para proteger uma idéia por meio de agressão ou ameaça de agressão. Não por acaso, portanto, esse conceito favorece especialmente os amigos do rei, como as grandes corporações.

No caso dos organismos geneticamente modificados, corporações podem deter o monopólio de uma variedade transgênica graças à legislação sobre "propriedade" intelectual. Tais corporações podem financiar campanhas eleitorais, pagar lobistas para terem projetos de seu interesse aprovados por políticos e usar o sistema judiciário estatal para perseguir os que as questionam. E isso só pode acontecer porque vivemos em uma desordem socialista, em que políticos têm o poder de mandar em nossas vidas, mesmo que não agridamos ninguém. Usando uma linguagem clara, os que pagam o "pizzo" ganham a proteção da máfia.

O que essa legislação sobre "propriedade" intelectual faz é criar barreiras de entrada ao setor dos transgênicos, encarecendo os alimentos e tornando tanto os produtores rurais quanto os consumidores finais reféns dessas grandes corporações. No caso das variedades resistentes a herbicidas, é possível inclusive que, além da semente, o herbicida também seja patenteado pela mesma companhia, tornando a dependência quase completa. Isso, por sua vez, favorece latifundiários, que têm condições de arcar com os custos de produção maiores, em detrimento de pequenos proprietários rurais.

O problema não são os transgênicos em si, nem a motivação pelo lucro. O problema é o uso dos mecanismos estatais de agressão para proteger grandes empresas da concorrência e perseguir judicialmente cidadãos pacatos, usando a desculpa da "propriedade" intelectual. Há um caso emblemático, que rendeu dois filmes, "David contra Monsanto" de 2009 e "Percy" de 2019,

envolvendo o agricultor canadense Percy Schmeiser. Em 1998, Schmeiser foi processado pela Monsanto por violação de patente. Segundo a empresa, ele estava usando a variedade de canola "Roundup Ready", resistente ao glifosato, sem sua autorização.

Schmeiser, por sua vez, alegou que as sementes geneticamente modificadas haviam chegado à sua fazenda por acidente e que eram suas porque estavam em suas terras. Em uma decisão apertada, cinco votos a quatro, a corte federal canadense deu ganho de causa à Monsanto. Não cabe aqui entrar nos meandros jurídicos do caso, mas o mero fato de uma companhia poder processar um agricultor simplesmente porque havia sementes de uma certa linhagem nas terras dele é em si um absurdo tão grande que só o sistema legal positivista a que estamos submetido pode proporcionar. O que fazer então?

A fácil solução

O caso dos transgênicos nos fornece um bom modelo de como questões polêmicas podem ser facilmente resolvidas em uma sociedade libertária. A solução, como sempre, é a ética da propriedade privada, ou seja, é o respeito ao nosso direito natural à autopropriedade. Essa ética leva ao princípio de não-agressão, segundo o qual não devemos agredir ou ameaçar agredir uma pessoa pacífica. Isso inclui não só o corpo dessa pessoa como também os bens que ela adquiriu por meio do seu trabalho ou de trocas voluntárias. Esse é o único sistema ético possível, válido para qualquer pessoa, em qualquer lugar; a

qualquer momento.

Pois bem, pensemos em um exemplo. Em Mineiros, no sul de Goiás, há dois fazendeiros, S. Francisco e S. Osvaldo, que têm terras lado a lado. Há muitos anos, Francisco conquistou a então namorada de Osvaldo e se casou com ela, gerando uma rivalidade entre os dois que ainda não foi completamente esquecida. Enquanto o primeiro é um fervoroso defensor da soja transgênica, o segundo é mais cético e prefere cultivar variedades não modificadas geneticamente. Usando argumentos utilitaristas, mas talvez também por ressentimento, Osvaldo vem apoiando políticos que prometem endurecer a legislação sobre transgênicos.

Se uma legislação mais dura for aprovada, Osvaldo pode se dar bem, tanto economicamente, porque não vai precisar competir com a soja transgênica de Francisco e dos demais fazendeiros que a plantam, quanto pessoalmente, pois vai ter sua vingança, ainda que menos do que ele acha que Francisco merece. Na desordem socialista em que vivemos, o incentivo é para isso, é para usar essa "via política". Melhor seria se estivéssemos em uma ordem libertária, e o incentivo fosse para que se usasse a "via econômica". Nesse caso, a regra é clara: nas suas respectivas terras, Francisco e Osvaldo plantam o que quiserem.

Agora, digamos que Francisco esteja cultivando soja transgênica e Osvaldo, soja tradicional. Como suas fazendas são vizinhas, naturalmente há, entre elas, fluxo de grãos de pólen e sementes provocado pelo vento ou por animais. Normalmente, isso não é um problema, mas um dos receios que os críticos aos

transgênicos possuem é que esses grãos de pólen e sementes tenham algum efeito tóxico na saúde ou no ambiente. Se, por algum motivo, os grãos de pólen e as sementes transgênicas de Francisco provocarem de fato algum dano à família ou ao cultivo de Osvaldo, teremos um caso de poluição.

Se for esse o caso, no nosso sistema judiciário positivista atual, Osvaldo terá uma batalha jurídica muito árdua pela frente. Como, embora regulados, transgênicos são aprovados pela legislação brasileira, Francisco poderá alegar: "Fiz tudo dentro da lei. Se houve algum problema, não foi culpa minha". Ele ainda contará com a arbitrariedade da legislação positivista e a morosidade da justiça estatal para se eximir de uma eventual culpa. E, por outro lado, se as alegações de Osvaldo forem infundadas, este poderá contar com esse sistema judiciário estatal para prolongar o conflito e buscar alguma punição injusta.

Seria muito diferente em um sistema judiciário naturalista, em que os dois teriam de concordar voluntariamente com um tribunal privado, de boa reputação, para examinar o caso e decidir quem tem razão. Esse tribunal teria todos os incentivos possíveis para resolver a disputa justa e rapidamente. "Mas e se Francisco se recusasse a levar o caso para um tribunal privado?" — você se questiona. A dúvida é pertinente, mas isso não seria uma boa idéia. Sua recusa implicaria que ele não reconhece o sistema de justiça e que, portanto, não poderia acioná-lo quando se sentisse prejudicado por qualquer motivo.

E os consumidores, como ficam? Enquanto hoje políticos decidem se, quais e como produtos com ingredientes derivados

de transgênicos podem ser consumidos, em um ordenamento libertário essa decisão caberia única e exclusivamente ao consumidor: cada um consumiria o que quisesse. Como já nos diz a sabedoria popular, "cada um sabe onde o calo aperta". Logo, caberia a cada um decidir o melhor para si, buscando as informações necessárias, ponderando os prós e os contras dos alimentos transgênicos e não-transgênicos e optando por consumir estes ou aqueles.

Em relação às informações disponíveis nas embalagens, a rotulagem não pode ser obrigatória, pois isso é uma clara violação do direito à autoproriedade do fabricante. Contudo, demandas dos consumidores levam naturalmente a selos de certificação. Portanto, se hoje temos aquele triângulo amarelo ameaçador colocado de forma obrigatória nas embalagens que contêm ingredientes transgênicos, em uma sociedade libertária teremos selos de certificação, emitidos por entidades privadas competindo entre si, atestando, por exemplo, que determinado produto não contém ingredientes modificados geneticamente.

Esse tipo de certificação, por sinal, já existe. Uma dessas certificadoras é a NSF International, localizada em Michigan, nos Estados Unidos, que analisa toda a cadeia logística de um dado produto e, se não houver ingredientes transgênicos usados nela, confere a tal produto um selo de "não modificado geneticamente". Ou ainda a companhia A Greener World, que oferece um selo de certificação nos mesmos moldes. A necessidade de competir por clientes e possuir uma boa reputação incentiva certificadoras como essas a analisarem com rigor os produtos

que receberão seus selos.

Em uma sociedade libertária, isto é, em um ambiente de livre-mercado, todas as preferências subjetivas dos consumidores se refletem no sistema de preços. Se a demanda por transgênicos for baixa, porque os consumidores acreditam que os riscos são altos, o preço tenderá a diminuir, desincentivando os pecuaristas e os agricultores – até o S. Francisco! – a produzi-los. Se a demanda for alta, porque os consumidores acreditam que os benefícios superam os riscos, o preço tenderá a aumentar em um primeiro momento, estimulando a oferta e levando em um segundo momento a um barateamento.

Da mesma forma, se os consumidores considerarem a certificação importante, eles se disporão até a pagar mais por um produto com um selo de "não-transgênico", caso o considerem mais saudável, assim como o fazem com produtos orgânicos. O sistema de preços refletirá fielmente as preferências dos consumidores em relação a alimentos transgênicos e não-transgênicos de um modo que nenhum planejador central é capaz de fazer. Sem agredir ninguém, a propriedade privada nos dá um critério ético, simples e claro para dirimir conflitos e resolver eventuais disputas. Esta é a beleza do livre-mercado.

Fontes

Ansede M. 2016. 109 prêmios Nobel acusam o Greenpeace de “crime contra a humanidade” por atacar transgênicos. El País. URL: brasil.elpais.com/brasil/2016/06/30/ciencia/

1467286843_458675.html.

- Balmford A, Amano T, Bartlett H, Chadwick D, Collins A, Edwards D, Field R, Garnsworthy P, Green R, Smith P, Waters H, Whitmore A, Broom DM, Chara J, Finch T, Garnett E, Gathorne-Hardy A, Hernandez-Medrano J, Herrero M, Hua F, Latawiec A, Misselbrook T, Phalan B, Simmons BI, Takahashi T, Vause J, Ermgassen E & Eisner R. 2018. The environmental costs and benefits of high-yield farming. *Nature Sustainability* 1: 477-485.
- Carroll SB. 2010. Tracking the ancestry of corn back 9,000 years. *New York Times*. URL: [nytimes.com/2010/05/25/science/25creature.html](https://www.nytimes.com/2010/05/25/science/25creature.html).
- Friedlander B. 1999. Toxic pollen from widely planted, genetically modified corn can kill monarch butterflies, Cornell study shows. Cornell University. URL: news.cornell.edu/stories/1999/04/toxic-pollen-bt-corn-can-kill-monarch-butterflies.
- Gruère G & Sengupta D. 2011. Bt cotton and farmer suicides in India: an evidence-based assessment. *Journal of Development Studies* 47: 316-337.
- Journey E. 2019. Where are GMOs banned? GMO Watch. URL: gmowatch.com/where-are-gmos-banned.
- Kinsella NS. 2009. The case against intellectual property: a concise guide. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/library/case-against-ip-concise-guide.
- Kinsella NS. 2010. Contra a propriedade intelectual. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Lima R. 2016. Propriedade intelectual não existe. *Idéias Radicais*. URL: youtu.be/_Cufy0gMOBA.

- Phillips T. 2008. Genetically modified organisms (GMOs): transgenic crops and recombinant DNA technology. *Nature Education* 1: 213.
- Pike G. 2014. A libertarian perspective on GMO labeling. *Wealth Daily*. URL: wealthdaily.com/articles/a-libertarian-perspective-on-gmo-labeling/88593.
- Rangel G. 2015. From corgis to corn: a brief look at the long history of GMO technology. Harvard University. URL: sitn.hms.harvard.edu/flash/2015/from-corgis-to-corn-a-brief-look-at-the-long-history-of-gmo-technology.
- Sears MK, Hellmich RL, Stanley-Horn DE, Oberhauser KS, Pleasants JM, Mattila HR, Siegfried BD & Dively GP. 2001. Impact of Bt corn pollen on monarch butterfly populations: a risk assessment. *Proceedings of the National Academy of Sciences* 98: 11937-11942.
- Turguniev P. 2019. Quem precisa de propriedade intelectual? *Ancap.SU*. URL: youtu.be/FYV4cC_97G4.
- Zhou W. 2015. The patent landscape of genetically modified organisms. Harvard University. URL: sitn.hms.harvard.edu/flash/2015/the-patent-landscape-of-genetically-modified-organisms.

7 Biodiversidade

A sexta extinção em massa?

Finalmente, chega o fim-de-semana. A chuva lá fora deixa o tempo perfeito para você ficar largado no sofá, assistindo a algum programa na televisão. Zapeando pelos canais, você encontra um documentário que lhe chama a atenção. Quase hipnotizado, você observa as imagens dramáticas de florestas sendo derrubadas, savanas pegando fogo, peixes agonizando em rios poluídos, baleias recém-capturadas sendo retalhadas em baleeiros, caçadores exibindo cabeças de leões como troféus, chifres sendo retirados de rinocerontes, entre outras cenas igualmente impactantes. "Minha nossa, como isso é possível?" — você se pergunta.

No documentário, uma voz grave explica que estamos vivendo uma "sexta extinção em massa". "Ao contrário dos outros cinco eventos de extinção em massa da história geológica, este sexto evento tem uma única espécie como culpada: a nossa!" — sentencia o narrador. "Não por acaso, esta época vem sendo chamada pelos cientistas de Antropoceno. Nesta única hora em que você ficou assistindo a este documentário, três espécies foram extintas. Extinção é para sempre! Até quando deixaremos isto acontecer?" Com a tela escurecendo e uma música triste sendo tocada, o documentário termina, deixando-o com sua consciência pesada.

Essa angústia que você sente ao assistir a documentários desse tipo não é exclusividade sua. Muitos de nós – eu, inclusive – nos afligimos ao nos deparar com algo que consideramos belo sendo destruído ou morto, seja uma exuberante floresta, uma graciosa coruja ou uma imponente onça-pintada. Temos empatia por algumas das outras espécies que habitam conosco o planeta, especialmente se acreditarmos que tais espécies são capazes de sentir as mesmas emoções que nós, como tristeza, agonia, medo, sofrimento e dor. Não há nenhum problema nisso; ao contrário, essa empatia faz parte daquilo que nos torna humanos.

Entretanto, precisamos ter cuidado para que essa emoção não seja usada para nos manipular. Em relação à extinção de espécies, há aqueles que dizem que a taxa atual é comparável apenas aos cinco períodos de extinção em massa pelos quais a Terra passou. O último foi no Cretáceo-Paleogeno, há 65 milhões de anos, quando três quartos das espécies desapareceram. Daí, alguns chamarem esta época em que vivemos de Antropoceno e considerarem que nossa espécie é a responsável por este "sexto período de extinção em massa". Especialmente no final dos anos 1970 é que essa idéia ganhou força.

Em 1979, o biólogo inglês Norman Myers publicou o livro "O naufrágio da arca", em que afirmava que estávamos perdendo 109 espécies por dia ou 40.000 por ano. Isso entrou em nosso inconsciente coletivo, e estimativas desse tipo, vira e mexe, aparecem. Em 1981, o biólogo estadunidense Paul Ehrlich estimou que estávamos perdendo cerca de 250.000 espécies por ano e que, em 2000, metade das espécies já estaria extinta e,

entre 2010 e 2025, todas já teriam desaparecido. Ou seja, segundo sua previsão, no momento em que você lê este livro, deveríamos estar vivendo em uma distopia como aquela descrita em "Blade Runner".

Ainda hoje, estimativas alarmistas desse tipo são publicadas. Por exemplo, em 2017, o mesmo Paul Ehrlich, junto com outros dois colegas, Gerardo Ceballos e Rodolfo Dirzo, publicaram um artigo, segundo o qual estamos presenciando uma "aniquilação biológica" devido à perda de bilhões de populações de vertebrados, que representa "um assalto assustador aos alicerces da civilização humana". Em 2019, um relatório sobre diversidade biológica de um órgão da Unesco afirmou que a natureza está se deteriorando a uma velocidade jamais vista e que a taxa de extinção de espécies está se acelerando.

O poder de previsão dessas estimativas, contudo, é muito fraco. Esses estudos são baseados em modelos matemáticos cujos resultados variam enormemente conforme as variáveis inclusas e a qualidade do banco de dados. Até o número de espécies existentes hoje é bastante questionável, com estimativas variando entre oito milhões e um trilhão. E se é difícil estimar o número de espécies existentes hoje, que dirá dos números ao longo da história geológica do planeta. Também há o viés ideológico que muitas vezes motiva estudos do tipo. Previsões alarmistas causam um alvoroço bem maior e têm muito mais chances de serem publicadas.

Há pesquisadores mais céticos, como o ambientalista dinamarquês Bjørn Lomborg, segundo o qual um número mais

realista seria de 0,7% das espécies extintas nos próximos 50 anos. Eles ressaltam que o desaparecimento de espécies faz parte do processo evolutivo: a extinção é a etapa final para todas as espécies, assim como a morte o é para todos os indivíduos. Por sinal, 99,9% das espécies que existiram na Terra já desapareceram. Não obstante, dizem, nunca houve tantas espécies quanto agora. E, apesar de todo o barulho, nos últimos 400 anos, há apenas cerca de 800 espécies cujo desaparecimento foi documentado.

Embora do ponto de vista científico essa discussão seja pertinente, do ponto de vista ético os números de espécies existentes e extintas não importam. Quaisquer que sejam esses números, nada justifica a agressão. Ninguém pode usar uma suposta taxa de extinção elevada para pedir que políticos interfiram agressivamente nas trocas voluntárias dos cidadãos. Logo, qualquer proposta para a conservação da biodiversidade deve respeitar nosso direito natural à propriedade privada. "Mas e os pobres animais? Eles não têm direitos também? — pergunta o aflito ativista ambiental. Eis uma questão interessante. Discutamo-la um pouco.

Outras espécies têm direitos?

Ao contrário do que apregoam os juspositivistas, um direito não é concedido pela boa vontade de governantes, mas sim é algo que surge naturalmente. Como vimos no primeiro capítulo deste livro, do fato de que recursos são escassos, de que podemos

entender isso e de que somos capazes de argumentar é que decorre o direito natural à propriedade privada – a rigor, nosso único direito. O simples ato de argumentar já implica o reconhecimento da autopropriedade dos interlocutores. Não há outro caminho para a resolução pacífica de conflitos que não aceitar essa conclusão irrefutável da ética argumentativa.

Até onde sabemos, não há outra espécie capaz disso. Logo, não há nenhuma outra espécie com esse direito natural à autopropriedade. Tal direito, portanto, faz parte da classe ontológica "ser humano"; ele surge quando somos concebidos. Mesmo que haja uma pessoa que, por um motivo ou outro, temporária ou permanentemente, não consiga exercer plenamente sua capacidade argumentativa, ainda assim essa pessoa terá seu direito natural à propriedade privada, não devendo ser agredida ou ameaçada de agressão. Todos os seres humanos – e apenas eles – possuem esse direito.

Quando ativistas se referem a "direitos" de outras espécies, usualmente eles se restringem a animais. Não só isso, mas apenas a algumas das espécies de animais, notadamente peixes, anfíbios, répteis, aves e mamíferos. Essas espécies são justamente aquelas filogeneticamente mais próximas à nossa, pertencentes ao clado dos vertebrados. O argumento dos ativistas é que tais espécies têm um sistema nervoso mais desenvolvido e são capazes de sentir emoções, como medo, sofrimento e dor. Essa delimitação, contudo, é arbitrária e também indica um antropocentrismo.

E por que, então, não estender esse conceito para todos os animais? Há ativistas mais radicais que defendem isso. Essa

posição implica que ninguém tem o direito de pisar em uma barata ou matar um mosquito transmissor de doenças, o que é um absurdo. E por que não "direitos vegetais" também? Há cientistas, como Monica Gagliano, que alegam que plantas são inteligentes. Há aqueles, como Gloria Muday e Heather Brown-Harding, que, inclusive, dizem que vegetais têm um mecanismo de sinalização contra herbivoria semelhante a um sistema nervoso e são capazes de sentir algo análogo à dor.

Mas por que parar em animais e plantas? Por que não incluir fungos, bactérias ou mesmo vírus? Pasmem, existem cientistas, como o astrobiólogo Charles Cockell, que questionam se não devemos considerar também os "direitos microbianos". Se a idéia desses pseudodireitos for estendida para todos os seres vivos, rapidamente desapareceríamos. Uma vez aceita essa idéia errônea de que outras espécies têm "direitos", não há nenhum critério lógico para decidirmos onde parar e caímos em um terreno escorregadio que nos leva à extinção. Ué, mas não era a extinção que esses ativistas queriam evitar? Ou tudo bem se for a nossa espécie?

Veja, um direito implica um dever. Se eu tenho o direito à minha autopropriedade, isto é, de não ser agredido, tenho o dever de não agredir os outros. Assim, uma pessoa que mata outra deve ser responsabilizada e julgada por assassinato. Mas e se aceitarmos esses pseudodireitos animais? Ora, se animais têm direitos, eles têm deveres também. Nesse caso, se um cão caçar e matar um gato, ele deve ser preso e julgado por assassinato? Se a resposta for sim, o cachorro deve ser considerado um assassino e

punido de acordo, o que não tem cabimento. Se a resposta for não, isso implica que homens e animais são diferentes.

Como a resposta a essa pergunta é não, animais e homens são diferentes. Se são diferentes, não podem ter o mesmo direito à autopropriedade e não podem estar sujeitos às mesmas leis. Aliás, essa discussão só existe porque animais e homens são diferentes. Antes do aparecimento de nossa espécie, este debate não existia. Procurar equiparar a nossa espécie com outras é uma antropização destas, é tratá-las como se fossem aqueles animais de desenhos animados. Mas se outras espécies não têm direitos, isso significa que não há nada que possa ser feito para protegê-las em uma sociedade libertária?

Claro que há. Lembre-se de que há uma diferença entre ética e moral: enquanto aquela é objetiva e inegociável, esta é subjetiva e negociável. Nenhuma lei pode violar o princípio da não-agressão, que diz respeito à ética, mas aquilo que está dentro da esfera moral é passível de regras privadas. A proteção de outras espécies se inclui nessa esfera e, como tal, pode ser acordada em contratos privados. Se, como o é para mim, a idéia de alguém maltratar um animal por prazer ou indiferença lhe é repugnante, você pode se associar a pessoas que pensam da mesma forma e ostracizar aquelas que pensam de forma diferente.

É possível, pois, estabelecer regras privadas que impeçam o maltrato de animais ou a proteção de certas espécies. Um condomínio ou uma cidade privada pode ter regras que estabeleçam tais obrigações. Essas regras, porém, devem ser voluntárias e explicitamente acordadas. Nesse caso, quem as

desrespeita está quebrando o contrato, violando a propriedade privada das outras partes e se sujeitando a um processo em um tribunal privado. De todo modo, por mais que outras espécies lhe sejam caras, eticamente falando você não pode clamar pelos fuzis estatais para ameaçar os que não as consideram tão importantes.

O estado não conserva a biodiversidade

Acreditar que o estado tem interesse em – e é capaz de – proteger a biodiversidade é de uma ingenuidade pueril. É acreditar que políticos, usando dinheiro dos outros e sem sofrerem as conseqüências de suas más decisões, têm motivação e sabedoria para decidir não só o que é melhor para nossa espécie, mas também para as demais espécies com as quais coabitamos este planeta. Ademais, quem pede mais legislação sobre a conservação da biodiversidade está aceitando que seus concidadãos sejam ameaçados de agressão. Por ser antiética, qualquer intervenção estatal necessariamente cria mais problemas do que os resolve.

Para facilitar o entendimento, pensemos em um animal domesticado, digamos o cavalo. Talvez ver cavalos puxando carroças pesadas, levando chicotadas no lombo, chegando quase à exaustão o incomode. Sim, incomoda a mim também, fico com muito dó dos bichos. Agora, imagine que caíamos em tentação e consigamos pressionar políticos, fazendo-os com que aprovelem uma legislação proibindo a tração animal. Podemos estufar o peito e nos vangloriar nas redes sociais, mostrando o quão

virtuosos somos. Mas quais são as conseqüências dessa proibição no mundo real?

Primeiro, há as conseqüências econômicas. Aqueles que dependem dos cavalos e provavelmente estão em uma situação financeira longe da ideal passam a ter mais dificuldades para sustentarem a si mesmos e suas respectivas famílias. Segundo, há as conseqüências ambientais. Graças a essa proibição, há grandes chances dos animais serem abandonados e morrerem logo de desnutrição ou de alguma doença. Terceiro, há as conseqüências políticas. Agora, políticos têm mais poder, sendo capazes de interferir ainda mais nas vidas das pessoas. Quando conveniente, esse poder será usado até contra os que defenderam essa legislação.

"Esse exemplo é muito simples!" — protesta o ativista — "Quando falo em conservação da biodiversidade, estou me referindo a populações selvagens, em ambientes naturais, ameaçados pelas atividades humanas." Certo, olhemos para essas situações então. O que será que acontece quando a interferência estatal diminui? No caso, como é difícil realizar experimentos manipulativos, aqueles em que cientistas controlam ativamente o nível das variáveis, podemos aproveitar alguma oportunidade histórica para realizar experimentos mensurativos, aqueles em que cientistas simplesmente medem o que ocorre naturalmente.

Uma dessas oportunidades aconteceu no Leste Europeu, na antiga "Cortina de Ferro", aqueles países que, até o início dos anos 1990, estavam dentro ou sob a órbita da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Com o colapso do comunismo,

houve, grosso modo, dois grupos de países na região: (1) aqueles que rapidamente fizeram reformas econômicas e diminuíram o grau de intervenção estatal, como Bulgária, Letônia, Lituânia e Ucrânia, e (2) aqueles que fizeram reformas econômicas lentamente e demoraram mais para diminuir o grau de intervencionismo, como Eslováquia, Estônia, Hungria, Polônia e República Tcheca.

Liderados pela bióloga russa Eugenia Bragina, um grupo de pesquisadores aproveitou essa situação para analisar populações de sete espécies de mamíferos: alce, corça, javali, lince-euroasiático, lobo, urso-pardo e veado-vermelho. Eles usaram um banco de dados para acompanhar as flutuações dessas populações naqueles países do Leste Europeu dos anos 1980 aos anos 2010. Os pesquisadores compararam os países dos dois grupos ao longo do tempo e testaram se houve diferenças no tamanho populacional daquelas sete espécies conforme a velocidade das reformas econômicas após a queda do comunismo.

Eles observaram que, nos países com reformas rápidas, muitas populações aumentaram de tamanho, enquanto que, nos países com reformas lentas, muitas populações diminuíram. Em outras palavras, nos países que se aproximaram mais da economia de mercado, a situação daquelas sete espécies de mamíferos melhorou consideravelmente. Se isso aconteceu para essas espécies, todas de grande porte, é razoável supor que o padrão se manteve para as espécies de menor porte. Ao contrário do que somos ensinados, portanto, a abertura econômica promoveu uma

melhor conservação da biodiversidade.

Para quem entendeu a Escola Austríaca de Economia, isso não é surpresa. Com o planejamento central, o cálculo econômico é impossível e os recursos são obrigatoriamente mal alocados. Quanto mais socialista o país, mais irracional é essa alocação de recursos. Logo, em relação à demanda da sociedade por preservação da biodiversidade, quanto mais intervencionista for um estado, mais incapaz de provê-la no nível desejado ele será. A socialização da diversidade biológica leva àquela tragédia dos comuns e garante que não haja incentivos para que plantas e animais sejam devidamente conservados.

Isso pode ser observado em outro caso, mais recente, ocorrido aqui no Brasil mesmo. Por sua beleza, exuberância, diversidade e área, a Amazônia constante e merecidamente é assunto de matérias e reportagens mundo afora. No final de 2019, houve um escarcéu na grande imprensa, já que porções consideráveis da floresta amazônica estavam sendo queimados. Imagens de árvores envoltas por labaredas, do céu encoberto por uma cortina de fumaça e de animais em chamas agonizando percorreram o mundo. Tudo isso causou uma comoção em nível mundial raras vezes vista.

Embora o número de queimadas estivesse próximo da média dos últimos 15 anos, isso pouco importou. Celebidades se aproveitaram do cenário para continuar encenando virtude. Ativistas ambientais usaram a oportunidade para decretar, mais uma vez, o fim dos tempos. Políticos de facções rivais tiraram proveito da situação para criticar políticos da facção que estava

no poder. Nada disso fez diferença para a floresta em si: queimadas catastróficas vêm acontecendo na região há décadas, desde que houve subsídios estatais para sua ocupação, e continuarão acontecendo enquanto florestas forem consideradas bens públicos.

Usualmente, fogos são colocados nas fazendas vizinhas para limpar o pasto e promover a rebrota das plantas forrageiras que são usadas para alimentar o gado. Como as florestas no entorno não têm incentivos para serem exploradas economicamente, caímos naquela tragédia dos comuns. Não há, assim, preocupação com as conseqüências das queimadas, como os incêndios nas áreas florestadas e os prejuízos à diversidade biológica. A preferência temporal aumenta, e o pensamento passa a ser de curto prazo. Não há um dono, com plenos direitos de propriedade, defendendo-as e usando-as racionalmente.

"Proíbam as queimadas!" — ordena nosso ativista. Além de antiético, pois envolve interferir na propriedade de alguém, isso não só não funciona, como agrava o problema. Assumindo que o estado consiga implementar essa proibição, algo bem questionável, isso leva a um acúmulo de biomassa seca, que é bastante inflamável. Chega um momento em que há tanta biomassa seca, que qualquer fator de ignição, como um bituca de cigarro ou um raio, provoca incêndios catastróficos. Isso é o que também aconteceu na Austrália, no mesmo ano de 2019, e o que vem acontecendo na região do cerrado brasileiro há décadas.

O que podemos esperar do estado são medidas antiéticas e estapafúrdias. Por exemplo, em 2007, habitantes de um vilarejo

no sudoeste da China se espantaram quando uma montanha que havia sido minerada começou a ser pintada de verde. Embora envolta, como de costume, em mistério, a ordem aparentemente havia sido dada pelo departamento florestal da região para "chamar a atenção para a proteção ambiental". Nessa operação, o estado chinês gastou cerca de US\$56.000, que seriam suficientes para reflorestar de verdade uma área muito maior do que aquela montanha. Nada como confiar na racionalidade do estado, não?

Nas Ilhas Maurício, a partir de 2002, houve um grande aumento na produção de lichia e manga, pois os produtores começaram a exportá-las. Com esse aumento, um morcego frugívoro endêmico das ilhas, a raposa-voadora-de-maurício, até então restrito às florestas, passou a visitar as plantações e a se alimentar das frutas. Para proteger a produção, em 2015, o governo começou um programa de abate, que, em quatro anos, havia matado mais de 50.000 morcegos. Como esperado, o abate não funcionou. A melhor estratégia no caso, mais barata e eficiente, era a cobertura das árvores com rede, mas isso foi ignorado pelos políticos de lá.

Quer mais? Comercializar animais faz parte do nosso direito natural à autopropriedade, mas é algo fortemente regulado pelo estado. Um caso emblemático ocorreu em 2019, quando ativistas ambientais denunciaram uma cidadã de Corumbá pelo pseudocrime de contrabandear pássaros. A polícia invadiu sua residência e "resgatou" 160 canários-peruanos. Como esses pássaros haviam cruzado a linha imaginária entre a Bolívia e o Brasil sem um documento arbitrariamente exigido pela vigilância

sanitária, eles todos foram sumariamente mortos e incinerados. Como o estado se preocupa com o bem-estar das outras espécies!

Curioso que, depois de distorcer toda a economia com impostos, regulações e subsídios, o estado resolva criar imensas unidades de conservação para procurar satisfazer a demanda da sociedade por preservação da biodiversidade. Como se canetadas de políticos bastassem para isso! De modo nada surpreendente, tais unidades, via de regra, tornam-se "parques de papéis", pois o estado não tem nem motivação, nem capacidade para fiscalizar extensas áreas. Há aqueles que pedem ainda mais intervenção estatal – ainda mais verba roubada da população via impostos – na vã esperança de que isso vá adiantar. Não vai. O problema é sistêmico.

Arregaçando as mangas

Não importa o número de espécies que são extintas, nada justifica a agressão a pessoas pacíficas. E é exatamente isso o que o estado faz. Se quisermos conservar a biodiversidade, devemos buscar soluções dentro do livre-mercado, o que garante que elas são éticas e representam demandas legítimas da sociedade. "Você está louco?" — protesta o justiceiro ambiental — "O capitalismo vai acabar com todas as espécies!" De jeito nenhum. O simples fato de haver uma enorme comoção quando uma floresta queima ou uma espécie é extinta já mostra que há uma grande demanda pela proteção da biodiversidade.

Pensemos na Amazônia, cujo apelo para a conservação da

diversidade biológica é imenso. Vimos que o estado é incapaz de conservá-la, pois a socialização da floresta leva à tragédia dos comuns. Mas como será em uma ordem libertária? Lembre-se de que temos várias demandas, das quais a conservação da biodiversidade é apenas uma. No conforto de nossos lares, fica fácil exigir que a floresta seja mantida prístina, mas devemos nos lembrar que os próprios lugares em que estamos neste exato momento já foram há não muito tempo cobertos por vegetação natural e continham milhares de espécies.

Isso implica que não podemos exigir que toda a floresta se mantenha intocada. Cabe aos donos das terras decidirem como vão usá-la, desde que não agridam ninguém. Dada nossa demanda por conservação biológica, em um livre-mercado, boa parte da floresta provavelmente será mantida em pé. Quanto exatamente? Aí depende de quão importante ela é face a outras demandas. De todo modo, com plenos direitos de propriedade, os donos têm incentivos para aproveitar a floresta racionalmente, incluindo atividades que sustentariam sua diversidade, como extração de madeira, bioprospecção, caça, pesca e turismo.

Pensando nas queimadas, o dono de uma porção de floresta que é afetada por um incêndio em uma propriedade vizinha – seja pelo fogo em si, seja pela fumaça – tem sua propriedade privada violada. Como ele tem os incentivos corretos para defendê-la, ele buscará a interrupção imediata do dano, exigindo reparação quando for o caso. O responsável pelo incêndio deve ser julgado em um tribunal privado e, se condenado, devidamente punido. Esse tipo de arranjo também estimula a prevenção, por meio de

aceiros e queimadas controladas, além da contratação de seguros nos mesmos moldes dos de residências em áreas urbanas.

"Isso jamais funcionaria!" — contesta o ativista. Funcionaria e já funciona. A Suécia possui extensas áreas de florestas boreais. Mesmo hoje, é um dos países mais florestados do mundo. No final do século XIX, ela começou a abertura econômica que levou a seu excepcional crescimento. O que aconteceu com as florestas? Foram dizimadas? Não, pelo contrário. Desde então, a área ocupada por florestas no país aumentou em 80%. E por que isso aconteceu? Simples, a grande maioria dessas florestas são particulares. Seus donos, motivados pelos enormes lucros da indústria madeireira, têm incentivos para mantê-las e assim o fazem.

"Mas e se eu quiser manter essas áreas intocadas, imaculadas, sem qualquer tipo de atividade extrativa?" — pergunta nosso justiceiro. Ora, se quiser isso mesmo, pare de encenar virtude, levante-se do sofá e faça alguma coisa de concreto. Mesmo hoje, apesar de todas as distorções provocadas pelo estado, há muitas pessoas arregaçando suas mangas e procurando resolver problemas relacionados à proteção de espécies com iniciativas voluntárias. Algumas dessas pessoas já estão bem de vida, acumularam ao longo do tempo bastante capital e decidiram usá-lo para conservar a diversidade biológica.

Uma delas foi o empresário estadunidense Douglas Tompkins, cofundador de duas companhias extremamente bem-sucedidas, a North Face, de equipamentos para atividades ao ar-livre, e da Esprit, de roupas. Fornecendo produtos de qualidade,

voluntariamente adquiridos por seus clientes e, portanto, criando valor, Tompkins enriqueceu dentro do mercado. Graças a isso, em 1989, ele pôde se dar ao luxo de abandonar o mundo empresarial e fazer aquilo de que mais gostava: ficar no meio da natureza e ajudar a protegê-la. Assim, os interesses dele se voltaram para a Patagônia, no sul do Chile e da Argentina.

Ao longo dos anos, ele foi comprando terras na região, procurando estabelecer reservas para a conservação da biodiversidade. No Chile, suas terras ocupavam uma área de aproximadamente de 40.000 km², quase do tamanho da Suíça. Infelizmente, em dezembro de 2015, ele sofreu um acidente andando de caiaque e morreu. Conforme seu desejo, sua esposa doou as terras ao governo chileno. Com isso, aquela área está agora sob o jugo de políticos e não tem mais os incentivos corretos para sua preservação. Isso, porém, não muda o fato de que Tompkins, por iniciativa própria, contribuiu para a conservação da diversidade biológica.

Uma outra pessoa que se deu bem na vida e resolveu usar parte de sua fortuna para proteger espécies selvagens foi o programador estadunidense Tim Sweeney, criador do Fortnite. Graças ao sucesso de seu jogo e ao justo lucro que teve com ele, Sweeney pôde investir milhões de dólares nos últimos 10 anos para comprar mais de 160 km² de florestas na Carolina do Norte. Ele as comprou porque uma empresa de eletricidade estava planejando derrubar árvores para passar uma linha de transmissão por ali. Como o próprio Sweeney disse: "É uma das regiões mais diversas do estado, cheia de plantas e animais

raros."

Esses exemplos foram apenas dois entre os vários que poderia citar e ilustram como o enriquecimento provocado pelo mercado leva à satisfação da demanda por conservação da biodiversidade. Se Tompkins e Sweeney não tivessem criado valor oferecendo produtos desejados por consumidores no mercado, não teriam enriquecido e continuariam preocupando-se apenas com suas demandas mais básicas. Mas talvez você esteja pensando agora: "Eu não sou rico, não posso comprar uma floresta, não tenho como fazer o que eles fizeram!" Tudo bem, há várias outras formas de ajudar na sua conservação.

Empreendedores também podem promover a preservação da biodiversidade, como donos de propriedades em Brotas, no interior de São Paulo, que vivem do ecoturismo. Há 10 anos, boa parte das terras de lá não estavam cobertas por vegetação nativa. Em vez de implorar por medidas políticas, esses empreendedores decidiram recuperar áreas degradadas. Desde então, a cobertura vegetal na cidade elevou-se em 500%. Com isso, o turismo aumentou, pois, em vez de encontrar pastos e plantações, os visitantes podem se divertir nas atividades de escalada, caminhada e corredeirismo, apreciando as belezas do cerrado e da floresta.

Igualmente, iniciativas puramente individuais podem fazer a diferença, como a do administrador de empresas aposentado Hélio da Silva. Em plena cidade de São Paulo, havia uma extensa área abandonada, cheia de entulho, com apenas 15 árvores. Ele decidiu colocar a mão na massa e começou a plantar mudas de

árvores ali. Ao longo dos anos seguintes, ele plantou 25 mil mudas e transformou um lugar que estava ao deus-dará em um lindo parque, o Parque Linear Tiquatira, usado por milhares de pessoas todos os dias. Esse senhor é um modelo a ser seguido por todos nós, pois sozinho recuperou uma área inteira.

Ou ainda Mikaila Ulmer, moradora de Austin, Texas, que, aos 11 anos, preocupada com uma possível diminuição das populações de abelhas e do seu serviço de polinização, decidiu empreender. Usando uma receita de sua avó, ela passou a fazer limonadas para serem vendidas em pequenas barracas. O seu toque especial foi adicionar mel ao suco, com o intuito de chamar atenção para a causa. Ela batizou o seu produto de "BeeSweet Lemonade", que se tornou um sucesso absoluto. Das barraquinhas de rua, o produto foi levado para feiras locais, onde continuou vendendo e chamando atenção para aqueles insetos.

Seu sucesso foi tão grande, que ela foi chamada para participar do programa de televisão "Shark Tank", onde investidores decidem se vão financiar empreendedores. Daymond John viu potencial no produto e resolveu investir US\$11 milhões na limonada, que passou a ser vendida em uma grande rede de supermercados. Parte do lucro passou a ser destinado para projetos de proteção às abelhas, inclusive. Felizmente, no Texas, ela e seus pais foram deixados em paz. Aqui no Brasil, ela provavelmente seria proibida de empreender por ser menor de idade e não ter algum alvara exigido arbitrariamente e coercitivamente por algum órgão estatal.

Chifres para que te quero

Na África, há duas espécies de rinocerontes, o rinoceronte-branco, com cerca de 20.000 indivíduos hoje, e o rinoceronte-negro, com pouco mais de 5.000. Essas espécies são caçadas por dois motivos principais: recreação e uso medicinal. Em ambos os casos, o chifre é importante. No primeiro, há aqueles que consideram a caçada uma atividade esportiva e guardam os chifres dos animais como troféu ou símbolo de riqueza. No segundo, os chifres são usados como ingrediente em remédios tradicionais chineses para dor-de-cabeça, febre, convulsão e até câncer, embora não haja evidência científica para tal.

Graças a isso, os rinocerontes vêm sendo caçados há séculos, especialmente após a colonização européia. Na primeira metade do século XX, as populações haviam declinado muito, e as espécies ficaram bem próximas da extinção. Na segunda metade desse século, as populações se recuperaram um pouco devido à criação de unidades de conservação e de projetos de reprodução. A caça aos rinocerontes e o comércio do seu chifre são proibidos ou fortemente regulados pelos países, mas, como costuma acontecer com legislações positivistas, os efeitos dessas proibições e regulações são contrários aos esperados.

Veja, assim como eu, talvez você fique triste ou horrorizado por saber que há pessoas caçando esses belos animais. Nossa opinião, contudo, é irrelevante. Lembre-se, animais não têm o direito natural à autopropriedade, de modo que a caçada em si não é antiética. Ela está dentro do campo da moral, e a moral,

como vimos, é subjetiva. Caçar um rinoceronte pode ser imoral para mim e para você, mas não o é para outros. Nesse caso, não podemos usar a agressão para tentar impedir caçadas. A única solução possível, como sempre, para atender essas duas demandas legítimas, caçadas e proteção, é o livre-mercado.

Uma vez que o estado não é o proprietário legítimo de nada, inclusive dessas unidades de conservação, ele não tem capacidade ou motivação para preservar as espécies. Mesmo atualmente, com todas as medidas repressivas perpetradas pelos governos, 900 rinocerontes são mortos na África todo ano. Algo que a Escola Austríaca de Economia nos ensina é que se há demanda, há oferta. Simples assim. Qualquer tentativa de se reprimir a oferta de algo, vai aumentar tanto o preço do item em questão, que vai tornar o seu oferecimento irresistível para aqueles que se dispuserem a enfrentar o estado.

Proibicionismo, além de antiético, nunca dá certo. Pense na guerra às drogas, em que, ano após ano, o estado é derrotado. Pois é, o que vale para as drogas vale para os rinocerontes. A proibição da caça ao rinoceronte e do comércio de seus chifres não protege os animais, mas os torna ainda mais vulneráveis. Como resolver isso no livre-mercado então? Como sempre, privatizando. Se as unidades de conservação são particulares, os donos têm os incentivos corretos, graças ao sistema de preços e ao lucro, para atender as demandas legítimas por caçadas e preservação, mantendo o recurso de interesse – no caso, os rinocerontes.

Com a caça recreativa descriminalizada, há uma motivação para

a manutenção e a criação dos animais, diminuindo bastante a probabilidade de extinção. As licenças de caça podem ser vendidas conforme o tamanho populacional, a época de reprodução e a idade dos indivíduos. Ao contrário do estado, incapaz de proteger a biodiversidade, os donos das reservas têm condições de oferecer bons salários aos guardas para que monitorem atentamente os bichos. Os caçadores, por sua vez, estão obrigados a seguir as regras privadas das reservas, cujos donos têm condições de monitorá-los e de garantir que cacem apenas aquilo pelo qual pagaram.

Podemos corroborar isso na prática, observando situações em que o estado decidiu afrouxar as rédeas. Por exemplo, o governo da África do Sul, que estava tendo dificuldades em proteger os rinocerontes, vem caminhando na direção certa, diminuindo a intervenção estatal nessa questão. Nos últimos anos, o país privatizou reservas, com bons resultados. Ainda, em 2017, o país legalizou o comércio do chifre de rinoceronte, alegando corretamente que sua criminalização tirava os incentivos dos proprietários para proteger os animais. Hoje, 70% dos rinocerontes restantes no mundo vivem no país.

Graças à atividade empreendedorial, o mercado também nos oferece soluções criativas para o problema. Em 2015, a empresa Pembient começou a desenvolver uma técnica para imprimir tridimensionalmente chifres artificiais de rinocerontes. Segundo a empresa, os chifres são feitos de queratina e são "macroscópica, microscópica e molecularmente idênticos aos chifres reais". Uma vez que a técnica tenha sido aperfeiçoada, será impossível

distinguir um chifre real de outro artificial. Aumentando a oferta, o preço do chifre cai dramaticamente, tirando o incentivo para a caça furtiva desses animais.

Claro que esse raciocínio pode também ser estendido a outras espécies. Em 1989, o comércio internacional de marfim, oriundo especialmente das presas de elefantes, foi banido por completo. O intuito era proteger essas espécies das caçadas, mas, como em toda intervenção estatal, o tiro saiu pela culatra. O banimento fez surgir um mercado paralelo de marfim altamente lucrativo, que aumentou o número de animais abatidos. A proibição estimulou, inclusive, grupos terroristas a entrarem no negócio, financiando boa parte de suas atividades com a caça de elefantes e o comércio de suas presas.

Em 2017, os Estados Unidos passaram a permitir a importação de marfim da Zâmbia e do Zimbábue, com o argumento correto de que isso forneceria incentivos para as comunidades locais conservarem esses animais. Não por acaso, a população de elefantes no Zimbábue aumentou bastante nos últimos anos, chegando a 84.000 indivíduos, mais do que os 50.000 estimados como sendo a capacidade de suporte das reservas do país. Por conta desse grande aumento, o Zimbábue passou até a vendê-los ou a doá-los para outros países. Ainda estamos longe de um livre-mercado de marfim, mas esses passos vão na direção certa.

Aqui no Brasil, um caso emblemático é o dos jacarés. Durante muito tempo, a criação e o comércio desse réptil foram proibidos no país devido a mais uma proibição esdrúxula criada por políticos. Você já pode imaginar quais foram as conseqüências,

não? Sim, claro, deu errado. Como havia uma grande demanda por partes dessas espécies, notadamente seu couro, tudo que a proibição fez foi elevar brutalmente o preço e estimular a caça. Na década de 80, a atividade dos chamados "coureiros" atingiu seu pico, e cinco milhões de jacarés foram mortos no Pantanal para a retirada da pele.

Em um surto de lucidez, a criação desses animais em cativeiro passou a ser permitida no Brasil, ainda que com interferências indevidas por parte do estado. Como seria de se esperar, com a diminuição da intervenção estatal, a situação das populações selvagens de jacarés melhorou consideravelmente, já que não havia mais motivação econômica para caçá-los. O estabelecimento da chamada "crocodilicultura" levou à geração de riqueza para as comunidades ribeirinhas locais, que passaram a ter ali seu ganha-pão, e à satisfação de uma demanda legítima dos consumidores por carne e couro desses animais.

Para finalizar esta discussão, cito mais um exemplo brasileiro. O pirarucu é um dos maiores peixes de água doce do mundo, podendo atingir três metros e quase 200 quilos. Ocorrendo na região amazônica, a espécie é vital para as comunidades locais, que têm nele importante fonte de alimento. Como os corpos d'água ali não são privados, a pesca do pirarucu cai naquela tragédia dos comuns: não há incentivo para se preocupar com as conseqüências de longo prazo, e o recurso natural tende a ser superexplorado. Sendo assim, não é de espantar que as populações do peixe diminuam bastante, tornando-o ameaçado de extinção.

Eis que entra o biólogo João Vitor Campos e Silva, que, desde 2008, vem trabalhando na Amazônia. O pirarucu evoluiu em águas pouco oxigenadas. Por seleção natural, sua bexiga natatória foi se modificando para funcionar como um pulmão, capaz de retirar oxigênio do ar. Assim, periodicamente, o peixe sobe à superfície para respirar. Nesse momento, é possível contar o número de pirarucus em um dado lugar e estimar acuradamente sua população. Com uma estimativa acurada do seu tamanho populacional, pode-se calcular uma cota de peixes a serem pescados sem que a espécie corra risco de extinção local.

E essa foi a idéia simples e brilhante do biólogo: ele criou uma empresa que adquire o pescado das comunidades ribeirinhas tradicionais, mas respeitando essa cota. Ao mesmo tempo que isso garante uma fonte de renda para essas famílias, faz com que elas se preocupem em não esgotar o recurso do qual dependem para viver. Dessa forma, ele conseguiu convencer pacificamente os moradores locais a não sobrepescarem o pirarucu. O projeto teve resultados excelentes, aumentando tanto a qualidade de vida dos ribeirinhos, quanto as populações do peixe. Ele foi até premiado internacionalmente por isso.

Em um livre-mercado, a conservação da biodiversidade pode atingir seu ótimo. Sem a agressão estatal, sem o planejamento central, com os recursos naturais privatizados e com o sistema de preço refletindo fielmente as preferências subjetivas da sociedade, os empreendedores podem ser guiados pelo lucro e pela competição para oferecer esse serviço de proteção a espécies que nos é tão caro. E respeitando outros desejos nossos,

igualmente válidos. Se deixado livre, portanto, o mercado é capaz de nos dar a exata quantidade de biodiversidade que consideramos ideal em um dado momento face nossas outras demandas.

Fontes

Babaya N. 2017. Here's how exporting elephant trophies will help conservation. Rational Standard. URL: rationalstandard.com/how-exporting-elephant-trophies-conservation.

Berke J. 2018. A biotech startup is trying to end poaching by flooding the market with fake rhino horns. Business Insider. URL: businessinsider.com/biotech-startup-trying-to-stop-rhino-poaching-2016-9.

Book J. 2019. Por que proibir o Brasil de explorar suas florestas? – e o exemplo sueco. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=3059.

Bragina EV, Ives AR, Pidgeon AM, Baulčiauskas L, Csányi S, Khoyetskyy P, Ksyucká K, Lieskovsky J, Ozolins J, Randveer T, Štych P, Volock A, Zhelev C, Ziólkowska E & Radeloff VC. 2018. Wildlife population changes across Eastern Europe after the collapse of socialism. *Frontiers in Ecology and the Environment* 16: 77-81.

Cardoso LF. 2018. Sozinho, o aposentado Hélio Da Silva plantou 25 mil árvores e recuperou área degradada em São Paulo. *Gazeta do Povo*. URL: gazetadopovo.com.br/ideias/sozinho-aposentado-planta-25-mil-arvores-e-recupera-area-degradada

em-sao-paulo-e14l20810z3xc82cxt83vl6p2/

Ceballos G, Ehrlich PR & Dirzo R. 2017. Biological annihilation via the ongoing sixth mass extinction signaled by vertebrate population losses and declines. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 114: E6089-E6096.

Chappell B. 2017. Rhino horns are legal to sell, South African court rules. NPR. URL: npr.org/sections/thetwo-way/2017/04/06/522853210/rhino-horns-are-legal-to-sell-south-african-court-rules.

Chiocca F. 2011. A Amazônia é nossa? Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/a-amazonia-e-nossa.

Cockell CS. 2008. Ethics and size. *Ethics and the Environment* 13: 23-39.

Cockell CS. 2011. Microbial rights? *EMBO Reports* 12: 181.

Cottman M. 2016. How this 11-year-old turned something scary into something sweet. CBS News. URL: [nbcnews.com/news/nbcblk/how-11-year-old-turned-something-scary-something-sweet-n545651](http://nbcblk.com/news/nbcblk/how-11-year-old-turned-something-scary-something-sweet-n545651).

Dias C. 2019. Projeto brasileiro para salvar o pirarucu é premiado nos EUA: 'Espécie fantástica', diz biólogo. G1. URL: g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2019/06/16/projeto-brasileiro-para-salvar-o-pirarucu-e-premiado-nos-eua-especie-fantastica-diz-biologo.ghtml.

Dickinson G. 2018. How the former CEO of Patagonia clothing is saving one of the world's most beautiful regions. *The Telegraph*. URL: telegraph.co.uk/travel/destinations/south-america/chile/

- articles/kristine-tompkins-donates-land-in-patagonia-to-chile-government.
- Gagliano M. 2018. Thus spoke the plant. North Atlantic, Berkeley.
- Grimberg J. 2017. Devastation of the forests: government policy gone up in smoke. *Being Libertarian*. URL: beinglibertarian.com/devastation-forests-government-policy-gone-smoke.
- Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. 2019. Global assessment report on biodiversity and ecosystem services. IPBES, Paris.
- Lima R. 2019. Queimadas, libertarianismo e o meio ambiente. *Idéias Radicais*. URL: youtu.be/7Lm2lYl9UQc.
- Locey KJ & Lennon JT. 2016. Scaling laws predict global microbial diversity. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America* 113: 5970-5975.
- Lomborg B. 2001. *The skeptical environmentalist*. Cambridge University, Cambridge.
- Mavhunga C. 2019. Zimbabwe must sell or donate many of its wild elephants, president says. *CNN*. URL: edition.cnn.com/2019/06/25/africa/zimbabwe-elephants-for-sale-intl.
- Malin M. 2016. Privatize: governments have failed to preserve endangered species. *Ludwig von Mises Institute*. URL: mises.org/blog/privatize-governments-have-failed-preserve-endangered-species.
- Mangiavacchi L. 2015. Brotas investe em reflorestamento e área verde cresce mais de 500% em 10 anos. *G1*. URL: g1.globo.com/sao-paulo/videos/t/todos-os-videos/v/brotas-investe-em-

- reflorestamento-e-area-verde-cresce-mais-de-500-em-10-anos/5143190.
- Mkrtchian G. 2019. Privatizing public lands doesn't mean turning them into shopping centers. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/privatizing-public-lands-doesnt-mean-turning-them-shopping-centers.
- Moreno AC. 2019. Da guerra contra coureiros aos criadouros legalizados: a saga do jacaré-do-pantanal. G1. URL: g1.globo.com/natureza/desafio-natureza/noticia/2019/06/28/da-guerra-contra-coureiros-aos-criadouros-legalizados-a-saga-do-jacare-do-pantanal.ghtml.
- Muday GK & Brown-Harding H. 2018. Nervous system-like signaling in plant defense. *Science* 361: 1068-1069.
- Myers N. 1979. *The sinking ark*. Pergamon, Oxford.
- Nuwer R. 2019. These endangered bats are being killed by the thousands – here's why. National Geographic. URL: nationalgeographic.com/animals/2019/03/endangered-bats-killed-in-mauritius.
- Pearce F. 2015. Global extinction rates: why do estimates vary so wildly? Yale Environment. URL: e360.yale.edu/features/global_extinction_rates_why_do_estimates_vary_so_wildly.
- Qiang X. Why is a barren Chinese mountain being painted green? New York Times. URL: nytimes.com/2007/02/14/world/asia/14iht-green.4590765.html.
- Rothbard MN. 1982. *The ethics of liberty*. Humanities, Atlantic Highlands.
- Solorzano S. 2019. Fortnite creator and epic founder Tim

Sweeney has been spending millions buying up and protecting forests. The Gamer. URL: thegamer.com/fortnite-creator-epic-founder-time-sweeney-spending-millions-buying-up-protecting-forests.

Turguniev P. 2018. Animais têm direitos? Ancap.SU. URL: youtu.be/suCh2teQzuE.

Vieira MF. 2019. Brazilian socialism shows us how not to take care of forests. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/brazilian-socialism-shows-us-how-not-to-take-care-of-forests.

8 Mudanças Climáticas

Vendedores do medo

Procurando se distrair, você começa a navegar por suas redes sociais. Entre pessoas brigando por seus políticos de estimação e vídeos engraçados de gatinhos, você encontra uma notícia que o deixa preocupado: "Graças ao aquecimento global, em cinco anos, todo o gelo do Ártico desaparecerá, diz Al Gore." Você se lembra de que Al Gore é uma pessoa importante, afinal foi vice-presidente dos Estados Unidos entre 1993 e 2001. Em 2007, ele não só ganhou um Oscar por seu documentário "Uma verdade inconveniente", como também o Prêmio Nobel da Paz, por seus esforços para divulgar a questão das mudanças climáticas globais.

"Cinco anos!" — você se espanta — "Isso está logo ali! Pobres ursos-polares, precisamos agir antes que essa tragédia aconteça!" Porém, ao reler a matéria, você percebe que ela não é nova. Ela é de 2009, e a previsão dele dizia respeito a 2014, um ano que já ficou lá para trás. Você pondera: "Talvez o gelo não tenha desaparecido como ele havia previsto, mas é possível que tenha diminuído bastante." Ao procurar informações sobre o que aconteceu com a calota polar ártica em 2014, você descobre que sua extensão havia aumentado em 1,7 km² nos últimos dois anos, um aumento de 43%. "Hmmm, tem caroco nesse angu!" — você suspeita.

Discursos como o de Al Gore não estão restritos a políticos, mas são feitos também por alguns cientistas, jornalistas e celebridades. Uma pessoa bastante engajada na venda do medo é o excelente ator e inveterado proselitista Leonardo DiCaprio. Constantemente, ele nos ensina que se não mudarmos nossa maneira de viver, grandes catástrofes nos aguardam devido às mudanças climáticas. "A não ser que viva em uma realidade paralela, não há mais tempo para a negação!" — diz o ator. Claro que entre um sermão e outro, ele viaja pelo mundo em seu jatinho e em seu iate, porque afinal ninguém é de ferro.

Esses vendedores do medo não são um fenômeno recente. No que diz respeito ao clima, encontramos-os há mais de século. Ora a ameaça era uma nova era glacial, ora era um superaquecimento global – até se decidirem recentemente por chamarem a suposta ameaça simplesmente de "mudanças climáticas globais", pois aí protegem seus augúrios de refutação. Profetas do apocalipse sempre superestimam previsões sombrias e subestimam a engenhosidade humana em solucionar problemas. Lamentavelmente, graças àquele nosso comportamento de "aversão ao risco", tendemos a acreditar nesses falsos profetas.

Já encontramos previsões desse tipo em 1895, quando a edição de 14 de fevereiro do New York Times alertava em uma reportagem: "Geólogos acreditam que o mundo está congelando novamente". O mesmo jornal, em 7 de outubro de 1912, reforçava a ameaça: "Professor Schmidt nos alerta para uma vindoura era glacial". Dez anos depois, em novembro de 1922, o Monthly Weather Review já previa o contrário, que "o Oceano Ártico

estava se esquentando". No ano seguinte, na sua edição de 9 de agosto, o Chicago Tribune voltava a relatar que "o gelo ártico varreria o Canadá do mapa, segundo cientistas".

Só para ficarmos no New York Times, perceba como as previsões vão se contradizendo. Em 18 de setembro de 1924, o jornal afirmava que havia "sinais de uma nova era glacial" para, em 15 de maio de 1932, relatar que "as calotas polares estavam se derretendo e o nível dos mares iria subir". Em 7 de agosto de 1952, diziam que o planeta estava se resfriando, mas, apenas três dias depois, reportavam que ele havia esquentado nos últimos 50 anos. Em 15 de fevereiro de 1959, afirmavam que "a teoria de aquecimento global ganhava apoio", mas, em 21 de maio de 1975, diziam que um "grande resfriamento mundial se aproximava".

Em 1970, quando a moda da vez era a do resfriamento global, o ecólogo estadunidense Kenneth Watt decretava: "Nas taxas atuais de acúmulo de nitrogênio, é apenas uma questão de tempo até que a luz seja filtrada da atmosfera e nenhuma terra agrícola seja aproveitável... O mundo está se resfriando bruscamente por pelo menos 20 anos. Se essa tendência continuar, a temperatura global média estará quatro graus menor em 1990 e 11 graus menor em 2000. Isso é mais do que o dobro do necessário para nos colocar em uma nova era glacial." Ah, nada como a sabedoria dos especialistas, não?

Se as previsões de cientistas são fracas assim, que dirá as de tecnocratas dos altos escalões da administração pública. Em 2004, um relatório secreto do Pentágono dizia que as mudanças climáticas provocariam em breve uma catástrofe global. Segundo

o relatório, as principais cidades européias estariam submersas e a Grã-Bretanha estaria sob um clima siberiano já em 2020. Essa catástrofe levaria a guerras, revoltas, secas e carestia, que ceifariam a vida de milhões de pessoas. É comovente como o maior aparato militar do mundo se preocupa com vidas humanas, não? Será que já consideraram parar suas guerras?

Um caso curioso aconteceu no Parque Nacional Glaciar de Montana, no noroeste dos Estados Unidos. O parque é dominado por montanhas moldadas por grandes geleiras da última era glacial. Ainda hoje, há resquícios dessas geleiras lá – os tais dos glaciares. Nos anos 2000, com base em modelos matemáticos, cientistas estimaram que eles desapareceriam em 20 anos devido ao aquecimento global. Para alertar os visitantes, a administração do parque espalhou por toda a sua área placas que diziam: "Os glaciares desaparecerão completamente até 2020". Em 2020, os glaciares continuavam lá e as placas tiveram de ser removidas.

As previsões de desastre iminente – seja pelo clima, por asteróides ou por doenças – não estão relacionadas com segurança, ciência ou verdade. Ao contrário, estão relacionadas com a transferência de dinheiro e poder dos setores produtivos da sociedade para o setor parasitário, isto é, o estado e seus cúmplices. Os que fazem essas previsões – e que se beneficiam dos fuzis estatais – sabem que o medo implica financiamento. Até cientistas que trabalham com isso sabem que têm chances muito maiores de terem seus projetos financiados e seus artigos publicados se seguirem essa linha alarmista.

O medo é uma poderosa ferramenta a ser usada por políticos,

como pudemos observar na "pandemia" de 2020. Uma vez amedrontadas e em pânico, as pessoas abrem mão, sem pensar duas vezes, de qualquer migalha de liberdade que ainda tenham e a entregam de bandeja a políticos. Estes, por sua vez, tendo a faca e o queijo na mão, não hesitam em adotar as medidas mais draconianas possíveis, completamente antiéticas, para pretensamente resolver o problema. Com isso, além de não resolverem nada, causam sofrimento, miséria e morte, especialmente entre os mais pobres, que são os mais vulneráveis.

Embora a causa do medo – real ou imaginária – possa até passar eventualmente, a tirania sempre fica. Como bem disse o filósofo irlandês Edmund Burke: "Nenhuma emoção retira da mente toda a sua capacidade de agir e raciocinar como o medo". Ou ainda o personagem Fox Mulder, da série Arquivo X, interpretado por David Duchovny: "O medo é a mais antiga ferramenta de poder. Se você for distraído pelo medo daqueles ao seu redor, não perceberá as ações daqueles acima de você." Nessa questão das mudanças climáticas globais, portanto, não podemos nos deixar ser distraídos pelo medo.

A tática soviética

Na Psicologia e na Psiquiatria, "negação" ou "negacionismo" é quando alguém prefere não aceitar a realidade para evitar uma verdade mentalmente desconfortável. Alguém, digamos, que se recusa a aceitar que um ente querido com câncer terminal vai partir, embora os médicos tenham lhe dado poucas horas de vida.

Ainda que o conceito possa ser válido psicológica e psiquiatricamente, muitas vezes ele é usado de forma intelectualmente desonesta para calar oponentes dentro de um debate científico, histórico ou político. Assim, aqueles que discordam de uma certa posição são sumariamente rotulados de "negacionistas".

Na União Soviética, por exemplo, havia um abuso político sistemático do conceito. Especialmente durante o governo de Leonid Brežnev, entre 1964 e 1982, a idéia foi usada para remover da sociedade os opositores que criticavam abertamente os dogmas impostos pelo Partido Comunista. Esses dissidentes eram diagnosticados como "negacionistas", com sérios problemas mentais, e mandados para asilos, prisões ou campos de concentração. Após o colapso da União Soviética, documentos até então secretos mostraram que o estado usava isso intencionalmente para calar seus oponentes.

Pois bem, intencionalmente ou não, essa mesma tática é usada para calar aqueles que questionam a narrativa atual sobre as "mudanças climáticas", que diz que elas são causadas pela emissão de alguns gases decorrentes de atividades humanas. Esses que não caem no discurso do medo e duvidam da narrativa são taxados pejorativamente de "negacionistas". Seus questionamentos sequer são ouvidos e analisados. Para calá-los, usa-se basicamente a alegação de que "há um consenso científico" sobre o assunto, de que "97% dos cientistas concordam que mudanças climáticas globais provocadas pelo homem vêm acontecendo".

Essa proporção de 97% vem de um estudo realizado por John Cook e colaboradores, de 2013, em que os resumos de quase

12.000 artigos sobre o tema foram examinados. Desses resumos, dois terços não se posicionavam sobre as causas do aquecimento global. No terço restante, aí sim, 97% defendiam a idéia de que o aumento de temperatura era causado pelo homem. Note que não se avaliou a opinião deles sobre a urgência ou a gravidade desse aumento. A proporção de 97% se popularizou com um tuíte do então presidente dos Estados Unidos Barack Obama no mesmo ano e virou uma espécie de mantra.

Mas vejamos qual é o problema com esse tipo de alegação. Em 1831, o grande filósofo alemão Arthur Schopenhauer publicou um livro com o irônico título de "A arte de ter razão". De forma ácida e sarcástica, Schopenhauer apresentava ali 38 estratégias para derrotar um adversário em um debate de forma intelectualmente desonesta. Esses estratégias envolvem argumentos falaciosos. O que é uma falácia? É um argumento inconsistente do ponto de vista lógico. É algo que pode parecer fazer sentido em um primeiro momento, mas que, após uma análise mais criteriosa, não se sustenta.

Neste debate sobre as mudanças climáticas globais, há algumas falácias que são rotineiramente usadas contra quem ousa questionar o discurso propagandeado atualmente. Tomemos como ponto-de-partida a seguinte frase: "Cerca de 97% dos cientistas concordam que as mudanças climáticas que vemos hoje são provocadas pelo homem; só um negacionista não aceita isso!" Você já ouviu frases parecidas com essa várias vezes, não ouviu? Ela parece fazer sentido, não parece? Sim, em um primeiro momento, sim. Mas e se eu lhe disser que, nessa única

frase, há três falácias?

Senão, vejamos. A frase começa com "cerca de 97%". Isso é quase todo mundo, não é? Se quase todo mundo acredita em algo, é porque esse algo é verdadeiro, certo? Errado. O fato de a maioria, quase todo mundo ou todo mundo acreditar em algo não o torna automaticamente verdadeiro. Essa falácia é chamada de "argumentum ad populum", ou "apelo à popularidade". O número de pessoas que acredita ou desacredita em algo é irrelevante para determinar sua validade. Assim, a proporção de cientistas que concordam com a proposição não importa. Nem se fossem 100% deles, isso estaria automaticamente correto.

Continuando, a frase menciona depois os "cientistas". Se pessoas inteligentes, estudiosas e bem informadas como os "cientistas" concordam com algo é por que esse algo está certo, não? Não, não necessariamente. A falácia que está sendo usada ali é o "argumentum ad verecundiam", ou o "apelo à autoridade". Nesse caso, usa-se a boa reputação de alguma autoridade – os cientistas – a fim de validar o argumento. Porém, o fato de alguém ser especialista em algo não é garantia de que esteja certo. Aliás, um artigo científico, publicado por John Ioannidis em 2005, mostra que a maioria dos artigos científicos está errada.

Voltando para a frase, em seguida ela apresenta a proposição de interesse, "as mudanças climáticas que vemos hoje são provocadas pelo homem", para logo depois afirmar que quem discorda disso é um "negacionista". O que está sendo usado ali é a "falácia do rótulo odioso", que consiste em incluir o adversário em uma categoria que é geralmente detestada. Uma vez que o

adversário consiga ser colocado dentro da categoria, fica fácil desqualificá-lo. A própria repulsa social já faz com que seus argumentos sequer sejam ouvidos. Essa é justamente aquela tática soviética, usada para impedir o debate.

Nas mãos de políticos, essa tática é perigosíssima. Vide o primeiro-ministro espanhol Pedro Sánchez, que, em 2019, disse em uma conferência da Organização das Nações Unidas que "hoje, felizmente, apenas um punhado de fanáticos negam as evidências do aquecimento global" e que era necessário agora "passar das palavras às ações". Com isso, ele politiza o debate científico. Já sabemos como são as ações que ele defende e como isso termina: mais intervenção estatal, mais impostos, mais poder e riqueza para os suseranos, mais opressão e pobreza para seus vassalos.

Portanto, se quisermos debater a questão das mudanças climáticas globais, que de fato é importante, precisamos esquecer o medo e abandonar esses argumentos falaciosos. Devemos usar argumentos sólidos do ponto de vista lógico. E, antes de ficarmos nos digladiando em cima de dados, que serão sempre incompletos e passíveis de manipulação, precisamos nos lembrar do aspecto ético. Em outras palavras, qualquer que seja a dimensão do problema, toda possível solução deve ser ética, isto é, ela obrigatoriamente não pode violar aquele nosso direito natural à autopropriedade.

Um debate científico ou ideológico?

Embora várias vezes no passado cientistas tenham previsto o resfriamento do planeta e uma nova era glacial, atualmente a maior preocupação deles é com o aquecimento global. Esse aquecimento está baseado no fenômeno do efeito estufa. Há vários tipos de gases que podem refletir ou aprisionar calor, como gás carbônico, metano, óxido nitroso, ozônio e vapor d'água. Tais gases retêm parte do calor emitido pela Terra, como uma espécie de cobertor envolvendo e aquecendo o planeta. Sem esse efeito, a superfície terrestre seria 33°C mais fria, e a vida aqui, se existisse, seria bastante diferente.

O gás carbônico costuma ser o foco do debate, porque hoje ele constitui 60% do excesso de gases do efeito estufa lançados na atmosfera e, no futuro, deve constituir uma fração ainda maior. Atividades humanas perfeitamente válidas e necessárias para a melhora do nosso bem-estar vêm aumentando a emissão desse gás. Quatro quintos dessa emissão extra vêm da queima de combustíveis fósseis, enquanto que o quinto restante vem do desmatamento. De toda essa emissão extra, metade é reabsorvida por organismos fotossintetizantes e metade permanece na atmosfera.

Aqui, uma ressalva: enquanto o gás carbônico é um composto, o carbono é um elemento. O carbono, sob a forma de particulado, pode ser prejudicial à saúde. A palavra "carbono" nos remete àquelas fumaças escuras saindo das chaminés de fábricas. Já o gás carbônico é incolor, inodoro e quase sempre inofensivo. Apenas em concentrações muito altas, maiores do que 10.000 partes por milhão, e após exposição prolongada é que pode nos

fazer mal. Além disso, é essencial à vida na Terra, pois as plantas dependem dele para fazer a fotossíntese. Assim, chamar as emissões de gás carbônico de emissões de carbono é intelectualmente desonesto.

Desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII e início do século XIX, a concentração atmosférica de gás carbônico aumentou de 270 partes por milhão para 410. O que alguns postulam é que se a concentração de gás carbônico – e de outros gases do efeito estufa – vem aumentando na atmosfera, deve haver uma maior retenção de calor, que, por sua vez, deve provocar um aumento na temperatura da Terra. Como evidência disso, eles usam especialmente um aumento de 1,2°C na temperatura global média durante esse período e uma correlação positiva entre a temperatura e a concentração atmosférica de gás carbônico.

Mas o ponto é que, ao longo da história geológica da Terra, o clima sempre mudou e sempre vai mudar. Nos anos 1920, o astrônomo sérvio Milutin Milanković descreveu três ciclos nos movimentos do nosso planeta. Um deles é a excentricidade orbital, isto é, o quão circular é a órbita da Terra ao redor do Sol; o outro é a obliquidade, ou seja, o ângulo do eixo terrestre em relação à sua órbita; e o último é a precessão dos equinócios, quer dizer, a oscilação do eixo de rotação do planeta, que se comporta como uma pião. Esses ciclos influenciam a quantidade de radiação solar incidente na superfície terrestre e, logo, a temperatura global.

Devido a esses ciclos, o clima do nosso planeta muda

radicalmente de forma natural. Só no último milhão de anos, houve oito ciclos de períodos glaciais e interglaciais. O último período interglacial começou há cerca de 11.000 anos, marcando o início do Holoceno, a época geológica em que vivemos. Olhando para os últimos 400.000 anos, o Holoceno parece ser o período em que o clima vem permanecendo quente e estável por mais tempo, o que deve ter ajudado nosso desenvolvimento civilizacional. Porém, mesmo ao longo do Holoceno, a temperatura variou bastante, com mudanças de até 8°C em intervalos de 1.500 anos.

Logo, falar em mudanças climáticas é uma obviedade, afinal o clima está sempre mudando. Os que se preocupam com a questão, contudo, não estão se referindo a essas mudanças que ocorrem naturalmente. O que eles alegam é que a magnitude das mudanças atuais é maior do que aquilo que poderia ser explicado apenas pelos fenômenos naturais. Segundo eles, mesmo se incluirmos outras variáveis, como atividade solar, atividade vulcânica ou quantidade de aerossóis na atmosfera, não conseguimos explicá-las. A diferença, dizem, só pode ser explicada se incluirmos algumas atividades antrópicas como a causa das alterações.

Há artigos científicos bem taxativos em relação à causa antrópica dessas mudanças climáticas. Por exemplo, Adolf Stips e colaboradores, em um trabalho de 2016, afirmaram que há uma relação direta entre a emissão de gases do efeito estufa, especialmente gás carbônico, e a temperatura global média. Ainda que a atividade solar, a atividade vulcânica e a quantidade

de aerossóis possa influenciar a temperatura no curto prazo, a tendência no longo prazo não é significativa, dizem. O chamado "forçamento radiativo", o balanço entre a radiação que chega e a que sai do planeta, é positivo e provocado por atividades antrópicas, segundo os autores.

Embora trabalhos como esse aleguem que há uma relação causal inequívoca entre atividade humanas e aquecimento, a rigor não é possível estabelecer tal relação, porque não podemos realizar experimentos manipulativos em escala global. Para isso, precisaríamos de várias Terras, algumas sendo o controle, sem emissão antrópica de gás carbônico, e outras recebendo os tratamentos, isto é, diferentes quantidades emitidas do gás. Ademais, outras variáveis de interesse deveriam ser mantidas constantes. Como obviamente isso não é possível, sempre há a possibilidade de alguma outra variável ser a responsável pelo padrão observado.

Não é de se espantar, portanto, que haja trabalhos igualmente taxativos, negando qualquer relação entre o homem e as mudanças climáticas. Jyrki Kauppinen e outros dois cientistas finlandeses, por exemplo, publicaram um artigo em 2014, em que postularam que a umidade relativa e a cobertura de nuvens podem explicar as variações na temperatura média global. Ou ainda, Yusuke Ueno e outros cientistas japoneses, em um trabalho de 2019, que alegaram que mudanças no campo magnético do planeta é que determinam a intensidade da radiação solar que alcança a troposfera, levando à formação de nuvens que alteram a temperatura global.

Também há discordâncias no que diz respeito às conseqüências das mudanças. Enquanto que, para alguns, elas serão catastróficas, levando a uma queda substancial na produção de alimentos, grande elevação do nível do mar e aumento na incidência de doenças, para outros, elas serão brandas, com uma simples realocação de cultivos, uma pequena elevação do nível do mar e aumento de algumas doenças acompanhado da diminuição de outras. Portanto, percebe-se, o debate científico está longe de ser encerrado. O objetivo aqui, pois, não é decidir quem tem razão, mas mostrar que há críticas sérias quanto à narrativa propagandeada hoje.

Esse debate é mais complexo do que se possa imaginar em um primeiro momento, porque ele não envolve uma única pergunta, mas cinco. A saber: (1) mudanças climáticas estão acontecendo?; (2) se estiverem, são provocadas por atividades humanas?; (3) se forem, vale a pena tentar pará-las?; (4) se valer a pena, o estado tem a capacidade de pará-las?; e (5) se o estado tiver essa capacidade, ele deve pará-las a qualquer custo? Se as três primeiras questões são passíveis de debate científico, as duas últimas não são. A resposta a ambas é "não". Sabemos a priori que qualquer intervenção estatal é antieconômica e antiética.

Assim, mesmo que haja mudanças climáticas, que elas sejam provocadas pelo homem e que valha a pena combatê-las, o estado não deve intervir. O problema é que hoje esse tópico das mudanças climáticas globais tem sido usado por políticos para fundamentar suas ações. Devemos ter muito cuidado quando políticos começam a usar a ciência para justificar algo. Quando

isso acontece, o debate já deixou de ser científico e passou a ser ideológico. E quando ele passa a ser ideológico, podemos ter a certeza de que o estado entrará no jogo, distorcendo a economia e retirando nossas liberdades.

Altar do sacrifício

Para aqueles que ingênua ou maliciosamente defendem a intervenção estatal na questão das mudanças climáticas globais, tudo o que precisamos fazer para nos livrar de seus eventuais impactos negativos é entregar o controle da economia nas mãos dos planejadores centrais. Eles acreditam que, do alto de sua sabedoria, altruísmo e iluminação, esses planejadores saberão ajustar os botões do controle governamental com precisão suíça para que sejamos salvos de nós mesmos. Segundo eles, não devemos nos preocupar com os custos, seja monetário, seja em vidas, porque a alternativa é a destruição do planeta e o colapso civilizacional.

Essa é a tática do "obedeça-nos ou morra!", usada com sucesso muitas vezes na história da humanidade, como na "pandemia" de 2020, quando os cidadãos foram levados a acreditar que se não abrissem mão de suas poucas liberdades restantes vivenciaríamos uma espécie de apocalipse zumbi. Como sói acontecer, os impactos negativos da intervenção estatal foram infinitamente maiores do que quaisquer impactos da ameaça original. No caso das mudanças climáticas, é mesma coisa. Toda vez que compramos o discurso apocalíptico, as conseqüências são muito

piores do que se não tivéssemos dado ouvidos à propaganda.

Imagine a seguinte situação: no interior do país, há um pequeno vilarejo ribeirinho, onde o clima costuma ser ameno. Normalmente, faz sol o ano todo e não chove tanto. Digamos que alguns meteorologistas tenham previsto para a região chuvas excepcionalmente fortes no próximo verão, daquelas que podem provocar enchentes. Talvez seus efeitos sejam catastróficos, pois pessoas podem ficar desabrigadas, perder seus bens, adoentar-se ou até morrer. O que inicialmente começa como um burburinho se amplifica com o tempo. Depois de um tempo, não se fala de outra coisa no vilarejo.

Um dos moradores, Nhô Dito, preocupado com a situação, apresenta uma proposta: "Eu sei como evitar isso, basta desviarmos o rio exatamente do jeito que estou propondo, ali para a Mata da Jacutinga!" O pessoal avalia a situação, ponderando os prós e os contras, para decidir se a obra deve ser feita. Alguns dizem que sim, outros que não – e a discussão vai se estendendo. Cansado dessa lenga-lenga, Dito perde as estribeiras: "Vocês que não querem a obra são uns negacionistas das enchentes! Vocês só pensam em si mesmos, não se importam com os outros, não se preocupam se vamos todos morrer ou não!"

Nhô Dito procura o prefeito da cidade, S. Ribamar, e o convence da gravidade da situação. O prefeito apresenta um projeto que é aprovado pelos nobres vereadores. A nova legislação obriga todos os munícipes a pagarem a "Contribuição Provisória Emergencial para Mitigação de Inundações Fluviais" ou, como o

povo lá diz, o "imposto-enchente". Os cidadãos apertam os cintos para pagarem a nova taxa, à custa de menos comida em seus pratos. Do dinheiro arrecadado, boa parte fica com o próprio prefeito e os vereadores. O que sobra vai para o S. Miguel do Cimento, primo do prefeito e dono da empreiteira que ganhou a licitação.

Com os tradicionais atrasos, a obra finalmente fica pronta no meio do verão. S. Ribamar e Nhô Dito se congratulam por terem evitado uma catástrofe. A chuva no final das contas nunca veio, mas isso não importa – é melhor prevenir do que remediar, não é mesmo? A contribuição provisória se torna permanente. Recursos que deveriam ter sido economizados ou gastos de outra maneira foram mal alocados. A população não só do vilarejo, mas de todo o município está pior agora do que estava antes, mais pobre e mais dependente do estado. O prefeito, os vereadores e o empreiteiro, porém, nunca estiveram tão bem.

Embora um pouco exagerada, essa história fictícia não está tão longe assim da realidade. Temos ali o planejador central que imagina ter encontrado a solução ideal para todos, os políticos que se aproveitam da situação para roubar ainda mais dinheiro da população via impostos, o corporativista que usa suas conexões para se beneficiar da situação e a população que é obrigada pelos fuzis estatais a financiar tudo isso, concordando ou não com a proposta. Agora, é só trocar "enchente" por "vírus", "nova era glacial", "aquecimento global" ou qualquer outra ameaça, que temos outros exemplos análogos no mundo real.

No caso das mudanças climáticas, propostas de intervenções

estatais ganharam força a partir de 1992, com a Cúpula da Terra, uma conferência mundial sobre questões ambientais, realizada no Rio de Janeiro. Nela, chefes de estado do mundo todo assinaram um tratado de cooperação internacional, em que se comprometiam a "estabilizar a concentração de gases do efeito estufa na atmosfera a um nível que evitaria interferências antrópicas perigosas no sistema climático", o que quer que isso signifique. Cinco anos depois, o Protocolo de Quioto estabeleceu obrigações legais para a redução de emissões.

Em 2015, o Acordo de Paris estipulou que o aumento da temperatura média global não deveria ser maior do que 2°C acima dos níveis pré-industriais e que os quase 200 países signatários deveriam tomar medidas para esse fim. Em 2020, o parlamento europeu aprovou o Acordo Verde, que visava a reduzir as emissões de gás carbônico no continente em três décadas por meio de impostos, subsídios e regulações. De modo similar, o Novo Acordo Verde é um pacote de propostas para modificar a legislação estadunidense com o intuito de diminuir as emissões de gás carbônico por meio de intervenções fortíssimas na economia.

O enredo desses acordos é sempre o mesmo: políticos, burocratas e tecnocratas se reúnem para decidir como vão mandar na vida dos outros e quais vão ser as punições para os que se atreverem a desobedecê-los. Violando, como sempre, o direito natural à autopropriedade, o estado obriga de forma agressiva seus cidadãos a seguirem suas regras arbitrárias sob a ameaça de multa, prisão ou morte. Nesse ínterim, os reis e seus

amigos são favorecidos, enquanto que seus súditos são forçados a pagar a conta. Além disso, os resultados, não raro, são opostos àqueles preconizados.

Uma das justificativas para a intervenção estatal é o suposto aumento da carestia devido às mudanças climáticas. Por ser antiética, essa intervenção já deve ser sumariamente rejeitada, mas ela não se sustenta nem do ponto de vista utilitário. Um estudo liderado pela engenheira ambiental japonesa Tomoko Hasegawa, publicado em 2018, concluiu que se mudanças climáticas podem colocar 24 milhões de pessoas a mais em risco de fome, impostos globais sobre emissão de carbono aumentarão tanto o preço dos alimentos, que colocarão 78 milhões de pessoas a mais em risco de fome, especialmente na África subsariana e na Índia.

A propósito, os pobres são sempre os mais prejudicados pelas intervenções estatais, que encarecem bens e serviços, inclusive aqueles mais fundamentais. Por exemplo, tanto no Brasil quanto em outros países, subsídios para a produção de biocombustíveis, como o etanol, levaram à substituição de culturas de alimentos por extensas plantações de cana-de-açúcar e afins. De acordo com a entidade filantrópica britânica Action Aid, o aumento no preço da comida decorrente desses subsídios fez com que 30 milhões de pessoas se aproximassem da linha da pobreza e outras 30 milhões chegassem a passar fome.

Um outro caso que mostra bem como a atuação do estado é danosa é a produção de energia. Para fomentar fontes renováveis de energia, o estado aumenta os impostos sobre combustíveis

fósseis, distorcendo duplamente a economia. Por um lado, encarece atividades que dependem destes e, por outro, estimula artificialmente projetos que desenvolvem aquelas. A geração de energia renovável fica, assim, dependente de subsídios estatais, que transferem o dinheiro roubado dos pagadores de impostos para grandes corporações como British Petroleum, General Electric, Mitsubishi, Samsung e Tesla.

Por falar em Tesla, o seu carro elétrico Model 3 é considerado um veículo de emissões nulas pelos órgãos governamentais do mundo todo. Porém, de acordo com um artigo escrito pelo físico alemão Christoph Buchal e colaboradores, se a produção e o recarregamento de suas baterias forem considerados, o modelo emite mais gás carbônico do que um carro equivalente movido a diesel. Levando-se em conta o processo de fabricação e de recarga, dirigir um Model 3 leva à emissão de cerca de 170 gramas de gás carbônico por quilômetro rodado, enquanto que dirigir um Mercedes C220, movido a diesel, leva à emissão de 140 gramas.

Com o estado intervindo, quem tem conexões políticas se dá bem. Lembra-se do Al Gore? Aquele que havia previsto o final dos tempos para 2014? Pois bem, quando ele deixou a vice-presidência dos Estados Unidos, seu patrimônio era de US\$ 1 milhão de dólares. Hoje, ele possui mais de US\$ 300 milhões e, se o Novo Acordo Verde for aprovado, provavelmente se tornará um bilionário. Coincidentemente, ele é um investidor interno de projetos de energia alternativa financiados pelo governo estadunidense. E, note, o problema aqui não é enriquecer, mas sim enriquecer por meio de conexões escusas e à custa da

coerção estatal.

Embora não tenhamos garantias de que as medidas do estado mitigarão as mudanças climáticas, sabemos praxeologicamente que o planejamento central implicará custos maiores para qualquer coisa que demande energia – ou seja, quase tudo. Justiceiros ambientais alegam que as políticas intervencionistas que defendem são direcionadas aos países mais desenvolvidos. Mostrando que não entendem nada de economia, esquecem-se de que está tudo interligado. Diminuir a atividade econômica nos países ricos, por sinal, impactará muito mais as populações dos países pobres, cujo custo de vida aumentará e cuja renda diminuirá.

Não que isso importe para esses justiceiros. Sempre em nome do bem maior, eles estão dispostos a sacrificar bilhões de pessoas, especialmente os mais pobres, no altar das mudanças climáticas se puderem posar como virtuosos. Antigamente, os sacerdotes astecas sacrificavam inocentes na esperança de que seus deuses fizessem o tempo melhorar. Assim como os astecas, os que defendem as intervenções estatais acreditam que sacrifícios devam ser feitos na esperança de que a ira dos deuses do clima seja aplacada. Desde que, claro, os sacrificados não sejam eles.

Um outro caminho

Se acharmos que essa questão das mudanças climáticas globais é realmente importante, não devemos procurar promessas de

soluções que usem a coerção estatal, mas sim soluções verdadeiras que usem o livre-mercado. Nesse caso, garantimos que essa potencial solução não agride ninguém, envolve pessoas interagindo voluntariamente e reflete uma vontade genuína da sociedade. Com os recursos naturais devidamente privatizados, com a poluição desincentivada pelo respeito à autopropriedade e com o sistema de preços os guiando, empreendedores podem satisfazer essa vontade.

Em vez de tentarmos resolver todo o problema de uma vez, com um único conjunto de medidas a ser aplicado por planejadores centrais de cima para baixo, é melhor deixarmos a engenhosidade humana agir para solucionar a questão pouco a pouco, por meio de pequenas tentativas descentralizadas. Elas podem funcionar independentemente até da gravidade do problema ou da crença nele. Se, digamos, um novo produto que diminui a emissão de gás carbônico for mais eficiente e mais barato do que o existente, as pessoas vão consumi-lo, inclusive aquelas que questionam as mudanças climáticas ou não se importam com elas.

Se a energia produzida por fontes convencionais hoje emite muito gás carbônico, a busca por fontes alternativas é, sim, válida. Atualmente, essa busca é distorcida pelas intervenções estatais, mas não precisaria ser assim. A Tesla vem desenvolvendo telhas fotovoltaicas, capazes de transformar a radiação solar incidente em energia elétrica, armazenando-a em baterias para o consumo residencial. Essas telhas têm o potencial de baratear a energia para todos, ao mesmo tempo que diminuem a

emissão de gás carbônico. Infelizmente, a empresa se beneficia de subsídios. Sem eles, poderíamos avaliar a real viabilidade dessas telhas.

Em um livre-mercado, se iniciativas como essa se mostram lucrativas, isso significa que consumidores estão sendo satisfeitos, recursos estão sendo bem alocados e valor está sendo criado. Motivados pelo lucro, outros empreendedores são levados a investir em telhas fotovoltaicas, melhorando sua eficiência e barateando seus custos. Isso leva a um círculo virtuoso, em que as emissões de gás carbônico vão diminuindo, a produção de energia alternativa vai crescendo e o bem-estar geral vai aumentando. Todos vão ficando melhores do que estavam antes, mostrando a harmonia de um mercado sem amarras.

Nesse sentido, uma outra proposta interessante é a da empresa canadense Carbon Engineering, que desenvolveu uma técnica para retirar gás carbônico da atmosfera. O gás capturado é misturado com uma solução de hidróxido de potássio, que o remove do ar e o imobiliza como carbonato. Em seguida, isso é combinado com hidrogênio para produzir um combustível líquido, que, quando queimado, é neutro em relação à emissão do gás. Note como o mercado leva a um melhor uso dos recursos naturais: ao mesmo tempo que retira o gás carbônico da atmosfera, o processo produz um combustível que não aumenta sua emissão.

E por que simplesmente não plantar árvores? Um artigo de Jean-François Bastin e colegas, publicado na Science em 2019,

mostrou que a estratégia mais barata e eficiente para a questão climática é plantar árvores massivamente. Os cientistas calcularam quantas árvores poderiam ser plantadas ao redor do mundo, sem comprometer áreas urbanas ou agrícolas. Essas árvores seriam capazes de retirar da atmosfera dois terços de todas as emissões antrópicas de gás carbônico. Em uma ordem libertária, se as mudanças climáticas forem percebidas como um problema sério, naturalmente haverá demanda para o plantio de árvores.

Como no caso da biodiversidade, há também aqueles que colocam a mão no próprio bolso para tentar minimizar o problema. Jeff Bezos, presidente da Amazon, considerado o homem mais rico do mundo, resolveu doar, em 2020, 10 bilhões de dólares – quase 10% de sua fortuna – para um fundo de combate às mudanças climáticas globais. Ele se dispôs a financiar projetos de cientistas e organizações não-governamentais que busquem soluções para o problema. Perceba novamente que o fato de ele ter enriquecido satisfazendo muitos consumidores permitiu que dedicasse boa parte de seus recursos para a questão climática.

E se não formos ricos como ele para doar bilhões, qualquer pequena doação para organizações sérias já ajuda. O importante é a iniciativa ser espontânea, afinal livre-mercado é sobre trocas voluntárias. E lembre-se de que agimos para maximizar nosso ganho psíquico, não monetário. O sistema de preços e o lucro são apenas maneiras de transmitirmos informações sobre o que aumenta nosso bem-estar. Não há nada irreconciliável em

procurar minimizar eventuais problemas decorrentes das mudanças climáticas e defender o livre-mercado. Ao contrário, o livre-mercado é a única opção para minimizá-los de forma ética.

Tendo os políticos percebido que podem usar a questão das mudanças climáticas globais para aumentar sua capacidade de extorsão e controle, o debate, infelizmente, se tornou ideológico. Nesse caso, ele passou a ser não mais sobre as mudanças climáticas em si, mas sim sobre aumento de poder e transferência de renda do setor produtivo para o setor parasitário. Essa não é uma boa saída. É melhor que aqueles que considerem o problema relevante se disponham a solucioná-lo com seus próprios recursos, respeitando o direito natural à autoproriedade dos demais e procurando satisfazer suas demandas legítimas.

Fontes

Ahmed T. 2019. Leonardo DiCaprio criticized for private jet use after calling out climate change deniers at Global Citizen festival. Newsweek. URL: [newsweek.com/leonardo-dicaprio-climate-change-private-jet-yacht-global-citizen-1461990](https://www.newsweek.com/leonardo-dicaprio-climate-change-private-jet-yacht-global-citizen-1461990).

Baggins P. 2019. Earth Day, 2019: fifty years of apocalyptic global warming predictions and why people believe them. Occidental Observer. URL: theoccidentalobserver.net/2019/04/19/earth-day-2019-fifty-years-of-apocalyptic-global-warming-predictions-and-why-people-believe-them-part-1.

Bastin JF, Finegold Y, Garcia C, Mollicone D, Rezende M, Routh D,

- Zohner CM & Crowther TW. 2019. The global tree restoration potential. *Science* 365: 76-79.
- Buchal C, Karl HD & Sinn HW. 2019. Kohlemotoren, Windmotoren und Dieselmotoren: was zeigt die CO₂-Bilanz? IFO Schnelldienst 8: 3-17.
- Ciandella M. 2014. Arctic ice cap grows same year Al Gore predicted it would disappear, networks ignore. *News Busters*. URL: newsbusters.org/blogs/mike-ciandella/2014/09/02/arctic-ice-cap-grows-same-year-al-gore-predicted-it-would-disappear.
- Cook J, Nuccitelli D, Green SA, Richardson M, Winkler B, Painting R, Way R, Jacobs P & Skuce A. 2013. Quantifying the consensus on anthropogenic global warming in the scientific literature. *Environmental Research Letters* 8: 024024.
- Eidson J. 2020. Progressive eco-group admits it: renewable energy is a hoax that benefits its greenie Elmer Gantries like Al Gore. *Lew Rockwell*. URL: lewrockwell.com/2020/01/no_author/progressive-eco-group-admits-it-renewable-energy-is-a-hoax-that-benefits-its-greenie-elmer-gantries-like-al-gore.
- Engel CJ. 2019. The 97% statistic on climate change. *Bastion*. URL: bastionmagazine.com/blog/the-97-statistic-on-climate-change.
- Enochs L. 2019. The apocalypse has been postponed. *Ludwig von Mises Institute*. URL: mises.org/wire/apocalypse-has-been-postponed.
- Flores D. 2019. Sánchez pide pasar a la acción en la lucha contra el cambio climático: "solo los fanáticos niegan la evidencia".

- RTVE. URL: rtve.es/noticias/20191202/sesion-inugural-cumbre/1992980.shtml.
- Gluzman, S. 2013. The history of psychiatric repression. The Herald of the Ukrainian Psychiatric Association, Kiev.
- Hasegawa T, Fujimori S, Havlík P, Valin H, Bodirsky BL, Deolman JC, Fellmann T, Kyle P, Koopan JFL, Lotze-Campen H, Mason-D'Croz D, Ochi Y, Domínguez IP, Stehfest E, Sulser TB, Tabeau A, Takahashi K, Takakura J, Meijl H, Zeist WJ, Wieve K & Witzke P. 2018. Risk of increased food insecurity under stringent global climate change mitigation policy. *Nature Climate Change* 8: 699-703.
- Ioannidis JPA. 2005. Why most published research findings are false. *Plos Medicine* 2: e124.
- Katz I. 2020. Denial. Lew Rockwell. URL: lewrockwell.com/2020/03/ira-katz/740854-2.
- Kauppinen J, Heinonen J & Malmi P. 2014. Influence of relative humidity and clouds on the global mean surface temperature. *Energy and Environment* 25: 389-399.
- Klebnikov S. 2018. Bezos pledges \$10 billion – nearly 10% of net worth – toward solving climate change. *Forbes*. URL: forbes.com/sites/sergeiklebnikov/2020/02/17/jeff-bezos-pledges-to-fight-climate-change-with-10-billion-earth-fund.
- Kreider N. 2018. Misconceptions of the climate change debate. *Being Libertarian*. URL: beinglibertarian.com/misconceptions-of-the-climate-change-debate.
- Leahy S. 2018. This gasoline is made of carbon sucked from the air. *National Geographic*. URL: nationalgeographic.com/news/

- 2018/06/carbon-engineering-liquid-fuel-carbon-capture-neutral-science.
- Lima R. 2017. Aquecimento global: como resolver? Idéias Radicais. URL: youtu.be/7d9f98ID2kQ.
- Lima R. 2017. Telhas com painéis solares: capitalismo e aquecimento global. Idéias Radicais. URL: youtu.be/bksMLCpyXmM.
- Lin S. 2020. Glacier National Park removes signs warning that all its glaciers would melt by 2020. The News Tribune. URL: thenewstribune.com/news/nation-world/national/article239127973.html.
- Lomborg B. 2001. The skeptical environmentalist. Cambridge University, Cambridge.
- Lomborg B. 2018. How the war on climate change slams the world's poor. New York Post. URL: nypost.com/2018/08/26/how-the-war-on-climate-change-slams-the-worlds-poor.
- Mahdjour N. 2016. There is no scientific consensus on man-made global warming. Being Libertarian. URL: beinglibertarian.com/no-scientific-consensus-man-made-global-warming.
- McMaken R. 2015. The high cost of centrally planning the global climate. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/library/high-cost-centrally-planning-global-climate.
- Morano M. 2016. The politically incorrect guide to climate change. Regnery, Washington.
- Murphy RP. 2019. Ignore the fear mongering, here's what climate change models actually say. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/ignore-fear-mongering-heres-what-climate-

change-models-actually-say.

Ritenour S. 2018. What's the "social cost of carbon"? Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/what's-social-cost-carbon".

Rose D. 2014. Myth of Arctic meltdown: stunning satellite images show summer ice cap is thicker and covers 1.7 million square kilometres more than 2 years ago... despite Al Gore's prediction it would be ice-free by now. Daily Mail. URL: [dailymail.co.uk/sciencetech/article-2738653/Stunning-satellite-images-summer-ice-cap-thicker-covers-1-7million-square-kilometres-MORE-2-years-ago-despite-Al-Gore-s-prediction-ICE-FREE-now.html](https://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-2738653/Stunning-satellite-images-summer-ice-cap-thicker-covers-1-7million-square-kilometres-MORE-2-years-ago-despite-Al-Gore-s-prediction-ICE-FREE-now.html).

Schopenhauer A. 2017. A arte de ter razão. Vozes, Petrópolis.

Stips A, Macias D, Coughlan C, Garcia-Gorriz E & Liang XS. 2016. On the causal structure between CO₂ and global temperature. Scientific Reports 6: 21691.

Townsend M & Harris P. 2004. Now the Pentagon tells Bush: climate change will destroy us. The Guardian. URL: [theguardian.com/environment/2004/feb/22/usnews.theobserver](https://www.theguardian.com/environment/2004/feb/22/usnews.theobserver).

Turguniev P. 2020. Existe mesmo consenso de 97% dos cientistas sobre as mudanças climáticas? Ancap.SU. URL: youtu.be/8YGLWJ_zbHA.

Ueno Y, Hyodo M, Yang T & Katoh S. 2019. Intensified East Asian winter monsoon during the last geomagnetic reversal transition. Scientific Reports 9: 9389.

9 Superpopulação

Discípulos de Malthus

Voltando de outro dia de trabalho, você decide pegar um ônibus. É pleno horário de pico, e o veículo está lotado. Cansado, em pé, espremido ali no meio, empurrado para lá e para cá, você começa a refletir: "Acho que tem gente demais no mundo!" Você se lembra de uma aula que teve já há algum tempo, em que o professor alertava para o problema da superpopulação no planeta. Por incrível que pareça, você ainda se recorda do nome do cientista que havia feito previsões catastróficas nesse sentido: Thomas Malthus. "É, pelo visto Malthus estava certo mesmo..." — você conclui. Mas será que estava mesmo?

Thomas Robert Malthus foi um economista inglês, nascido no século XVIII, que se especializou em economia política e demografia. Em 1798, ele publicou um livro seminal, intitulado "Um ensaio sobre o princípio da população". Segundo esse autor, a população humana cresce de forma geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce de forma aritmética. Em uma progressão geométrica, a cada intervalo o incremento é maior, como nessa seqüência: 1, 2, 4, 8, 16... Já em uma progressão aritmética, a cada intervalo o incremento é sempre o mesmo, como aqui: 1, 2, 3, 4, 5...

Note que, se isso é verdade, a diferença entre o tamanho da população humana e nossa capacidade de produzir alimentos vai

umentando com o tempo. Segundo o autor, isso leva à carestia em níveis cada vez maiores e a um eventual colapso populacional. Quer dizer, chega um ponto em que o número de pessoas passando fome é tão grande que muitas delas morrem e a população humana colapsa. A esse respeito, escreveu Malthus em seu livro: "A capacidade da população em crescer é tão superior ao poder da Terra em fornecer recursos para o homem que a morte prematura deve, de uma forma ou de outra, visitar a raça humana."

Malthus acreditava que havia dois tipos de controle permanentes em operação. O primeiro eram os controles "preventivos", como a abstinência sexual e o casamento tardio, que levavam a uma diminuição da taxa de natalidade. Se a intensidade desses controles preventivos não fosse alta o suficiente, apareciam os controles "positivos", como fome, doenças e guerras, que levavam a um aumento da taxa de mortalidade, no que ficou conhecido como "catástrofe malthusiana". Se a população humana crescesse muito, essa catástrofe faria com que ela voltasse forçosamente para um nível menor, mais sustentável.

Suas previsões apocalípticas, contudo, não se confirmaram. Não houve até hoje a esperada catástrofe malthusiana. A produção de alimentos acompanhou nosso crescimento populacional graças ao desenvolvimento das técnicas agropecuárias, à mecanização, à introdução de linhagens altamente produtivas, ao uso de fertilizantes e defensivos agrícolas, entre outros. Conforme o ambientalista Bjørn Lomborg ressaltou, entre 1960 e 2000, ao

mesmo tempo que a população humana dobrou de tamanho, a quantidade diária de calorias produzidas para cada pessoa aumentou em 23%.

Ainda que as previsões de Malthus não tenham se confirmado, suas idéias se mantiveram vivas entre outros intelectuais e até geraram o termo "malthusianismo". Esse termo está ligado a uma série de movimentos políticos e sociais, mas, de modo geral, pode ser associado à defesa de alguma forma de controle populacional. Para os malthusianistas, a idéia de que o crescimento humano exponencial levará a um esgotamento dos recursos naturais ainda é válida e que se não fizermos nada para diminuir a taxa de natalidade, aquela catástrofe ainda continuará à espreita da humanidade.

Por exemplo, John Maynard Keynes, já criticado no segundo capítulo deste livro, havia postulado que a instabilidade econômica e política da Europa no começo do século XX, tinha sido consequência de pressões populacionais malthusianas sobre a oferta de alimentos. A propósito, muitos modelos de esgotamento de recursos são malthusianos em sua essência: a taxa de consumo de um dado recurso eventualmente ultrapassará nossa capacidade de produzi-lo, levando a uma crise. Essas idéias malthusianas, claro, encontraram terreno fértil para prosperar entre os vendedores de medo ligados às questões ambientais.

A bomba populacional

Para boa parte dos ambientalistas, os problemas que discutimos nos capítulos anteriores deste livro são consequência direta do crescimento populacional exponencial de nossa espécie. "O ser humano é um vírus para o planeta!" — alerta o justiceiro ambiental — "Estamos exaurindo seus recursos, poluindo-o, extinguindo suas espécies, mudando o seu clima, tudo isso porque estamos crescendo sem limites! Já são quase oito bilhões de pessoas! Se não fizermos nada, tudo vai colapsar!" A histeria de nosso justiceiro, decorrente dessa perspectiva de uma catástrofe malthusiana, é comum entre defensores do meio ambiente.

Um deles é o biólogo Paul Ehrlich – sim, aquele mesmo que errou grosseiramente suas previsões sobre a extinção de espécies. Em 1968, ele publicou o livro "A bomba populacional", que fez um sucesso estrondoso à época. Nele, Ehrlich previa que haveria fome no mundo todo, em níveis altíssimos e crescentes, a partir da década de 1970, em decorrência da superpopulação. Prevendo uma tragédia malthusiana, escreveu ele em um tom fatalista: "A luta para alimentar toda a humanidade terminou. Nos anos 1970, centenas de milhões de pessoas morrerão de fome a despeito de qualquer programa assistencial que seja criado."

Segundo Ehrlich, a escassez de alimentos seria implacável e atingiria até mesmo países ricos, como os Estados Unidos, onde "milhões de pessoas iriam morrer de fome", ou a Inglaterra, cujo desaparecimento ele havia previsto: "Se eu pudesse, apostaria uma soma substancial que a Inglaterra deixará de existir até o

ano 2000." Em 1970, quando foi celebrado o primeiro Dia da Terra, Ehrlich profetizou: "Dentro de dez anos, todas as mais importantes vidas animais nos oceanos estarão extintas. Grandes áreas costeiras terão de ser evacuadas por causa do fedor de peixe morto."

Suas previsões sombrias também não se confirmaram. Dados compilados por Max Roser e disponibilizados na página de seu instituto, Our World in Data, mostram que a tal catástrofe não aconteceu. Ao contrário, ao longo da década de 1970, a oferta diária de calorias por pessoa aumentou, uma tendência que se mantém até hoje. Apesar das interferências estatais, as inovações tecnológicas produzidas pelo mercado baratearam os alimentos e levaram a uma diminuição na taxa de pessoas subnutridas. A Inglaterra ainda existe, e nenhuma cidade costeira precisou ser evacuada devido ao fedor de peixe morto.

Ehrlich não se deu por vencido e ainda hoje continua afirmando que "o fim está próximo". Apesar de clamorosamente errado em suas previsões, ele influenciou e continua influenciando muita gente. Da incapacidade de produzir alimentos, a justificativa passou a ser os impactos ambientais de uma população numerosa sobre o planeta. Um dos que foram influenciados por Ehrlich, o ecólogo Eric Pianka comparou nossa espécie a bactérias crescendo sem controle em um placa de ágar, consumindo seus recursos à exaustão. Para Pianka, "o mundo, incluindo toda a humanidade, estaria muito melhor se não houvesse tantos de nós".

Ou o ambientalista inglês James Lovelock, conhecido por sua

teoria de Gaia, que postula que a Terra funciona como um organismo autorregulatório. Dentro de sua teoria, ele considera que a humanidade é uma doença infecciosa e que o planeta está ativamente nos combatendo. Ele concorda com o Agente Smith, personagem do filme "Matrix": "Vocês, humanos, não. Vocês se movem para uma área e se multiplicam. E se multiplicam até que todos os recursos naturais sejam consumidos. A única maneira de sobreviverem é se espalhando para outra área. Há um outro organismo neste planeta que segue o mesmo padrão. Você sabe qual? Um vírus!"

Ainda, um relatório do Fundo Populacional das Nações Unidas, publicado em 2009, decretou que todos nós somos culpados pelo simples fato de existirmos e que estados devem ter políticas para diminuir o crescimento populacional: "Nenhum ser humano é genuinamente neutro em carbono, especialmente quando todos os gases do efeito estufa são inclusos na equação. Logo, todos são parte do problema e todos devem ser parte da solução. Intensos programas de planejamento familiar são do interesse de todos os países no que diz respeito aos gases do efeito estufa."

Em uma coluna publicada em 2018, no New York Times, o filósofo Todd May, professor da Universidade de Clemson, defendeu a idéia de que uma eventual extinção da raça humana seria uma bênção para o planeta. Segundo ele, nossas contribuições negativas ao mundo são muito maiores do que as positivas. "A humanidade" — escreve ele — "é a fonte de devastação da vida de animais conscientes em uma escala difícil de compreender." Como punição pelo tratamento dado aos

animais e ao meio ambiente, ele diz que merecemos desaparecer da face da Terra. Assustador, não?

O que fica claro nesses posicionamentos é que a agenda desses ambientalistas é, antes de mais nada, uma agenda anti-humana. Um mundo ermo, sem ninguém, parece ser aquilo com que sonham. Eles vêem o ambientalismo não como uma forma para melhorar nosso bem-estar, mas como um fim em si mesmo. Os mais radicais são bastante claros quanto a isso. Eles encaram a humanidade como uma inimiga da natureza e, se pudessem, destruiriam aquela para salvar esta. Se tivessem o poder, talvez fizessem com que metade da humanidade desaparecesse com um estalar de dedos... Espere, isso não lhe lembra algo?

O dilema de Thanos

Sim, quem tentou fazer isso foi Thanos, antagonista no filme "Vingadores: guerra infinita", lançado em 2018. Thanos, um ser alienígena superpoderoso, era um niilista. Como Thomas Malthus, ele acreditava que a produção de recursos seria incapaz de acompanhar o crescimento populacional, o que geraria fome, miséria e sofrimento. Como um justiceiro social embuído das melhores intenções, sua pseudossolução era simplesmente matar metade da população do universo. Assim como o estado faz conosco cotidianamente, ele acreditava que o sacrifício de inocentes seria justificado em nome de um suposto "bem maior".

O "bem maior" é um conceito rotineiramente usado por políticos para ganhar poder e moer liberdades. Esse conceito

vem de uma perspectiva utilitarista, de que é necessário "levar a maior de quantidade do que é bom para o maior número possível de pessoas". Mas quem vai determinar isso? Preferências são subjetivas: o que é considerado melhor por uma pessoa não o é necessariamente por outra. Logo, o bem é incomensurável. Sendo assim, não há como quantificá-lo e, muito menos, maximizá-lo. Mesmo que fosse possível quantificar o "bem maior", ainda assim não seria ético implementá-lo coercitivamente.

Infelizmente, a justificativa para medidas políticas extremas é sempre essa do bem maior: "nesta crise, façam o que estamos mandando, porque sabemos que as boas conseqüências de nossas medidas compensarão seus impactos negativos". Quem defende essa posição está aceitando que "os fins justificam os meios", que basta identificar supostas conseqüências de um pacote de medidas coercitivas como o bem maior que a discussão se encerra. "É para o seu próprio bem!" — dizem. Thanos era um desses. Apesar de pretender matar indivíduos inocentes, ele acreditava piamente que agia em nome de uma nobre causa.

Esse tipo de "tirania do bem" é perigosíssimo. Como o autor britânico Clive Staples Lewis escreveu apropriadamente: "De todas as tiranias, aquela sinceramente exercida pelo bem de suas vítimas pode ser a mais opressiva. Seria melhor viver sob um ditador explorador do que sob bisbilhoteiros morais onipotentes. A crueldade do ditador pode esmorecer, sua cobiça pode eventualmente ser saciada, mas aqueles que nos atormentam para nosso próprio bem o farão para sempre, porque o fazem com a aprovação de suas consciências." Assim, devemos ter

muito cuidado com quem quer nos retirar liberdades "para nosso próprio bem".

O que poderia nos confortar é que Thanos é apenas um personagem de ficção e, ademais, apresentado corretamente como um vilão. Mas o apavorante, porém, é que o raciocínio de Thanos é o mesmo de muitos ambientalistas, que não se furtam de exigir sacrifícios em nome dos supostos perigos da superpopulação. E eles, assim como o supervilão, defendem medidas extremas, que violam nosso direito natural à autopropriedade, em nome de um bem maior. Embora ainda não tenham levado a medidas tão radicais quanto as de Thanos, as idéias de Ehrlich e seus asseclas contribuíram para violações à autopropriedade em vários países.

A China é o caso mais extremo de controle populacional. Em 1979, o país instalou uma política de "filho único", que durou até 2015. Nesse período, casais podiam ter apenas um filho, salvo aqueles em zonas rurais ou pertencentes a algumas etnias, que podiam ter uma segunda criança. A partir de 2015, o limite geral passou a ser de dois filhos por casal. Para fazer cumprir essa legislação, o estado forçou e continua forçando o uso de contraceptivos, abortos e esterilização. Além disso, impõe pesadas multas para aqueles casais que ultrapassam o limite arbitrário imposto pela ditadura comunista.

Ainda que de forma não tão radical, medidas de controle populacional também foram implementadas em outros países. O método mais comum foi o da esterilização compulsória, usado em países como Bangladesh, Bolívia, Índia, Indonésia, México e

Peru. Na Índia, em 1976 e 1977, funcionários do governo esterilizaram oito milhões de homens e mulheres, subornando-os com comida e dinheiro ou retirando seus benefícios sociais caso não se submetessem. No Peru, nos anos 1990, o então presidente Alberto Fujimori implementou um programa de esterilização compulsória eugenista, voltado às etnias indígenas.

Independentemente de qualquer discussão utilitarista, o problema em políticas malthusianas de controle populacional como essas é ético. Como qualquer medida coercitiva, tais políticas representam uma clara violação do direito à propriedade privada e são, portanto, antiéticas. Não compete a políticos ou a seus comparsas tecnocratas decidirem o número de filhos que um casal tem ou deixa de ter. Voltando para o filme dos Vingadores, de todos os heróis que combatem o supervilão, apenas o libertário Capitão América pareceu entender isso: "Não negociamos vidas!"

Thanos estava errado

Em sua guerra infinita, Thanos não foi capaz de perceber que o problema que lhe chamou a atenção existia justamente nos planetas sem livre-mercado, governados por tiranos como ele. O problema neles não era a superpopulação, mas o supersocialismo. Se Thanos tivesse estudado os economistas austríacos, saberia que sua pretensa solução era não só antiética, como também antieconômica. Saberia que a liberdade, o respeito pela propriedade privada, a divisão de trabalho, as interações

voluntárias, o sistema de preços e o lucro bastariam para resolver a questão da superpopulação. Em outras palavras, o livre-mercado seria suficiente.

Planejadores centrais como Thanos ignoram tudo isso. E a natureza do estado – do seu socialismo intrínseco – é precisamente o planejamento central. Despoticamente, esses planejadores usam a violência para amealhar poder e impor certa visão de mundo àqueles sob seu jugo. Eles tratam as pessoas como incapazes, e não como indivíduos complexos e imprevisíveis que para atender suas demandas não dependem só do que a natureza lhes dá. Esses planejadores centrais estabelecem quais são os sacrifícios "justos" que devem ser feitos em nome do "bem maior", da "paz social". E, arrogantes como são, não têm dúvidas sobre o que deve ser feito.

A propósito, Paul Ehrlich estava tão crente em suas previsões que, em 1980, aceitou uma aposta feita por Julian Simon, professor de administração de negócios da Universidade de Maryland. Simon desafiou Ehrlich a pegar uma cesta, enchê-la com quaisquer matérias-primas que quisesse e esperar por um certo tempo. Ao final do período determinado, se o preço daqueles recursos, descontando-se a inflação, fosse menor do que no início, Simon ganharia a aposta. Ehrlich encheu a cesta com cobre, cromo, latão, níquel e tungstênio e decidiu esperar dez anos. Em 1990, Ehrlich teve de enviar um cheque a Simon, pagando a aposta.

Ehrlich, Malthus e Thanos ignoravam tanto as características dos recursos naturais, quanto a origem da prosperidade material.

Ao contrário do que todos eles acreditavam, a economia não é um jogo de soma zero, aquele em que um precisa perder para o outro ganhar. Não, a riqueza não é algo que existe finitamente e que precisa ser dividido entre pessoas competindo entre si. A riqueza, na verdade, é uma criação humana e aumenta com cada troca voluntária que fazemos. Assim, quanto mais pudermos trocar bens e serviços livremente, mais bem aproveitados serão os recursos, mais riqueza será criada e melhor viverão as pessoas.

Seres humanos são capazes de inovar para contornar a escassez. Mais pessoas não significam apenas mais bocas para alimentar, significam também mais mentes para pensar e mais braços para construir. Em um livre-mercado, onde todos têm plena liberdade para empreender sem as distorções impostas pelo estado, as mentes estarão completamente disponíveis para testar novas idéias e os braços estarão totalmente desimpedidos para criar novas soluções. Quanto mais pessoas, maior a oferta de habilidades, maior a divisão de trabalho e mais eficientes os processos de produção.

Vemos isso continuamente. Ao invés de se tornarem mais caros, os recursos naturais têm se tornado cada vez mais baratos – apesar das intervenções estatais. Além de consumidor, cada um de nós é também um produtor. Nossa produção contínua é o que vem permitindo a melhora de nosso bem-estar ao longo da história. O fato de produzirmos mais do que consumimos é evidente, já que nosso padrão de vida vem crescendo constantemente. Em média, vivemos melhor hoje do que um rei

vivia no início do século passado. Todas as inovações que melhoraram nossa vida foram facilitadas pelo crescimento populacional.

Note que superpopulação é algo relativo. Se os recursos estiverem mal alocados, poucas pessoas poderão ter um padrão de vida digno. Compare as duas Coreias, divididas artificialmente após a Segunda Guerra Mundial por questões políticas. A Coreia do Norte, o país mais fechado do mundo, tem uma área 25% maior e uma população 50% menor do que a Coreia do Sul, um país economicamente bem mais livre. Enquanto a população desta prospera, a daquela ainda passa fome. Qual dos dois países é mais superpopuloso? Certamente a Coreia do Norte, onde os recursos estão mal alocados graças ao planejamento central extremo.

Talvez o que mais distinga uma sociedade livre de uma socialista seja o valor que é atribuído à vida humana. Em uma sociedade livre, seres humanos são considerados um ativo, incentivados a terem idéias, a lucrarem com elas por meio da atividade empreendedorial e a melhorarem o bem-estar geral da sociedade. Já em uma sociedade socialista, seres humanos são considerados um passivo, bocas a serem alimentadas, vetores de doenças transmissíveis, fardos que vão ter de ser carregados pelos outros e pelo planeta. Não é de se espantar, portanto, que a estrada das utopias socialistas tenha sido e sempre vá ser pavimentada com muitos cadáveres.

Como o economista estadunidense Walter Edward Williams bem colocou: "A pobreza de hoje tem pouco a ver com a

superpopulação. As características comuns dos países mais ricos são uma maior liberdade pessoal, direito de propriedade privada, regra da lei e um sistema econômico mais próximo do capitalismo do que do socialismo. Essa é a receita para a prosperidade." Daí a importância de respeitarmos o direito à propriedade privada. É esse respeito, expresso no livre-mercado, que retira as pessoas da pobreza e lhes oferece um futuro sustentável, mesmo com um alto crescimento populacional.

Fontes

Block W. 1998. Environmentalism and economic freedom: the case for private property rights. *Journal of Business Ethics* 17: 1887-1899.

Brownstein B. 2019. The myth that our planet faces an overpopulation crisis. Lew Rockwell. URL: lewrockwell.com/2012/06/karel-beckman/the-false-promise-of-democracy.

Chiocca F. 2009. O mundo sem ninguém: o sonho dos ambientalistas. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/o-mundo-sem-ninguem-o-sonho-dos-ambientalistas.

Dolan B. 2000. Malthus, medicine, and morality. Rodopi, Amsterdam.

Driver J. 2014. The history of utilitarianism. Stanford University, Stanford.

Ehrlich P. 1968. The population bomb. Ballantine Books, New York.

Hammond A. 2018. Sobre a questão populacional, vários

- progressistas concordam com este supervilão. Instituto Ludwig von Mises. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=2891.
- Lomborg B. 2001. *The skeptical environmentalist*. Cambridge University, Cambridge.
- Lovelock JE. 2009. *The vanishing face of Gaia: a final warning*. Basic Books, New York.
- Malone SW. 2018. Obviously Thanos is evil. He's also wrong. Foundation for Economic Education. URL: youtu.be/iV18Xx5EkaE.
- Malthus TR. 1798. *An essay on the principle of population*. Joseph Johnson, London.
- May T. 2018. Would human extinction be a tragedy? *New York Times*. URL: nytimes.com/2018/12/17/opinion/human-extinction-climate-change.html.
- Murphy RP. 2011. Subjective-value theory. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/library/subjective-value-theory.
- Pianka ER. 2006. What nobody wants to hear, but everyone needs to know. University of Texas. URL: zo.utexas.edu/faculty/pianka/Everybody.html.
- Richman S. 2012. The myth of the greater good. *Reason*. URL: reason.com/2012/02/24/the-myth-of-the-greater-good.
- Roser M. 2020. The visual history of hunger and food. *Our World in Data*. URL: slides.ourworldindata.org/hunger-and-food-provision.
- Sridhar N. 2019. Why capitalism is the answer to environmental concerns about "overpopulation". Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/why-capitalism-answer-environmental-

concerns-about-overpopulation.

Tupy M. 2018. Como o progresso transforma a escassez em abundância - a água de Israel e os elementos químicos. Instituto Ludwig von Mises Brasil. URL: mises.org.br/Article.aspx?id=2965.

Turguniev P. 2019. Tem gente demais no mundo? Ancap.SU. URL: youtu.be/0tGdMGXwOkQ.

Turguniev P. 2020. Existe mesmo consenso de 97% dos cientistas sobre as mudanças climáticas? Ancap.SU. URL: youtu.be/8YGLWJ_zbHA.

United Nations Population Fund. 2009. Facing a changing world: women, population, and climate. United Nations, New York.

Williams WE. 2013. Os ambientalistas e sua agenda anti-humana nos fazem de idiotas. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/os-ambientalistas-e-sua-agenda-anti-humana-nos-fazem-de-idiotas.

Williams WE. 2018. A solução para a explosão demográfica é o controle populacional. In: Reed LW. Desculpe-me, socialista. Desmascarando as 50 mentiras mais contadas pela esquerda, pp. 67-69. Faro, São Paulo.

10 Considerações Finais

Se você se preocupa com o meio ambiente, privatize-o

Os bens naturais e os serviços ambientais que o planeta pode nos fornecer são limitados em um dado momento, mas nossa principal habilidade, a inteligência, é capaz de transformar esses limites. Não somos meros coletores de uma quantidade fixa do que a natureza nos dá; ao contrário, somos capazes de ampliar, criar e descobrir novas fontes e novos tipos de recursos. Nossa capacidade de usar bens naturais e aproveitar serviços ambientais é transformada constantemente pela atividade empreendedorial, que atinge seu ápice no livre-mercado. Ainda estamos longe, muito longe de atingir nosso potencial.

Quanto mais livre o mercado e maior o respeito ao nosso direito natural à propriedade privada, mais bem alocados os recursos e maior nossa capacidade de proteção ao meio ambiente. Como nosso conhecimento sobre as questões ambientais está distribuído por toda a sociedade, nenhum planejamento central é capaz de proteger o meio ambiente na medida em que desejamos. Apenas o livre-mercado, com seu sistema de preços fidedigno, o lucro e a competição, pode fornecer os incentivos corretos para que empreendedores usem os bens naturais racionalmente e aproveitem os serviços ambientais eficientemente.

Se privatizássemos completamente a natureza, acabaríamos

com a exaustão de recursos, pois não teríamos mais aquela tragédia dos comuns. A biodiversidade seria preservada na exata medida demandada pela sociedade. A poluição seria praticamente impossível, pois seu custo seria muito alto – e isso incluiria qualquer eventual dano provocado por gases do efeito estufa. Em uma ordem libertária, onde se segue o princípio da não-agressão, a poluição seria um problema apenas para os poluidores, que deveriam ser julgados em eficientes tribunais privados e não em ineficientes tribunais estatais.

Portanto, em vez de pedir para o estado se intrometer nesta ou naquela questão ambiental, arregace as mangas e contribua voluntariamente para a solução. E eis uma grande diferença entre a mentalidade libertária e a mentalidade socialista: a responsabilidade pessoal. Enquanto a primeira defende que cada um tome as ações que considerar pertinentes desde que não se agrida ninguém, a segunda defende que alguns iluminados possam coagir os demais a fazer o que aqueles acham certo. Sempre em nome do "bem maior", claro. Dada a importância das questões ambientais, isso é encenação de virtude em sua pior forma.

Para esses ambientalistas de mentalidade socialista, a prosperidade humana é algo a ser combatido. Eles estão permanentemente reclamando de nossa "abundância excessiva", de nosso "grande desperdício de energia". Eles se regozijam quando há falta de algum produto e uma piora no bem-estar geral. O real interesse desses justiceiros ambientais é o poder: controlar as vidas dos outros, de preferência usando o dinheiro desses mesmos outros. Infelizmente, o ambientalismo vem sendo

usado como forma de alguns imporem agressivamente aos demais sua visão de mundo, usando o aparato coercitivo do estado para tal.

Toda vez que o estado intervém na economia, os resultados são catastróficos. Lembre-se das conseqüências econômicas da intervenção estatal durante a "pandemia" de 2020, muito piores do que as conseqüências da doença em si – afinal, a pobreza é a principal causa para a abreviação da vida, como admite a própria Organização Mundial da Saúde. Os prejuízos de intervenções estatais na economia são tão óbvios que os socialistas têm cada vez mais dificuldades para justificá-las. O que lhes resta, portanto, é justificar interferências governamentais apelando para questões "sociais" – cada vez menos convincentes – ou, mais recentemente, para questões "ambientais".

Esses justiceiros só conseguem usar o ambientalismo para controlar a população, porque há uma demanda muito grande pela conservação. Se essa demanda é hoje usada para impor controles econômicos e sociais via coerção estatal, poderia perfeitamente ser canalizada para um livre-mercado de preservação. Assim, se eu pudesse lhe dar uma única dica, seria esta: defenda a privatização de todos os bens naturais e serviços ambientais. Não deixe nada para os agentes estatais destruírem. Talvez você considere essa posição um sonho distante. Mas e se eu lhe disser que a capacidade de destruição do estado está com os dias contados?

Uma instituição moribunda

O estado se mantém graças à sua legitimação psicossocial, alcançada por meio de um forte sistema de doutrinação, como já havia entendido o ideólogo nazista Paul Joseph Göbbels: "Se você contar uma grande mentira e continuar repetindo-a, as pessoas eventualmente acreditarão. Essa mentira pode ser sustentada apenas enquanto o estado puder blindar a população das suas conseqüências políticas, econômicas ou militares. Logo, é vital que o estado use todos os seus poderes para reprimir dissidentes, uma vez que a verdade é a inimiga mortal da mentira, e, assim, por extensão, a verdade é a grande inimiga do estado."

Graças a esse poderoso sistema de doutrinação, somos levados a acreditar que a única forma de resolver conflitos é por meio do estado. Contudo, quando entendemos o que de fato o estado é – o monopólio da agressão em uma determinada região – percebemos que ele promove conflitos ao invés de resolvê-los. Neste momento em que o estado se aproveitou de uma "pandemia" para se expandir a níveis raramente vistos, retirando ainda mais liberdades dos cidadãos sob seu domínio, é difícil acreditar que ele está definhando e se aproximando de seu fim. Não obstante, tentarei convencê-lo disso.

A legitimação psicossocial do estado se dá por uma mistura de medo e ilusão. Por um lado, suas armas obrigam as pessoas a fazer o que não fariam normalmente; por outro lado, a fantasia de que o estado é uma instituição benevolente e onipotente traz o incentivo para que seja obedecido. Eliminando sua agressão

sistemática, sua benevolência umbrática e sua onipotência ilusória, sua aceitação rapidamente desaba. Preste atenção como o estado vem desmorando à sua volta, sob o peso de suas próprias contradições internas, seu descalabro fiscal, seu sistema monetário irresponsável e sua incapacidade de entregar o que promete.

Como Ludwig von Mises notou, o objetivo da ação humana é a melhora do bem-estar. À medida que o estado se tornar cada vez mais incapaz de vender a ilusão de que melhora nosso bem-estar, naturalmente nos afastaremos dele. E não nos afastaremos violentamente. Lembre-se que há uma diferença entre agressão e violência. A agressão é a iniciação da violência – é o que o estado faz. Eticamente, é possível se defender violentamente de uma agressão. Isso nada mais é do que legítima defesa. Assim, em termos éticos, a defesa violenta contra as agressões estatais é plenamente justificada, mas, em termos estratégicos, está fadada ao fracasso.

É na agressão que o estado prospera, que cresce em poder, em número, em orgulho, em controle absoluto sobre a economia e em domínio psíquico sobre a sociedade. Isso porque o estado nasce da agressão e se mantém com ela. A agressão e o estado são tão inseparáveis, que não é possível responder às suas agressões de forma violenta sem sucumbir à sua essência perversa. É como o Imperador Palpatine, no filme "O retorno do Jedi", incentivando Luke Skywalker a atacá-lo. Palpatine sabia que se Luke cedesse à tentação e o atacasse, já teria ganhado seu coração, conquistado sua mente e o trazido para o "lado negro da

força".

Portanto, não, não nos afastaremos do estado por meios violentos. Nós nos afastaremos do estado pacífica e paulatinamente por razões econômicas. E mesmo os mais ferrenhos defensores do estado se afastarão, porque o incentivo econômico para isso será muito forte. Todos nós agimos para melhorar nosso bem-estar, inclusive os contumazes encenadores de virtude. Todos nós procuramos satisfazer nossos desejos da melhor forma possível. E nenhum de nós gosta de pagar imposto, nem mesmo o mais inveterado socialista, aquele que diz que "imposto é o preço que pagamos para viver em sociedade".

Pensemos nas transações que fazemos no dia-a-dia justamente com esse intuito de melhorar nosso bem-estar. Nessas transações, é importante que a idoneidade de ambas as partes seja atestada, porque, afinal, ninguém gosta de ser enganado. Esse atestado exige a aferição de informações sobre as partes, o que implica custos. Antigamente, quando o custo da informação era alto, uma instituição centralizada como o estado cumpria esse papel, ainda que de forma coercitiva, atestando a idoneidade das partes por meio de regulações, permissões, fiscalizações e punições.

Contudo, graças ao desenvolvimento tecnológico, o custo da informação vem caindo drasticamente. O barateamento da informação favorece instituições descentralizadas, capazes de aferir a idoneidade das duas partes de forma mais eficiente e mais ágil. Em um cenário como esse, o estado se torna irrelevante, quando não contraprodutivo. Compare, digamos, o

serviço de táxis, que depende da chancela estatal, com os aplicativos de caronas remuneradas. Informações mais baratas permitiram o surgimento destes, muito melhores do que o sistema anterior, dependente da tutela estatal.

"Certo, em casos mais simples como esse talvez seja assim, mas e aqueles serviços em que o estado é o principal ou o único fornecedor, como educação, saúde, segurança e justiça?" — talvez você se questione. É a mesma situação. A única coisa que dificulta hoje o fornecimento de tais serviços pelo livre-mercado é a coerção estatal. E mesmo com as dificuldades impostas agressivamente pelo estado, empresas privadas já fornecem esses serviços de forma muito mais barata e com muito mais qualidade. Qualquer serviço que o estado preste hoje pode ser oferecido de forma muito melhor pela iniciativa privada.

O barateamento da informação e a inevitável descentralização decorrente dele não permitem mais aquele controle ferrenho que Göbbels defendia. Com informações facilmente acessíveis, não é mais possível que o estado blinde "a população das suas conseqüências políticas, econômicas ou militares". Sem o controle da informação pela grande mídia, não é mais possível esconder a verdade, "a grande inimiga do estado". A descentralização não permite mais que milhões de pessoas estejam passivamente sob o domínio de uma dada facção política. O descontentamento é permanente e crescente.

Mas por que o estado ainda existe então? Primeiro, porque, embora decadente, seu sistema de doutrinação ainda é forte; segundo, porque os fuzis estatais garantem sua capacidade

arrecadatória, dependente do controle monetário. Cada vez que usamos sua moeda, financiamos o estado. O problema é que todo o sistema monetário estatal é um castelo de cartas, pois está baseado em moeda fiduciária, isto é, moeda sem lastro. Justamente por não ter lastro, o estado pode imprimi-la em quantidades infinitas. A consequência inevitável disso é a inflação e a diminuição do poder de compra.

Mas por que o estado faz isso? Por que ele inflaciona a própria moeda? Graças àquele efeito Cantillon, ao fazer isso, o estado pode usar a própria população como colateral para financiar sua dívida. O resultado disso é um estado cada vez mais endividado e uma população com seu poder de compra sistematicamente corroído pela inflação. Atualmente, as dívidas soberanas são tão altas que se tornaram impagáveis. Só os Estados Unidos devem mais de 24 trilhões de dólares, uma dívida maior do que seu produto interno bruto. O Brasil não fica muito atrás, com uma dívida quase igual ao que é produzido anualmente no país.

Essas dívidas soberanas são como bombas-relógios, que, cedo ou tarde, vão explodir. Quando explodirem, quem mantiver suas reservas econômicas em moeda fiduciária vai pagar a conta. Daí o incentivo para a população transferir suas economias para outras moedas mais seguras. Hoje em dia, temos uma excelente alternativa na forma das criptomoedas, descentralizadas, lastreadas por algoritmos matemáticos e impossíveis de serem proibidas pelo estado. Quem usar criptomoedas terá o controle do seu próprio dinheiro e se tornará imune aos mandos e desmandos econômicos dos políticos.

Uma crise de confiança nas moedas fiduciárias levará a uma migração em massa para as criptomoedas. Quando isso acontecer, o estado perderá sua capacidade de extorquir a população via impostos ou, no mínimo, terá essa capacidade bastante reduzida. Atualmente, o estado gera muitos custos para quem o aceita e traz poucos benefícios. Toda instituição humana que deixa de ser economicamente relevante está fadada à extinção. A perda de sua capacidade arrecadatória será a pá de cal. Sem a capacidade de arrecadar impostos suficientes, nem mais os fuzis sustentam o estado. É questão de tempo até que isso aconteça.

A hora da saída

À medida que o estado for se definhando, caminharemos para uma sociedade libertária, de leis privadas, jusnaturais. A segunda metade deste século será definida pela descentralização, em que as decisões deixarão de ser impostas de cima para baixo e passarão a ser tomadas localmente. Nesse meio tempo, caberá àqueles que já perceberam a real natureza do estado explicar a idéia de uma sociedade baseada no nosso direito natural à autopropriedade. Essa tarefa não é fácil, porque a maioria das pessoas prefere a pílula azul. Isso é perfeitamente compreensível, mas podemos ao menos mostrar a elas um outro caminho.

Há apenas duas opções para que alguém faça aquilo que achamos que deva ser feito. Uma opção é usar o aparato coercitivo do estado. Quando alguém defende esta ou aquela

legislação positivista, está defendendo que o estado aponte suas armas para alguém e obrigue essa pessoa a obedecer, mesmo que essa legislação seja antiética. Isso é uma clara violação do princípio de não-agressão. A legislação positivista, criada arbitrariamente e aplicada coercitivamente pelo estado, nada mais é do que uma "opinião armada". "Eu acho que as coisas devem ser assim e você vai me obedecer ou sofrer as conseqüências" — diz o estatista.

A outra opção é a persuasão, isto é, argumentar logicamente, procurando convencer o interlocutor de que estamos certo. É o que tentei fazer neste livro e espero que, no mínimo, tenha lhe feito questionar. Sun Tzu escreveu, em "A arte da guerra", que "toda guerra é ganha ou perdida antes mesmo de ser lutada". Nós já ganhamos esta guerra, porque o arranjo que defendemos é superior tanto do ponto de vista ético quanto do ponto de vista econômico. Como Murray Rothbard ressaltou, uma ordem libertária é inevitável, porque é o único arranjo social compatível com a natureza humana. O tempo mostrará que estávamos certos.

Dizem que libertários são utópicos por serem contra a agressão. E os que dizem isso acreditam que (1) políticos têm sabedoria para decidir o que é melhor para cada um de nós e capacidade para implementar tais decisões; (2) o estado vai nos defender ao mesmo tempo que viola nosso direito à autopropriedade; (3) o estado vai resolver conflitos eficientemente tendo o poder de ser o único júri, juiz e executor; (4) sua moeda fiduciária não vai perder seu poder de compra; e (5) o dinheiro roubado das

pessoas via impostos vai ser mais bem gasto pelo estado do que por elas mesmas.

Por um lado, refutar opositores que acreditam nessas idéias é algo bem fácil. Por outro, quando defendemos o óbvio, que agressão é algo errado, os estatistas têm faniquitos. O que costumam fazer é inventar algumas situações "desumanas", altamente improváveis, mas que, segundo eles, seriam comuns em uma ordem libertária. Em vez de tentar debater usando argumentos lógicos, eles costumam partir para ataques pessoais ou apelar a sentimentalismos. "Ah, como você é insensível, quem vai cuidar dos pobres?" — dizem, como se o estado cuidasse deles e como se o livre-mercado não fosse capaz de enriquecê-los.

O economista alemão Albert Otto Hirschman distinguiu duas estratégias a serem usadas dentro de um certo sistema: "voz" e "saída". A "voz" é essencialmente sobre nos expressarmos: protestos, discursos, votações ou qualquer outra maneira de mostrar nosso descontentamento e esperar que o sistema responda a ele. A "saída" é basicamente sobre deixarmos o sistema para nos juntar a – ou até mesmo criar – um outro. Tradicionalmente, as pessoas têm contado com a voz para influenciar seus governantes, com pouquíssimos resultados concretos. Talvez tenha chegado a hora de simplesmente sairmos deste sistema.

A parábola de Tolstói

Liev Nikoláievich Tolstói foi um dos maiores escritores de todos os tempos, tendo vivido na Rússia entre 1828 e 1910. Entre as suas obras-primas, estão os romances "Guerra e paz", publicado em 1869, e "Anna Karenina", publicado em 1877. Nascido em uma família abastada, ele perdeu os pais ainda jovem e foi criado por parentes. Em 1844, começou a estudar direito e letras na Universidade de Kazan, mas foi considerado "incapaz e desinteressado" por seus professores. No meio dos cursos, ele abandonou a universidade e passou a maior parte de seu tempo entre Moscou e São Petersburgo.

Em 1851, atolado em dívidas, juntou-se ao exército. Nesse mesmo ano, também passou a escrever. Em sua primeira viagem à Europa Ocidental, em 1857, Tolstói vivenciou uma experiência traumática que lhe mostrou a natureza do estado: uma execução pública em Paris. Após essa experiência, ele escreveu: "A verdade é que o estado é uma conspiração desenhada não somente para explorar, mas acima de tudo para corromper seus cidadãos. De agora em diante, não servirei mais a nenhum governo em nenhum lugar." Essa crise moral pela qual Tolstói passou fez com que ele se tornasse um fervoroso anarquista cristão.

Veja bem, Tolstói não era um libertário, muito menos um anarcocapitalista – esses conceitos ainda estavam longe de serem desenvolvidos na época. Porém, ele foi sagaz o bastante para perceber que o estado era uma instituição perversa: "O estado é uma associação de homens que usam agressão contra o resto de nós." Ou como escreveu em outra passagem: "Ainda que a ausência de estado realmente significasse anarquia em uma

conotação negativa, de desordem – o que está longe de ser o caso – ainda assim, nenhuma desordem anárquica poderia ser pior do que a posição a que o estado levou a humanidade."

Tolstói descreveu apropriadamente o estado como a dominação dos ímpios, apoiados em força bruta: "Estados não são apenas desnecessários, mas também danosos e altamente imorais." Segundo ele, os ladrões eram muito menos perigosos do que um estado bem organizado, pois este não só roubava, como também se intrometia em todos os aspectos da vida pessoal. Seu desprezo pelo estado o acompanhou até sua morte. Perto do final de sua vida, Tolstói publicou um pequeno conto intitulado "A parábola", em que fez uma analogia muito pertinente. Escreveu ele nesse conto:

"Vejo a humanidade como um rebanho dentro de uma cerca. Fora da cerca, há pastos verdinhos e comida abundante para todo o rebanho, enquanto que, dentro da cerca, a grama é rala. Conseqüentemente, o rebanho está pisoteando a pouca grama que lhe resta e matando-se uns aos outros em sua luta pela sobrevivência. Eu vi o fazendeiro ir até o rebanho e, ao notar sua condição deprimente, encher-se de compaixão e buscar alguma maneira de melhorar seu bem-estar. Então, ele chamou seus amigos e pediu para que eles lhe ajudassem a cortar a grama de fora e a jogá-la para dentro da cerca. A isso eles chamaram de caridade.

Então, como os bezerrinhos estavam morrendo, ele decidiu que cada um deles receberia um pouquinho de leite pela manhã. Como muitos estavam morrendo nas noites frias, ele deixou o

estábulo bem aquecido. Como os animais estavam se agredindo, ele cobriu os chifres com rolhas. Então, ele reservou uma porção do estábulo para que os animais mais velhos pudessem descansar em paz. Ele fez o que pôde para melhorar suas condições. Mas quando eu perguntei por que ele não fez o óbvio, tirando a cerca e deixando o rebanho livre, ele respondeu: 'Ora, se eu os deixasse ir embora, não poderia mais ordenhá-los!'"

Assim é o estado. O bem-estar que o estado nos dá – ou que pelo menos não nos retira – existe apenas para que possa nos continuar ordenhando. Para o estado, somos todos aquele rebanho dentro da cerca. Quando políticos nos concedem alguma benesse é simplesmente para continuar nos ordenhando, como o fazendeiro da parábola. Nossas liberdades são descartáveis para eles. Eles as retiram sem pestanejar se assim lhes for conveniente, como aprendemos na "pandemia" de 2020. Eles não vão nunca nos deixar livre, não vão nunca tirar a cerca – cabe a nós então pulá-la.

Como Henry Louis Mencken disse apropriadamente: "Para o homem comum, os ventos do mundo são assustadores. Ele prefere o calor cômodo do rebanho, ele quer seguir a vaca com o sininho." Mas e você? Tem medo dos ventos do mundo? Prefere a comodidade do rebanho? Quer seguir a vaca com o sininho? Quer continuar sendo ordenhado? Ainda quer que políticos controlem a sua vida? E no caso da conservação do meio ambiente, quer mesmo deixar algo tão importante nas mãos de políticos, burocratas e tecnocratas? Pense com carinho no que discutimos neste livro e verá que as respostas a essas perguntas só podem

ser "não".

Bens naturais e serviços ambientais devem ser privatizados simplesmente porque essa é a única opção ética. Na verdade, todo este livro poderia ser resumido a essa frase. Só isso já basta. Porém, a única solução ética é também a melhor economicamente, pois cria valor, gera riqueza e faz com que tenhamos a exata quantidade de natureza que a sociedade considera ideal. Assim, se você quiser encenar virtude, dar poder a políticos e agredir cidadãos pacíficos, defenda "políticas públicas" que prometam conservar o meio ambiente; agora, se você quiser de fato conservá-lo, esqueça tudo isso e defenda a privatização da natureza.

Fontes

Block W. 1998. Environmentalism and economic freedom: the case for private property rights. *Journal of Business Ethics* 17: 1887-1899.

Crevelde M van. 2004. *The rise and decline of the state*. Cambridge University, Cambridge.

Deist J. 2015. *Secession begins at home*. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/library/secession-begins-home-0.

Eckert TJ. 2017. *Can you gain freedom through violence? – the lowdown on liberty*. *Being Libertarian*. URL: beinglibertarian.com/can-gain-freedom-violence-lowdown-liberty.

Hayek FA. 2012. *A desestatização do dinheiro*. Instituto Ludwig

- von Mises Brasil, São Paulo.
- Hicks S. 2014. Do we really live in a world of scarce resources? Every Joe. URL: everyjoe.com/2014/12/11/politics/do-we-live-in-a-world-of-scarce-resources.
- Kirby B. 2019. Free market environmentalism – freedom philosophy. Being Libertarian. URL: beinglibertarian.com/free-market-environmentalism.
- Lora M. 2011. Se você gosta da natureza, privatize-a. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/se-voce-gosta-da-natureza-privatize-a.
- Lutter M. 2015. The age of exit has arrived. Foundation for Economic Education. URL: fee.org/articles/the-age-of-exit-has-arrived.
- Marques I. 2019. Da produção de prosperidade e qualidade de vida. Anarcogeek. URL: anarcogeek.blogspot.com/2019/01/da-producao-de-prosperidade-e-qualidade.html.
- Mises L. 2010. Ação humana. Instituto Ludwig von Mises Brasil, São Paulo.
- Morehouse I. 2012. Como o mundo irá mudar. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/como-o-mundo-ira-mudar.
- Nakajima H. 1995. World health report: bridging the gaps. Report of the Director-General. World Health Organization. URL: who.int/whr/1995/media_centre/executive_summary1/en.
- Rothbard MN. 1982. The ethics of liberty. Humanities, Atlantic Highlands.
- Tucker J. 2012. A beautiful anarchy. Laissez Faire Books, Baltimore.

- Turguniev P. 2018. Por que o estado vai desaparecer. Ancap.SU.
URL: youtu.be/OArT_8-rqPs.
- Tzu S. 2010. A arte da guerra. Jardim dos Livros, São Paulo.
- Ulrich F. 2014. Bitcoin: a moeda na era digital. LVM, São Paulo.
- Vieira M. 2019. Mises, Hayek e a solução dos problemas ambientais. Instituto Rothbard. URL: rothbardbrasil.com/mises-hayek-e-a-solucao-dos-problemas-ambientais.
- Williams C. 2017. Rothbard explains the proper response to climate change. Ludwig von Mises Institute. URL: mises.org/wire/rothbard-explains-proper-response-climate-change.
- Wilson AN. 2001. Tolstoy: a biography. WW Norton, New York.

Ficou alguma dúvida? Qualquer coisa, escreva para mim em ambientalista.libertario@gmail.com. Gostou do livro? Se tiver gostado e quiser mandar um elogio sincero, faça-o nesta carteira de bitcoin: [1KpyNaQcxc6v8GFCBeCapFw5WVH29Q5mcZ](https://blockchain.info/address/1KpyNaQcxc6v8GFCBeCapFw5WVH29Q5mcZ) Qualquer contribuição é bem-vinda!



